REVISTA DE ARTILHARIA

BUSSACO 1810

II° CENTENÁRIO
2008 - 2014

105.º ANO
N.º 1019 a 1021
Setembro de 2010

Número comemorativo do Bicentenário da Guerra Peninsular.

A EDITORA - LISBOA

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

Págs.

EDITORIAL 211
Pelo Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro.

UMA VISÃO ESTRATÉGICA DA GUERRA PENINSULAR 215
Pelo General José Alberto Loureiro dos Santos.

O PORTUGAL MILITAR DA GUERRA PENINSULAR 227
Pelo General Gabriel Augusto do Espírito Santo.

ARTILHARIA E ARTILHEIROS PORTUGUESES NA GUERRA PENINSULAR .. 259
Pelo Coronel de Artilharia João Vieira Borges.

A ARTILHERIA NA BATALHA DO BUÇACO 285
Pelo Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Marquês de Sousa.

GENERAL HENRIQUE PEREIRA DO VALE 317
Pelo Tenente-Coronel de Artilharia Carlos Alberto Borges da Fonseca.

ARMAS DE ARTILHARIA DA GUERRA PENINSULAR 329
Pelo Capitão de Artilharia Pedro Amador.

A ARTILHARIA PORTUGUESA NA GUERRA PENINSULAR: *UM PROJECTO PARA UM ROTEIRO DE FONTES PRIMÁRIAS* 351
Pelo Coronel de Artilharia Aniceto Afonso.

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 – 1100-471 LISBOA".
TELEFS.: Militar: 421 348 – Civil: 21 888 01 10.

ASSINATURAS

PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, € 12,00; Avulso, € 3,00; Restantes Países: Anual, € 17,00; Avulso, € 4,50. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

105.º ANO

2.ª SÉRIE

Depósito Legal N.º 1359/83

N.os 1019 A 1021 JULHO A SETEMBRO DE 2010

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2009 A 2010

PRESIDENTE

Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro (CmdLog)

VICE-PRESIDENTE

Major-General Frederico José Rovisco Duarte (GabCEME)

SECRETÁRIO

Major Maurício Luciano Saraiva Raleiras (IESM)

TESOUREIRO

Capitão Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador (RAAA1)

EDITOR E EDITOR ON-LINE

Capitão Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço (RAAA1)

VOGAIS DO CONSELHO DE CULTURA ARTILHEIRA E MILITAR

Coronel Fernando José Pinto Simões (Reforma)
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges (IESM)
Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras (IESM)
Coronel Luís António Morgado Baptista (IESM)
Coronel José da Silva Rodrigues (RA4)
Coronel Pedro Miguel Calado Gomes da Silva (RA5)
Coronel Henrique José Pereira dos Santos (EPA)
Coronel José Domingos Sardinha Dias (RAAA1)
Tenente-Coronel Luís Manuel Garcia de Oliveira (AM)
Tenente-Coronel Carlos Manuel Mendes Dias (EPA)
Tenente-Coronel Pedro Nuno da Costa Salgado (GAC-BrigMec)
Tenente-Coronel António José Ruivo Grilo (IESM)
Major Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva (IESM)

NÚMEROS
1019 A 1021

REVISTA DE ARTILHARIA

ANO CV
2.ª SÉRIE
ISSN 1645-8702

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara,62
1100-471 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
JOAQUIM FORMEIRO MONTEIRO
Tenente-General

Execução gráfica
JMG – Art. Gráficas e Public., Lda.
Apartado 24 – Venda do Valador
2665-501 Venda do Pinheiro

JULHO – AGOSTO – SETEMBRO DE 2010

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados.

Editorial

Há precisamente 100 anos, no seu número 75, de Setembro de 1910, a Revista de Artilharia publicou um "Número comemorativo dos 100 anos da Guerra Peninsular".

Apesar das convulsões políticas, económicas, sociais e militares que então se viviam em Portugal, a Revista de Artilharia, na altura sob a direcção do Coronel de Artilharia Ramos da Costa, associou-se às comemorações com um número que continha então seis artigos de características acentuadamente técnicas (seu traço identificador de então e de sempre), num total de cerca de oitenta páginas, devidamente cuidadas e ilustradas. Do artigo inicial, da autoria do General de Brigada Rodrigues da Costa, intitulado "A Guerra Peninsular e o seu Centenário", destacamos:

> *"Então, quem nos salvou? Quem escorraçou três invasões? Quem, no meio do fragor de tantos tronos, que desabavam, e da grita de tantas nações, que se subvertiam, quem salvou Portugal? Quem assegurou a nossa independência?*
>
> *Fomos nós, e só nós. É preciso dize-lo bem alto e bem claro.*
>
> *Ao começar do século XIX, sem rei, sem chefes, sem governo, sem finanças, sem diplomacia, sem política, até sem ordem interna, sem nada, enfim, Portugal salvou-se a si próprio, porque quis e soube ser patriota!*

Passados 200 anos da Guerra Peninsular, a Revista de Artilharia associa-se de novo a este evento com um "Número comemorativo dos 200 anos da Guerra Peninsular", que inclui um conjunto de sete artigos relativos à participação da Artilharia na Guerra Peninsular, numa homenagem, de todo merecida, à Artilharia e aos Artilheiros portugueses que conseguiram impor-se às forças de Napoleão.

Para a concretização deste projecto, a Revista de Artilharia contou com a prestimosa colaboração de um pequeno grupo de oficiais de artilharia, que trouxeram ao grande público, em mais de 150 páginas, novas visões sobre o ambiente estratégico, o ambiente militar, a artilharia na guerra peninsular, a batalha do Buçaco, as armas de artilharia e um roteiro de fontes. Ainda como enquadrante das armas de artilharia da época, é publicada uma extensa e cuidada bibliografia do General Pereira do Vale, que entre outras ilustres funções, foi Director da Arma de Artilharia e Presidente da Comissão de História Militar e que, como Artilheiro, produziu vasta obra sobre os sistemas de armas de Artilharia (e em particular da Guerra Peninsular) publicados na nossa Revista e que, a par de outros estudos realizados no Museu Militar de Lisboa (então Museu de Artilharia), constituíram um verdadeiro estandarte na manutenção de um património que em muito ultrapassa a Artilharia e o Exército de Portugal.

Em nome de todos os Artilheiros que servem na Revista agradeço aos artilheiros que colaboraram neste número comemorativo e que contribuíram, indiscutivelmente, para a melhoria do estado da arte da Artilharia na Guerra Peninsular, respectivamente: General Loureiro dos Santos, General Espírito Santo, Coronel Aniceto Afonso, Coronel Vieira Borges, Tenente-Coronel Borges da Fonseca, Tenente-Coronel Marquês de Sousa e Capitão Pedro Amador.

Na linha destes distintos colaboradores e do seu excelente legado, exorto os nossos sócios e leitores a participarem activamente nos próximos números da Revista de Artilharia (até 2014), com artigos sobre a participação da Artilharia na Guerra Peninsular, pois a Revista de Artilharia continua a ser um espaço e uma oportunidade para a reflexão, o estudo e a divulgação das matérias e dos assuntos técnico-militares relacionados com as Forças Armadas em geral, e com a Artilharia em particular. Só com este tipo de cumplicidades, uma Revista fundada em 1904, pode continuar a manter viva e actualizada a chama da cultura técnica da comunidade artilheira nacional, num século XXI pleno de novas ameaças e riscos, mas também necessitado de princípios, de valores e de lições aprendidas de um passado sempre presente.

Deixo os nossos estimados leitores com as palavras sábias do General Rodrigues da Costa, parte integrante do número comemorativo de há 100 anos e do espírito deste número comemorativo dos 200 anos:

> *"Do [Bi]centenário que estamos celebrando, guardemos este fruto: podermos relembrar aos vindouros como um pequeno país sabe mostrar ao mundo que só morre a nação que não quer defender-se".*

O Presidente da Comissão Executiva
JOAQUIM FORMEIRO MONTEIRO
Tenente-General

UMA VISÃO ESTRATÉGICA DA GUERRA PENINSULAR

Pelo General
JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS

1. FRONTEIRA TERRESTRE PORTUGUESA COMO FRENTE DE COMBATE DA POTÊNCIA MARÍTIMA COM A POTÊNCIA CONTINENTAL

Na Guerra Peninsular estiveram presentes a maioria, senão todos, os aspectos estratégicos mais marcantes da realidade do nosso país, quando se confronta com um poder continental. Muitos deles ultrapassam mesmo essa circunstância e podem ser aplicados, como lição a ter em conta, a qualquer conflito que envolva Portugal.

A questão porventura mais relevante, que se deve salientar como a principal vulnerabilidade portuguesa, é o facto de uma guerra entre a potência marítima ocidental e um poder continental poder evoluir para uma situação em que tenha por frente de combate principal a fronteira de Portugal. Ampliando, de certo modo, os confrontos tradicionais na Península Luso-espanhola, entre Portugal e, sucessivamente, com Leão, Castela e Espanha.

Os choques regionais na Península Luso-espanhola foram frequentemente componentes de um choque mais vasto entre actores mais poderosos, dos quais os actores regionais funcionaram como meio de desgaste do adversário e de prestígio próprio, como foi o caso da Guerra da Independência no século XIV, com Portugal e Castela, em combates decisivos, a serem considerados por Inglaterra e pela França como meros figurantes do drama em que estavam envolvidos. O mesmo aconteceu a partir do século XVII – todos os conflitos entre o continente e o mar

passaram por Portugal e pelos Países Baixos, cujos territórios foram sempre considerados como potenciais cais de desembarque e base de partida dos exércitos da potência marítima para avançarem até ao coração do poder continental.

Excepções a esta constante foram os confrontos caracterizados por serem mais delimitados ao quadro peninsular, embora não totalmente, como em 1580, quando a Espanha ascendera à posição de principal potência europeia, e em 1640, quando a França, então potência continental emergente precisou de nós como aliados.

Em termos de intensidade e duração de operações de combate que atingiram o território nacional, a Guerra Peninsular constituiu o conflito com mais sérios efeitos. Tanto em termos de devastações físicas e humanas, como de efeitos estratégicos gerais e de efeitos políticos nacionais.

2. POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA E INSUFICIENTE PROFUNDIDADE ESTRATÉGICA DE PORTUGAL

Desde cedo na nossa História, os chefes políticos e militares se deram conta da reduzida profundidade estratégica nacional, cuja dimensão em tempo de percurso diminuía à medida que os equipamentos técnicos de combate se aperfeiçoavam e as mudanças provocadas no potencial estratégico dos países se acentuavam. Enquanto na guerra da Independência a natureza dos equipamentos disponíveis e os potenciais nacionais relativos permitiam encarar a possibilidade de derrotar um inimigo que progredisse no território português desde que houvesse reforços do poder marítimo, na guerra da Restauração e na guerra dos Sete Anos isso parecia pouco provável (foi encarada a hipótese de recuo para o Brasil), e na Guerra Peninsular, assim como na segunda Grande Guerra, foi considerado impossível. Nas invasões peninsulares, a direcção política retirou para o Brasil e na segunda Grande Guerra esteve preparada a sua retirada para os Açores, em caso da invasão da Península pelas forças de Hitler.

Foi a consciência da insuficiência da nossa profundidade estratégica que nos empurrou para o mar e nos aconselhou, e aconselha, a aprofundar as nossas relações nas plataformas estratégicas então criadas, e também foi ela que nos fez aproximar sempre de países continentais aliados da potência marítima nossa protectora, na tentativa da frente de combate com o poder do continente que nos ameaça esteja o mais afastada possível das nossas fronteiras a Leste, assim se estabelecendo uma zona tampão tão vasta quanto possível, onde ele possa ser detido e vencido. Foi o que veio a suceder

durante a guerra-fria e é aquilo que caracteriza a nossa situação actual e caracterizará, enquanto se mantiverem os laços transatlânticos América do Norte/Europa.

Em termos de posição estratégica, o ideal para Portugal é situar-se no centro de um largo círculo que lhe assegure fronteiras de segurança e defesa as mais afastadas possíveis. Como a concretização deste ideal não depende de nós, porquanto a massa crítica que nos caracteriza é reduzida, precisamos de ser ágeis no campo das relações externas, convencendo os actores circundantes da excelência da nossa posição estratégica para a defesa dos seus interesses, nunca de modo a que os nossos possam ser alienados. Tarefa hercúlea que a História de Portugal demonstra estar ao alcance da nossa diplomacia, muito vincada pela maneira de ser do português, afável e tolerante, e, ao mesmo tempo, determinado e persistente. O que se tem traduzido numa actuação diplomática com resultados positivos, como demonstra o longo período em que um pequeno Estado como o nosso tem conseguido sobreviver independente.

3. A RETIRADA DA DIRECÇÃO POLÍTICA DE PORTUGAL PARA O BRASIL

Desde 1795 que Portugal estava em guerra com a França, que emergira no século XVII como poder continental europeu. A campanha do Russilhão, que fazia parte da tentativa dos antigos regimes estrangularem a Revolução Francesa, foi uma experiência guerreira que terminou com a Espanha, o aliado que nela nos acompanhava, a estabelecer a paz (Basileia) com os revolucionários, sem avisar os portugueses. Além dos problemas complexos do regresso das forças que resultaram desta saída de cena dos espanhóis, abandonando-nos à nossa sorte, criou-se uma situação estratégica extremamente desfavorável para Portugal. Continuaríamos em guerra com a França saída da Revolução, que tinha por aliado o país vizinho. O que significou que, durante muito tempo, e até muito tarde, o poder continental dominante estava em contacto connosco ao longo da fronteira terrestre, onde se situava a frente de combate em que teríamos de nos bater, a pouco mais de duas centenas de quilómetros da capital, isto é, do objectivo cuja conquista pelo inimigo lhe daria a vitória – o objectivo estratégico decisivo para o inimigo.

Sem massa crítica para resistirmos pelas armas a uma força de tal envergadura, o plano já admitido como possível de ser concretizado em situações de conflito anteriores – transferir a sede do poder político para o

Brasil – teria de ser trazido novamente ao campo das possibilidades, tirando assim partido da vantagem geopolítica que a grande colónia sul-americana nos propiciava, em termos de ampliação da nossa profundidade estratégica.

A primeira acção ofensiva efectuada no contexto do quadro estratégico gerado pela situação internacional, com a Inglaterra (potência marítima) nossa aliada - que constituía o mais temido inimigo da potência continental - , da qual dependíamos para garantir a posse do império colonial, ocorre com o episódio da "Guerra das Laranjas", em 1801. A França, que colocara a Espanha na sua órbita desde a paz de Basileia, ameaçava avançar sobre o nosso país com a finalidade de nos obrigar a renunciar à aliança inglesa e bloquear os portos aos navios britânicos, se os portugueses não o fizessem por sua iniciativa. A Godoy, primeiro-ministro espanhol, agradava a invasão de Portugal, pois dar-lhe-ia oportunidade de dividir o território português com os franceses.

Depois de um tratado com a Espanha, em que a França se comprometia na divisão do país, o governo vizinho fez um ultimato para que a coroa portuguesa aceitasse as exigências gaulesas. Sem resposta, os espanhóis desencadearam operações militares, que lhes correram favoravelmente, e conquistaram algumas localidades fronteiriças, face à inábil reacção dos portugueses, que se viram obrigados a aceitar as condições francesas.

A direcção política portuguesa nunca executou verdadeiramente as condições exigidas, mantendo as ligações a Londres, em manobras sucessivas de adiamento e justificações, com maior ou menor habilidade, sempre oscilando entre a necessidade da aliança luso-britânica e o perigo do exército francês.

Quando Bonaparte declarou o bloqueio continental, em 1806, que nos forçaria a fechar os portos aos ingleses, fez um acordo com a Espanha para, em conjunto, invadirem Portugal, então dividido em três fatias que permitiriam satisfazer Godoy e os interesses espanhóis, além dos franceses. A reacção portuguesa foi ambígua, afirmando que aceitaria encerrar os portos, mas atrasando a sua execução. Perante a manobra diplomática de retardamento, em 1807, os soldados franceses comandados por Junot (ex-embaixador francês no nosso país) marcharam sobre Lisboa, ao mesmo tempo que forças espanholas aliadas se dirigiram ao Porto e a Setúbal, invadindo o nosso território para fazer cumprir o bloqueio continental decretado por Bonaparte.

Portugal e a Inglaterra viram que era a altura de ser accionado o plano de retirada da sede da direcção política. A retirada da corte, com todas as estruturas de Estado que lhe eram essenciais, colocava no Brasil o poder soberano que caracterizava Portugal como país independente e, em consequência, impedia Napoleão Bonaparte de anexar o reino português e,

porventura, de lhe dar um novo rei, o que constituiu excepção em toda a Europa continental. Por outro lado, conferia presença legal no território nacional às forças britânicas desembarcadas, em apoio do seu aliado. Portugal sob o domínio francês seria um país ocupado, mas não anexado à coroa gaulesa. O que constituiu uma manobra estratégica de grande expressão, tanto para a Inglaterra, que passou a dispor de uma plataforma para desgastar o poder militar terrestre francês no continente, como para Portugal, que continuou a ser um país soberano.

Esta retirada não foi atabalhoada como por vezes se faz crer. Baseou-se numa concepção estratégica suficientemente sigilosa, para manter desconhecido o seu plano de execução, que foi concretizado a coberto da segurança da esquadra da Inglaterra, então a potência marítima dominante e principal adversária de Napoleão.

4. OS INTERESSES BRITÂNICOS E A DEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

O apoio britânico não foi desinteressado. Pelo contrário, além de passar a dispor de uma cabeça de praia onde poderia erodir o poder francês, dela poderia partir em direcção à planície europeia e aí derrotar Bonaparte, em manobra conjugada com a Rússia e a Prússia, as duas potências continentais que se opunham à França. Aliás, o território português foi igualmente essencial para a vitória da Inglaterra sobre a França, não apenas em terra, mas no mar. A ocupação britânica do arquipélago da Madeira no mesmo ano permitiu um mais eficiente controlo da passagem de navios inimigos no estreito de Gibraltar, o que iria fazer com que os britânicos dispusessem de muito mais informações para monitorizar as esquadras francesas e concentrar sobre elas as armadas britânicas.

Contudo, os britânicos visavam outro objectivo estratégico de grande alcance – abrir as matérias-primas do Brasil à sua avançada indústria e o imenso mercado que o país constituía ao seu comércio, o que Portugal sempre tinha impedido à colónia sul-americana. Este acontecimento transformar-se-ia num dos principais motores da independência do Brasil, que seria alcançada quinze anos depois da partida de D. João VI de Lisboa.

O nosso fraco desenvolvimento económico, em grande parte resultante do Tratado de Metween, que fizera soçobrar a nascente revolução industrial portuguesa impulsionada pelo Conde da Ericeira ao abrir o país aos têxteis britânicos em troca da compra da nossa produção vinícola, actuou como poderoso condicionante das nossas opções estratégicas. Éramos demasiado

dependentes da Inglaterra, tanto do ponto de vista da segurança como do económico para, numa situação de crise grave em que ela constituía o factor determinante para conservarmos a independência, podermos impedir os ingleses de alcançarem objectivos que consideravam de grande valor estratégico, em detrimento dos nossos interesses. Afinal, perderíamos os anéis (Brasil) mas conservávamos os dedos (independência).

5. PRIORIDADE À ESTRATÉGIA INDIRECTA, TANTO NO PATAMAR GLOBAL COMO NO PATAMAR MILITAR

Com um potencial estratégico global muito debilitado, particularmente no seu factor militar, Portugal viu-se obrigado a recorrer à estratégia indirecta para garantir a sua independência e expulsar o invasor. No âmbito das opções militares, também a sua contribuição para o esforço operacional protagonizado pela Inglaterra se efectuou fundamentalmente no domínio da estratégia indirecta, ou seja, na utilização da guerrilha como actuação táctica preponderante. Em qualquer dos patamares de conflito, sempre muito condicionada pela necessidade do apoio britânico, tentando não se deixar asfixiar pelo seu "abraço do urso".

Em termos preventivos, a Guerra Peninsular veio confirmar a necessidade de Portugal utilizar toda a inteligência de actuação estratégica que o caracteriza, para se posicionar em posição central relativamente a países aliados que afastem um potencial inimigo das suas fronteiras, o que iria ser conseguido apenas no século XX com a NATO. Actualmente, só estamos sem cobertura na fronteira Sul, o que os responsáveis nacionais estão a tentar encontrar, com o reforço das ligações aos países do Norte de África.

O recurso à aliança inglesa e a retirada da direcção política do reino para o Brasil são manobras perfeitamente inscritas na estratégia indirecta. Assim como as manobras diplomáticas evasivas, para ganhar tempo, nas reacções portuguesas ao ultimato a que fomos obrigados para obtermos a paz na Guerra das Laranjas, que se repetiriam depois da França decretar o bloqueio continental. Manobra do mesmo tipo é a recomendação do Príncipe D. João aos portugueses, para receberem bem os invasores, o que, aliás, foi cumprido, mas apenas num primeiro período.

No âmbito operacional e tendo em vista a nossa fraqueza militar aumentada com a saída de forças do exército português e de alguns dos seus melhores oficiais para participar nas campanhas de Napoleão, o esforço de Portugal foi meramente de apoio aos corpos de exército britânicos. Primeiro na cidade do Porto, com os levantamentos contra a presença dos franceses,

estimulados por levantamentos paralelos dos nossos vizinhos, seguidos de perturbações em Lisboa, incentivadas pelos marinheiros da esquadra inglesa do almirante Cotton que bloqueava a barra do Tejo. Segundo, pelo estado de insurreição generalizada do país, com oficiais e clérigos a comandar grupos de guerrilheiros que provocaram enorme desgaste nas tropas de Junot (primeira invasão francesa). Posteriormente, com acções de flagelação levadas a efeito por grupos de guerrilheiros e forças militares portuguesas, praticando mais guerra irregular do que convencional, que incendiaram o Norte e impediram o general Soult de progredir para Sul do território nacional, barrado que foi no gargalo de Aveiro (segunda invasão). Mais tarde, com grupos de guerrilheiros dirigidos pelo coronel Grant (oficial britânico) e pelo general Silveira, que atacavam os flancos e a retaguarda do exército de Massena, criando-lhe as maiores dificuldades (terceira invasão).

Na terceira invasão, manobra de estratégia indirecta de primeiro nível foi a determinação de Wellington, pela qual, à medida que o exército anglo-luso ia concretizando a manobra de retirada, o terreno cedido ao inimigo deveria ser transformado num autêntico deserto. As forças francesas do chamado exército de Portugal teriam de percorrer um território verdadeiramente inóspito. Comandadas pelo "filho querido da vitória", nome com que Napoleão brindava o general Massena, viram-se impossibilitadas de lançar mão dos recursos locais para sobreviverem, já que, antes de alcançarem as sucessivas fases da progressão, tudo que lhes pudesse ser útil era recolhido pelos portugueses, o que fez do seu apoio logístico um autêntico pesadelo, permanentemente acossado por guerrilheiros agressivos e sanguinários. E ainda, porque o general Soult, comandando o exército francês para a Andaluzia, foi fixado em Badajoz, não conseguindo (ou não querendo, por rivalidade de protagonismo com Massena) avançar, pelo Alentejo e Ribatejo, afim de apoiar o exército francês para resolver de vez o problema para Napoleão em que Portugal se havia transformado.

6. A ESTRATÉGIA MILITAR CONVENCIONAL DA POTÊNCIA MARÍTIMA NUM ALIADO QUE LHE SERVE DE CABEÇA DE PRAIA

Em termos de estratégia militar convencional, as lições estratégicas operacionais da Guerra Peninsular, no nosso país, são igualmente significativas.

Ficaram confirmadas as dificuldades que a região Norte do país confere às operações militares, das quais foi exemplo demonstrativo a necessidade do general Soul se ver livre das suas bagagens, durante a difícil retirada do

seu exército pelo áspero terreno montanhoso que efectuou em direcção à Galiza, operação que, aliás, levou a cabo com o brilho de militar competente que lhe era reconhecido.

Também se confirmou que, a partir de Espanha, a abordagem mais vantajosa de Lisboa, como objectivo decisivo do teatro de operações português, continuava a ser a Norte do Tejo, ao longo da bacia do rio Mondego, cuja margem Sul oferecia melhores condições de que a margem Norte. O Rio Tejo e a serra da Estrela constituíam obstáculos dificilmente transponíveis, pelo que garantiam a segurança do flanco esquerdo das forças invasoras. O eixo da margem Norte do Tejo, utilizado por Junot, revelou-se como o pior eixo de aproximação a Lisboa. Teria sido perfeitamente possível deter as forças inimigas em várias posições defensivas, mas a das Talhadas mostrava-se de tal forma difícil de transpor, que só a determinação expressa de D. João para as forças estrangeiras serem bem recebidas terá impedido a deslocação de um contingente, que não precisava de ser muito forte, para deter com êxito o exército francês.

A manobra defensiva final seria conduzida na península de Lisboa, cuja configuração geográfica e a orografia constitui um trapézio cuja base se situa no paralelo de Santarém, onde se localizava a primeira passagem do Tejo para quem sobe o rio, e se vai estreitando para Sul, por causa do percurso do rio, de Nordeste para Sudeste, em contraponto com o lado oposto, a costa portuguesa orientada na direcção Norte-Sul. A península, formada por um terreno mediamente ondulado, permitiria constituir sucessivas linhas defensivas desde o paralelo de Santarém até Lisboa: linha Santarém, Rio Maior, Óbidos; alturas de Torres Vedras, apoiadas no rio Sizandro; e alturas de Mafra e Montachique.

Tendo em conta a manobra característica de manutenção de uma cabeça de praia por uma potência marítima, cuja retaguarda, o mar, lhe garante reforços e uma linha de retirada em caso de necessidade, Wellington determinou a fortificação das linhas de defesa que pudessem garantir a posse de Lisboa – um dos melhores portos do mundo – e, em último caso, a utilização de eventuais áreas de embarque para salvar o exército.

Em 1809, os ingleses tinham vivido uma experiência de retirada e embarque das forças que operavam em Portugal, pela Galiza – na Corunha e em Vigo. Sir John Moore, o seu comandante, cobriu o embarque contra o exército de Soult, estabelecendo uma linha defensiva nas colinas das proximidades da Corunha. Sem fortificação do terreno relativamente consolidada, a linha não se mostrou suficientemente forte para evitar combates difíceis, obrigando a empenhar forças robustas, pelo que a batalha da Corunha fora muito renhida e John Moore perdeu nela a vida.

Em 1812, o duque de Wellington procedeu à luz os dos ensinamentos que a operação de 1809 aconselhavam. No fundo, estabeleceu um campo fortificado e delimitado: a Norte pelas Linhas de Torres Vedras – a primeira –, ao longo das alturas do Sizandro até ao Tejo, e a segunda, pelas alturas de Mafra e Montachique; a Oeste pelo Atlântico; a Leste e a Sul, pelo estuário e foz do rio Tejo, espaços que a forte marinha inglesa dominava. Este campo fortificado, que poderia ser reforçado e abastecido por mar, era suficientemente amplo para permitir albergar a população que retirasse do território percorrido por Massena e para levar a efeito manobras defensivas e ofensivas que permitissem garantir a sua posse e, em extrema necessidade, salvar o exército. Para proteger directamente o embarque, caso ele fosse forçado pelo inimigo, foi estabelecida uma linha de defesa fortificada em redor do forte de S. Julião da Barra.

Na margem Sul do Tejo foram construídas linhas idênticas, embora menos consolidadas, porquanto o objectivo Lisboa, do lado Norte do rio, exigiria a sua transposição, para quem viesse de Badajoz (forças de Soult).

As linhas de Torres, objecto de estudo de especialistas de todo o mundo, são consideradas a fortificação de terreno mais vasta da História Militar.

7. O PESO DECISIVO DOS FACTORES INTANGÍVEIS DO POTENCIAL ESTRATÉGICO NACIONAL

Na guerra peninsular, terão sempre de ser realçados os factores intangíveis do potencial estratégico que mais presentes estiveram.

De todos, aqueles que tiveram maior preponderância foram os valores morais de origem religiosa. O ódio ao francês, patente na ferocidade demonstrada pelos actos dos guerrilheiros, por vezes extremamente cruéis, é mais o ódio ao herege do que ao estrangeiro. Os soldados inimigos são todos vistos como maçons e ateus. De certo modo, a acentuada crença religiosa dos portugueses – na sua maioria camponeses –, que roça o fanatismo, foi a base da mobilização da luta contra os invasores.

Aliás, os grupos de guerrilheiros mais famosos e eficazes eram capitaneados por clérigos, sendo as missões de combate transformadas em operações de uma guerra santa, abençoada por Deus, com os padres a legitimarem as maiores crueldades.

Este ódio ao herege confundia-se com a defesa da pátria e a justiça da luta pela independência. Esta teria de ser assegurada e os invasores teriam de ser expulsos. De certa maneira, a esmagadora maioria dos portugueses comungava destes sentimentos. As milícias e as ordenanças que Junot tinha dissolvido reapareciam nas formações com cariz religioso e patriótico,

organizadas para a violência, que fizeram uma guerra irregular extremamente eficaz contra os franceses. Primeiro de uma forma espontânea e descomandada, o que aconteceu na primeira e, em parte, na segunda invasão, depois, devidamente comandada e enquadrada na manobra do exército convencional, como se verificou durante a terceira invasão.

As forças militares portuguesas foram progressivamente constituídas para operar em conjunto com o exército britânico e destacaram-se pela sua coragem e competência. Ficaram conhecidos os famosos Caçadores que actuaram na linha do rio Côa, assim como as unidades que se cobriram de glória na batalha do Buçaco, tão elogiados pelos comandantes e oficiais ingleses.

8. REPERCUSSÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS DE GRANDE DIMENSÃO DAS INVASÕES FRANCESAS

Dos contactos com os invasores e dominadores, durante a primeira invasão, resultaram laços de natureza ideológica, muitos deles indo ao encontro de portugueses cultos que conheciam o espírito do tempo e já tinham vivido no estrangeiro e sido aliciados pelas novas ideais de liberdade que tinham feito a Revolução de 1789, cujos grandes princípios, muitos têm afirmado serem transportados nas mochilas dos soldados franceses. Verificaram-se mesmo adesões entusiásticas às novas ideias, principalmente entre os oficiais que integraram a legião lusitana que tinha percorrido toda a Europa ao serviço de Napoleão. Os diversos corpos do Estado apostaram mesmo numa política colaboracionista com o invasor, de acordo com recomendações do príncipe D. João, interessado em que o país não fosse objecto dos saques e das crueldades habituais naqueles tempos, o que afinal não foi possível evitar.

Também o contacto com os ingleses se traduziu em novos modos de ver e de pensar, bem distantes da sociedade fechada e controlada por Pina Manique que tinham encontrado no nosso país. Desenvolveram-se lojas maçónicas diversas, tanto do rito inglês como do rito francês.

São estes novos intelectuais, amantes da liberdade e das novas esperanças de futuro, conhecidos por estrangeirados, entre os quais se encontram numerosos oficiais, dos quais o exemplo mais conhecido é o general Gomes Freire de Andrade, que impulsionam as profundas mudanças que irão ter lugar, todas elas com largas repercussões políticas e estratégicas.

Para o seu desencadeamento muito contribuíram, por um lado, a ausência da corte no Brasil e, por outro, a sujeição, vista como vergonhosa por muitos, aos ingleses, cujo procônsul no nosso país, general Beresford, comandava o exército português.

Em 1817, foi sufocada a aparente tentativa revolucionária de 1817, que visava particularmente a expulsão dos ingleses, com a prisão e a morte infamante dos revolucionários, sendo o general Gomes Freire, seu putativo chefe, enforcado nas proximidades do forte de S. Julião da Barra. Mas não desapareceu a vontade de liberdade.

Em 1820, tem êxito a Revolução liberal, que começa no Porto. Os seus grandes objectivos eram a expulsão dos ingleses e a elaboração e aprovação de uma Constituição, para estabelecer uma monarquia constitucional, ao mesmo tempo que era exigido o regresso do Brasil de D. João VI, desde 1815 soberano do Reino Unido de Portugal e Brasil.

Já em Portugal, D. João jura a Constituição. O Brasil torna-se independente em 1822, com o príncipe D. Pedro, herdeiro do trono de Portugal, como seu Imperador.

O constitucionalismo do regime português e a independência do Brasil foram os efeitos estratégicos de mais largo alcance que resultaram dos desenvolvimentos ocorridos e relacionados com a Guerra Peninsular. A conjugação destes dois impactes estratégicos condicionou a evolução da situação político-estratégica de Portugal.

Desprovido dos vastos recursos provenientes do Brasil, onde Portugal apostara totalmente com a finalidade de compensar a sua insuficiente profundidade estratégica, o país iria sentir as maiores dificuldades económicas e financeiras. A alteração do regime monárquico, de absoluto para constitucional, um tanto à revelia dos sentimentos da população portuguesa, na sua maioria inculta e fanaticamente religiosa, iria deparar com forte resistência, que conduziria a uma guerra civil (miguelistas contra liberais). Nem a vitória liberal em 1834 seria capaz de estabilizar a situação política, que se manteria perturbada enquanto Portugal não começou a virar-se para África, tendo em vista recuperar as vantagens económicas e estratégicas perdidas com a independência do Brasil.

Só com a Regeneração, em 1851, viria a estabilizar o novo regime constitucional, para onde as consequências ideológicas (revolução de 1820) e estratégicas (perda do Brasil) da Guerra Peninsular haviam conduzido.

9. CONCLUSÕES

Têm pouco de novidade as conclusões que podemos retirar dos acontecimentos estratégicos ocorridos durante a Guerra Peninsular. A mais importante das quais reside na imperiosa necessidade de ter em mente as lições que ela nos ensina. Foi a última e mais recente das cinco grandes

campanhas ocorridas no território nacional, que ameaçaram a nossa existência como Estado soberano, a saber: Fundação da Nacionalidade e Reconquista, Guerra da Independência, Perda da Independência em 1580, Guerra da Restauração e Guerra Peninsular.

Muitas das grandes questões de natureza estratégica por ela levantadas continuam actuais:

1) Com a posição estratégica do país, no caminho das grandes potências (continental e marítima), a nossa fronteira terrestre pode voltar a ser a frente onde elas combatem.
2) É imperioso conseguir compensar a nossa insuficiente profundidade estratégica, recorrendo à formação e consolidação de alianças na região geopolítica do Atlântico, tanto na sua sub-região Norte, como na sua sub-região Sul.
3) As relações bilaterais entre aliados terão de salvaguardar o "abraço de urso" que o mais forte tenderá fazer, através de relações alternativas e equilibradoras e da definição de limites claros às interdependências.
4) Tendo em atenção a sua natureza de pequeno Estado, Portugal deve conceder elevada prioridade ao uso das estratégias indirectas, tanto a nível geral como no domínio militar, para o que terá de preparar os respectivos instrumentos.
5) Para garantir o apoio de forças aliadas contra um poderoso inimigo convencional que nos invada, precisamos de dispor de um sistema de forças militares suficiente para retardar a sua ofensiva, permitindo o desembarque dos aliados em segurança na cabeça de praia que o país constitui, e para levar a efeito operações de guerra irregular no contexto das manobras convencionais que eles desenvolverem.
6) Os mais decisivos factores do potencial estratégico nacional são os factores imateriais ou intangíveis, como o conhecimento em todas as suas vertente, incluindo a inteligência de actuação estratégica, e os valores nacionais, como a identidade e coesão nacionais e a vontade de nos auto-governarmos, isto é, de sermos independentes.
7) Conflitos violentos de grande impacte repercutem as suas consequências político-estratégicos a longo prazo, condicionando durante muito tempo o Estado português e as vidas dos seus cidadãos.

O PORTUGAL MILITAR DA GUERRA PENINSULAR

Pelo General
GABRIEL AUGUSTO DO ESPÍRITO SANTO

I

Quando, na transição do século XVIII para o século XIX, a Europa se encontrava num processo de transformação da sociedade e das suas estruturas que caracterizaram o que ficou designado por *antigo regime*, decorria também uma transformação na maneira de conduzir a guerra e do seu instrumento principal: a força militar organizada em potencial naval (as armadas) ou potencial terrestre (exércitos). A influência simultânea destas transformações iria conduzir a novas sociedades, a novas relações internacionais e a novas concepções sobre a utilização da força militar, da sua organização e da sua aplicação no combate. Nascia a Estratégia Militar contemporânea, com as suas componentes genética, organizacional e operacional.

Depois da denominada Paz de Vestefália (1648) tinha nascido a Europa dos estados-nação, competindo em interesses e tentando ganhar influência, desenvolvendo os seus potenciais diplomático, económico, científico, cultural e militar. Durante o século XVIII, as relações internacionais baseadas no equilíbrio de poderes tinham conduzido a uma hierarquização de potências, com a ascensão da França, do Império Habsburgo, da Prússia, da Grã-Bretanha e da Rússia ao estatuto de grandes potências. Entre 1700 e 1800, a população destas cinco potências passou de 55 milhões de habitantes para 122 milhões (mais do que duplicou, sendo o maior crescimento o da França). No mesmo período, as forças militares permanentes (exércitos) crescem

progressivamente, de 720.000 efectivos para 1.870.000, com expressão mais significativa para a Prússia. Os navios de linha duplicam na Grã-Bretanha (100 para 224), diminuem em França (120 para 80) e começam a ter importância para a Rússia (40).

O século, na Europa, é dominado por guerras que tentaram romper com o equilíbrio de poderes: a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as Guerras da Revolução em França (1792 -1800). Algumas potências europeias começavam a transformar os seus pequenos enclaves nos trópicos em domínios mais vastos, especialmente na Índia, África Austral, Américas e Austrália, com relevo para Portugal, Espanha e especialmente a Grã-Bretanha, que apesar de ter perdido o controlo de algumas das suas ricas possessões na América do Norte (Guerra da Independência Americana, 1775-1783), passava a ter uma influência global.

Os custos da guerra, que no século crescem exponencialmente, e a manutenção de instrumentos militares permanentes vão exigir mais tributos e melhor controlo das contas públicas e relações diferentes entre o estado e os militares. A coroa vai ter de repartir o controlo da força militar com parlamentos e governos e é o tempo das Secretarias da Guerra e o reforço de um profissionalismo militar que tinha sido iniciado no século anterior com a abertura de *Escolas de Marte*.

A primeira metade do século, em que sobressai a Guerra da Sucessão de Espanha, caracteriza-se por guerras de muito movimento, mas de poucas batalhas. Marchava-se muito, mas combatia-se pouco. Poucas inovações se tinham introduzido no combate terrestre, além das introduzidas por Gustavo Adolfo ou Turenne no século anterior. As grandes marchas do duque de Malbourough e do príncipe Eugénio pelas planícies europeias tinha levantado outra questão: a sustentação e a movimentação das tropas em campanha e o desenvolvimento daquela parte da ciência-arte militar que passaria a designar-se por *logística*.

A batalha terrestre estendeu-se no espaço e no tempo. Em Blenheim (13 de Agosto, 1704), que constitui uma batalha importante para a época, os exércitos em confronto estenderam-se no terreno numa frente de quase 4 km e o combate durou cerca de sete horas. O combate continua a ser um combate próximo, com funções diferenciadas para a infantaria, cavalaria e artilharia e com a engenharia a ganhar importância no ataque a praças-fortes a que as construções de Vauban tinham melhorado as suas capacidades defensivas. A infantaria ia abandonando o pique e generalizando o uso da arma de fogo individual com a baioneta. Em Portugal, D. Pedro II (1704) determina que os " terços de infantaria se

armassem com bocas-de-fogo -armas de pederneira - com baioneta de *alvado* sem que haja neles *picaria* alguma."[1] A cavalaria ia diminuindo a sua proporção em efectivos relativamente à infantaria, mas continuava a desempenhar no combate a sua principal capacidade de poder de choque. A artilharia, sem padronização de calibres e com difícil transportabilidade, continuava a ser mais importante para o ataque a fortalezas do que para apoiar o combate.

A *ordem de batalha* para o combate continuava a ser a *ordem paralela* de Gustavo Adolfo de seis fileiras, e o *batalhão* começava a adquirir estatuto como *unidade táctica fundamental*, substituindo progressivamente o regimento.

A segunda metade do século, com a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as Guerras da Revolução (1792-1800) na Europa e a Guerra da Independência da América (1755-1783) ia assistir a grandes inovações na ciência-arte da guerra que iriam conduzir às formas modernas de conduzir a guerra. A par das inovações tecnológicas, comandantes militares de génio, como Frederico II da Prússia, George Washington e Napoleão Bonaparte, souberam e tiveram a oportunidade de aproveitar essas inovações para estruturarem e utilizarem os seus exércitos de forma a *manobrarem*, utilizando o fogo e o movimento. Também a marinha inglesa, melhorando progressivamente a relação entre a tonelagem dos navios e a sua artilharia, e introduzindo novo armamento nos navios, conseguiu modificar o combate no mar pela introdução da manobra no tradicional *combate em linha*. A *manobra* foi a grande inovação introduzida nos elementos de combate.

O mosquete foi progressivamente melhorado, na sua velocidade de carregamento e precisão, originando a espingarda de pederneira, que permitia melhor cadência de disparos. A intermutabilidade de peças também permitiu o seu fabrico em série e a *Brown Bess*, de fabrico inglês, começou a armar alguns exércitos. O estriamento do cano, melhorando alcance e precisão, seria conseguido no final do século com a espingarda *Baker*, o que conduziu à constituição de unidades de *fusiliers* (atiradores) na infantaria.

Na ordem de batalha, o batalhão fixou-se como a unidade táctica fundamental e a ordem paralela começou a alongar-se e a fixar-se nas duas fileiras e a *ordem profunda*, com os batalhões em coluna, começou a ser utilizada para o ataque. Na infantaria começou a aparecer a *infantaria ligeira*, atiradores destacados da formação principal de combate, para procurar o adversário e desgastá-lo.

---

[1] PINTO, Renato Marques, *AS INDUSTRIAS MILITARES E AS ARMAS DE FOGO PORTÁTEIS NO EXÉRCITO PORTUGUÊS*, *Revista Militar,* Dezembro, 2009.

A cavalaria, dependente do cavalo e da sua obtenção, redefiniu as suas funções no combate. Manteve o poder de choque mas aumentou as suas capacidades para o reconhecimento e a segurança. A diferenciação de funções no combate foi ditada mais pelas capacidades das montadas e compleição física dos cavaleiros do que pelo armamento utilizado.

Na artilharia os progressos técnicos foram mais evidentes, o que influenciou a sua utilização no combate. Em 1765, o francês Jean Baptiste de Gribeauval começou a revolucionar a arma que alguns anos mais tarde Napoleão Bonaparte viria a utilizar melhor no combate. Padronizou os canhões de acordo com os calibres (4, 8 e 12 libras) e os obuses (6 polegadas), aligeirando o peso, reforçando reparos e rodados e permitindo que o reboque se fizesse por cavalos. A trajectória dos projécteis ficou mais conhecida pela matemática e o seu relacionamento com a elevação comandada pela introdução do parafuso sem-fim.

A engenharia começou a ver aumentadas as funções em combate, evoluindo do ataque a fortalezas para a abertura e manutenção de itinerários, construção de pontes e levantamento topográfico do terreno.

A preparação da força militar e o seu comando passaram a exigir órgãos e pessoal melhor preparados, para elaborar planos, transmitir ordens e organizar deslocamentos, alojamentos e sustentação das tropas. Surgem as Secretarias da Guerra e os Estados – Maiores, inicialmente com as figuras de Ajudantes Generais (ordens e administração de pessoal militar) e Quartéis Mestres Generais (movimentos e aquartelamentos). Providenciar e fornecer munições de boca exigem que os funcionários civis dos exércitos, ligados às fazendas, vão aumentando (intendentes, comissários, pagadores, auditores).

A transmissão de ordens, com distâncias acrescidas e tempos mais prementes, obrigam ao desenvolvimento de telégrafos mecânicos e visuais, como acontecia no mar entre navios.

A sustentação das tropas em campanha exigiu arranjos logísticos. Foi Frederico II da Prússia que, sem abandonar o princípio de os exércitos viverem dos recursos dos territórios percorridos, introduziu o sistema de níveis de abastecimentos disponíveis para as tropas: três dias com o combatente, oito dias para os depósitos regimentais e trinta dias para os depósitos do exército.

Mas foi com as Guerras da Revolução, e com a acção de Napoleão, que a forma de conduzir a guerra sofreu tremendas inovações. A força foi concebida para conquistar, o que obrigou a deslocamentos e marchas a longas distâncias, procurando concentrar potencial de combate no momento decisivo e no "centro de gravidade do adversário". Para tal, a força teve de ser estruturada em grandes efectivos, recorrendo à conscrição para obter

homens, aos impostos para a sua sustentação, a Comandantes de excepção para a sua condução. A Divisão e o Corpo de Exército foram organizações necessárias ao comando e controlo de grandes efectivos, à manobra e à sustentação das tropas. Na batalha e no combate, a utilização de elementos essenciais como a segurança, o objectivo, o esforço, o poder de fogo, o movimento e a manobra, a utilização do terreno e poder actuar sobre o adversário em momentos decisivos com reservas disponíveis, foram inovações que vão manter-se por séculos.

Face a tantas inovações e alterações de conceitos as nações reagiram, durante o século, com profundas e constantes reorganizações dos seus instrumentos de força militar. O militar tinha de se profissionalizar, de estudar e de treinar, a guerra era cara, a força militar devia servir as nações e era demasiado perigosa para ser deixada só para os militares e o direito de cidadania passava a conter o dever de defender.

II

Portugal vai atravessar o século influenciado por esta evolução do pensamento militar na Europa e condicionado por factores estruturantes próprios que resultavam de um espaço alargado por um Império que cobria vários continentes, de uma população que não chegava, no Continente, a 2 milhões de habitantes, de uma estrutura social muito influenciada por ordens onde predominava a nobreza, a Igreja com a Inquisição, uma burguesia baseada no comércio e uma distribuição de terras que não fortalecia o tecido social. A economia era dependente do comércio com o Império e consequente rendimento das alfândegas. Um absolutismo reinante, interrompido por um despotismo esclarecido do marquês de Pombal, a meio do século, e depois retomado, ignorava as Cortes, reunidas pela última vez em 1697, o que agravava as fracturas sociais. A Espanha, como único vizinho no continente europeu, e o que ali acontecia, continuava a influenciar o comportamento de Portugal na Europa das nações.

A esses factores estruturantes vão juntar-se, durante o século, circunstâncias conjunturais que influenciam a vida dos portugueses e o comportamento de Portugal na Europa. Entre eles sobressaem as diferentes concepções das elites da Nação face ao poder real e às alianças a estabelecer na Europa (Inglaterra ou França), os tratados comerciais injustos com a Inglaterra, a não modernização da universidade devido à oposição da Igreja, a expulsão dos jesuítas, o abandono das praças do Norte de África e o apagar do Império do Oriente. O ouro do Brasil que começa a inundar o Reino em

1699, com as consequentes despesas de ostentação, não serviu o desenvolvimento e o terramoto de 1755, em Lisboa, foi a maior catástrofe natural da Europa no século. Nos seus anos finais, as novas ideias do enciclopedismo, os acontecimentos em França e a implantação da franco-maçonaria vão criar elites que se pretendem esclarecidas no meio de um povo analfabeto.

Terminada a campanha da Restauração e estabelecida a paz com Espanha (1668), Portugal, que tinha desenvolvido um esforço militar notável para reafirmar a sua independência, continua com um conceito estratégico militar bem definido: *defender o Reino e proteger o Império.* Mas perante uma vontade nacional fracturada em interesses, insuficiências estruturais e fracos recursos, o Reino continua a privilegiar a segurança, utilizando alianças, diplomacia e comércio, descurando a defesa.

A defesa terrestre continuou a ter por instrumento militar uma força estruturada em Exército de Linha, Milícias e Ordenanças. Sistema que já vinha da Idade Média tinha sido revigorado com a Restauração, mostrando-se como um conceito válido para o recrutamento dos *Terços* do Exército de Linha, para a guarnição das praças-fortes e para desenvolver o espírito de defesa da população, cobrindo militarmente o Continente e Ilhas. No Império, guarnições locais levantadas pelos Governadores e um conjunto de navios armados, no Índico, asseguravam a soberania. A costa continuava a ser vigiada e percorrida por navios da Armada que combatiam a pirataria e protegiam os comboios do comércio da Índia e do Brasil.

Inesperadamente, e ainda mal refeito de uma campanha que o tinha esgotado, o Reino vê-se envolvido na *Guerra da Sucessão de Espanha* (1702-1715). O século, quanto à guerra, iria ser caracterizado " *por movimentos sem combater e combates sem manobra*" e, talvez também por esta tendência, é criado para o Exército o *Superintendente de Transportes* (1705).

Em 1707 D.João V entra a reinar e nesse mesmo ano, em plena guerra, inicia reformas no Exército. Eliminam-se os Terços e criam-se os *Regimentos*, ainda ligados à pessoa do seu Coronel e passam a ser também uma *unidade administrativa* sendo fixado o pré para os soldados: 53 réis para a Infantaria (recebendo 30 réis, já que 23 eram descontados para fardamento e um pão de munição diário) e 96 para a Cavalaria (recebendo 50 réis).

É regulamentado o *Regimento do Vedor dos Exércitos*, com a missão de providenciar "*víveres com regularidade e abastança*" para as tropas e, na sequência, é difundido o *Regulamento para os Almoxarifados e Escrivães dos mantimentos das praças* (que nunca foi impresso).[2] O transporte continua a

[2] PINTO, António Gouveia, *MEMORIAL HISTÓRICO ESTATÍSTICO MILITAR*, *Revista Militar*, 1862.

ser preocupação para movimentar tropas e abastecimentos e nos Regimentos são levantadas companhias de barcas e de mineiros.

A paz chega em 1715. Diminuem-se efectivos e Unidades e duas passam a ser quase privadas, financiadas pelos comerciantes de Lisboa e do Porto: os Regimentos da Armada Real do Comércio de Lisboa e Porto. Foram constituídos Hospitais para Praças.

As Unidades foram distribuídas pelo Reino, perdendo a designação do seu Coronel, e na organização para a campanha foi criado o Batalhão.

A Armada, ainda com um conjunto apreciável de navios de linha, agora de vela na sua totalidade, foi chamada a combates navais de importância, em 1716 e em 1717, quando, a pedido do papa Clemente XI, D. João V organizou uma esquadra que, juntamente com a dos Estados pontifícios e de outras nações, bateu os turcos em Matapão.

Em 1736 surgem as primeiras medidas para o controlo civil da força militar. São criadas a *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra* (a cargo de Manuel António de Azevedo Coutinho) e a *Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Conquistas* (a cargo de António Guedes Pereira). Esta nova organização superior da defesa do Reino retirou competências ao Conselho de Guerra e aos Conselhos do Rei, detidos por nobres, para os centrar mais numa estrutura de Estado[3]. O funcionalismo superior aumentou e o Pessoal Civil do Exército, sendo ainda um assunto mal investigado, passou a ter responsabilidades em Departamentos ligados ao Abastecimento, Transportes, Saúde, Tesouraria e Auditoria da força terrestre.

D. João V morre em 1750 e na segunda metade do século as reorganizações da força militar terrestre vão ser ditadas pela situação internacional e a influência de Sebastião de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, Primeiro-ministro de D.José I, na sua construção do Estado e fomento do comércio, Portugal vê-se de novo envolvido em conflito com o seu vizinho, a Espanha, na guerra resultante do Pacto de Família dos Bourbon que ficou conhecida como a *Guerra Fantástica* (porque pouco se combateu, mas muito se caminhou) ou dos *Sete Anos* (de 1756 a 1763). A impreparação militar do Reino leva o marquês de Pombal a recorrer, mais uma vez, a um mestre militar para organizar a defesa. Chegam a Lisboa, em 1762, o príncipe alemão Wilhelm von Schaumburg-Lippe contratado em Inglaterra, da escola prussiana de Frederico e um contingente de tropas inglesas (7000/8000 homens) comandadas por Lord Townshend. Reorganiza-se o Exército, dividindo-o em exército de manobra e exército de guarnição, contratam-se dois batalhões de suíços, reforça-se e regulamenta-se a

[3] RIBEIRO, António SILVA, *ORGANIZAÇÃO SUPERIOR DE DEFESA NACIONAL*, Prefácio, Lisboa, 2004.

disciplina, padronizam-se uniformes, estabelecem-se aquartelamentos permanentes e cria-se o Real Colégio dos Nobres, como escola de formação de Quadros militares. Fala-se pela primeira vez, em Portugal, em Estado-Maior (substituindo as *Primeiras Planas do Reino*)[4] e é nomeado o Tenente-General Crawford como primeiro Quartel-Mestre General do Exército e a estrutura de administração e dos serviços toma novo impulso. O controlo das finanças e dos gastos é melhorado pela nomeação de *Auditores dos Regimentos* (pessoal civil ligado à Fazenda) em 1763. Cria-se o *Arsenal Real do Exército* (1764) que passa a ter responsabilidades não só no armamento mas também nos fardamentos do Exército, com tecidos que se começam a tecer em Portalegre, Covilhã e Fundão.

D. José I falece no início de 1777. Novos ventos chegavam para os Impérios. A Guerra de Independência dos EUA tinha-se iniciado em 1775 e vai durar até 1783, debilitando a Inglaterra. A última praça portuguesa no Norte de África, Mazagão, tinha sido abandonada em 1769 e na Índia (com a guerra dos Marahatas) e no Brasil (com a disputa sobre a colónia de Sacramento) as pressões militares mostravam que Portugal não tinha força militar para se lhes opor.

D. Maria I, que ascende ao trono em 1777, tenta melhorar as estruturas culturais do Reino com a fundação de Academias e o lançamento das futuras Escolas Militares. O seu Secretário de Estado da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1788-1801), futuro visconde de Balsemão, chama para seu conselheiro o Tenente-General John Forbes Skellater, escocês e militar de fortuna que com Lippe tinha vindo para Portugal, tinha combatido na *Guerra Fantástica* e tinha, por casamento e por ser católico, adquirido a nacionalidade portuguesa. Ao tempo era Ajudante-General do Exército. O corpo de Oficiais, muito centrado na nobreza do Reino, começa a dar sinais de mudanças e o militar profissional, talvez sob influência do que se passava na América do Norte nascente, faz a sua aparição.

Quando o Príncipe D. João (futuro D.João VI) assume a governação do Reino, por incapacidade da Rainha-mãe em 1792, a Europa assistia, ainda com espanto e receios, ao que se tinha passado em França e ao início das guerras da Revolução. É criado o Real Corpo de Engenheiros, com missões amplas onde se incluíam o reconhecimento e o conhecimento geográfico do Reino e dos seus itinerários No ano seguinte Portugal, mercê dos equilíbrios entre alianças que se iam estabelecendo, organiza um Exército Auxiliar à Coroa de Espanha – *Campanha do Roussilhão.*

[4] GUEDES, Lívio da Costa, *PRIMEIRAS PLANAS E ESTADOS-MAIORES*, *Revista Militar, Fev-Mar 1989.*

Comandada pelo General graduado John Forbes Skellater, e contando com cerca de 5601 efectivos, era a primeira força militar expedicionária portuguesa nos moldes da organização da época (Comando e Estado-Maior, duas Brigadas de Infantaria, uma Brigada de Granadeiros, uma Brigada de Artilharia e um Corpo de Engenheiros), o seu custo mensal, em vencimentos, foi estimado em 19.491$670 réis e embarcou em 14 navios da Armada Real.[5]

Na força expedicionária incluíam-se alguns jovens Oficiais portugueses, de uma nova geração militar que já não tinha origem só na nobreza do Reino e que viriam a ter influência nos futuros assuntos militares que se relacionavam com a defesa de Portugal. Entre outros, nela se incorporaram o Major Graduado D. Miguel Pereira Forjaz, o Coronel Gomes Freire de Andrade, o Coronel D. Pedro de Almeida Portugal (3º marquês de Alorna e 6º conde de Assumar) e o Major de Artilharia José António da Rosa. O Estado-Maior da Força já reflectia uma organização moderna, com Ajudante General (D. Pedro de Almeida Portugal), Quartel Mestre General (Coronel de Engenharia José de Morais d'Antas Machado), Auditor Geral (Desembargador José António Ribeiro Ferreira), Intendente Geral da Polícia do Exército (Auditor Francisco José de Aguiar), Capelão-mor e Médicos Inspectores do Serviço de Saúde. As Repartições Civis incluíam a secretaria, a do hospital e botica, a de víveres e a de carruagens, com vários funcionários civis.[6]

Nas instruções dadas pela Rainha ao Comandante-Chefe, que constituem uma notável carta de comando[7], estabelecia-se " *que o pão de munição, víveres e forragens serão fornecidos pelos intendentes ou comissários e os ordenados do Exército de Campanha, pagos pela Tesouraria da minha tropa*".

A expedição, depois da derrota das forças de Espanha, embarca em Barcelona a 28 de Outubro de 1795 de regresso a Lisboa, desembarcando em 10 e 11 de Dezembro em Belém. Tendo sido uma campanha de sacrifício, mal apoiada e sem qualquer benefício para a Coroa portuguesa, trouxe ensinamentos importantes para a organização da força armada do Reino. Detectaram-se as faltas no apoio às tropas em campanha, tomou-se contacto com novas organizações para a Infantaria, especialmente o nascimento da infantaria ligeira e reconheceu-se a necessidade de aumentar a instrução do Corpo de Oficiais e organizar um Estado-Maior para o Exército.

---

[5] SORIANO, Luz, *HISTÓRIA DA GUERRA CIVIL*...; Imprensa Nacional, Lisboa, 1866-1890. Biblioteca Nacional Digital.

[6] CENTENO, João, *O EXÉRCITO PORTUGUÊS NA GUERRA PENINSULAR*, Vol.1, Prefácio, Lisboa, 2008.

[7] Ob Cit. 5.

A Armada Real, que dispunha, como navios armados, de treze naus, dezasseis fragatas, três corvetas, seis bergantins e oito charruas, estava organizada em três forças navais. A Esquadra de guarda-costas, a Esquadra do estreito e a Esquadra do mar oceânico, que pairava ao largo dos Açores e protegia a navegação vinda do Brasil e da Índia.[8]

Os sinais de guerra, a falta de um Conceito Estratégico bem definido que se materializasse num Plano de Defesa e as indefinições sobre o instrumento militar que o deveria servir vão conduzir a um conjunto de sucessivas reorganizações para que faltavam saber, homens e dinheiro. Os terços de Milícias são transformados em Regimentos, cria-se uma Brigada de Infantaria Ligeira (*Legião de Tropas Ligeiras*) que inclui a primeira Bateria de Artilharia a Cavalo, remodela-se a Academia de Fortificação e publica-se, em Agosto de 1797, o primeiro *Regulamento do Serviço de Saúde*.

Em Maio de 1798, parte da esquadra portuguesa, constituiu uma força de seis navios de linha para cooperar com a Royal Navy, sob o comando do Almirante Bronte Nelson, no bloqueio da Ilha de Malta que estava a ser ameaçada por forças da França revolucionária. Comandou a esquadra portuguesa o marquês de Nisa, D. Domingos Xavier de Lima, que no posto de Contra-Almirante comandava a esquadra de protecção costeira. A acção desta esquadra e da sua força de desembarque no cerco a La Valletta, mereceu largados elogios das nações aliadas.

O Príncipe assume a regência do Reino em 1799. Nomeia o seu primo, D. João Carlos de Bragança e Ligne, 2º duque de Lafões, para Marechal e Comandante do Exército, contrata-se um general austríaco, Cristiano de Waldeck para comandar o exército em campanha e encarrega-se um conjunto de oficiais franceses emigrados, dirigidos pelo marquês de la Rosière, para organizar o Estado-Maior do Exército. O marquês de Alorna, ao tempo marechal de campo, é encarregado de elaborar um estudo sobre a reorganização do Exército, que ele apresenta sobre o título de *Reflexões sobre o sistema económico do Exército*.

Em Fevereiro de 1801 o Exército é organizado em três Brigadas, fixando-se-lhes sede e área de responsabilidade, com a Primeira em Santarém, a Segunda em Évora e a Terceira em Guimarães. O Estado-Maior do Exército é fixado em 64 Oficiais Generais (dois Ajudantes Generais e um Quartel-Mestre General) e estabelece-se o efectivo da força terrestre: 86.602 homens (Infantaria: 38.400; Cavalaria: 5544; Artilharia: 6000; Legião: 1138; Milícias:34.400).[9]

---

[8] FONSECA, V/Almirante Alexandre da, *O MARQUÊS DE NISA NO BLOQUEIO DA MALTA, 1798-1799, Revista Militar*, Janeiro de 2010

[9] Ob. Cit. 6.

Espanha invade Portugal a 20 de Maio de 1801 e, numa campanha fulminante e com uma quase ausência de resistência, conquista um conjunto de praças-fortes, incluindo Olivença, até 7 de Junho. Portugal vê-se forçado a assinar uma paz desvantajosa. O duque de Lafões, dada a sua idade, abandona o comando do Exército, depois deste desastre militar que ficou conhecido como a *Guerra das Laranjas*.

A expedição à Catalunha e a Guerra das Laranjas mostraram as deficiências do Exército, especialmente na sua organização administrativa. A 23 de Julho de 1801 é investido no comando-chefe do Exército mais um militar estrangeiro para o reorganizar. Chega o General Karl-Alexander von der Goltz, que tinha sido secretário de Frederico II da Prússia e tinha servido no exército dinamarquês. Escolhe para seu secretário D. José Maria de Sousa, morgado de Mateus, que depois de ter servido no exército passou à vida diplomática, tendo viajado muito, adquirido conhecimentos e experiência e era conhecido de Goltz. O General, depois de visitar o Reino, faz algumas recomendações. Sucessivamente são criadas a *Junta da Direcção Geral dos Provimentos e Munições de Boca para o Exército, a Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército e uma Contadoria dos Arsenais do Exército, Fundições, Praças, Armazéns, Fábricas de Pólvora e Petrechos de Guerra.*[10]

Como resultado do relatório elaborado pelo conde Goltz (que abandona Lisboa em Julho de 1802) é nomeada uma comissão para reestruturar o Exército de que foi secretário D. Miguel Pereira Forjaz. Não pertenceram à comissão o marquês de Alorna e o Coronel Gomes Freire de Andrade, militares prestigiados e que julgaram dar os seus pontos de vista. O primeiro escreveu, em 1804 ou 1805, uma obra intitulada *Observações sobre a memória do general Dumouriez acerca da defesa de Portugal, com um projecto de reorganização do Exército e um plano de defesa do país*. Este trabalho, parece que muito apreciado, nunca foi impresso e desapareceu dos arquivos.[11] Gomes Freire de Andrade publicou, em 1806, *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o Exército, relativo à população, à agricultura e defesa do país*.

Havia duas visões diferentes face à eminência do conflito com a França: quem favorecesse a neutralidade (o partido francês) e quem apoiasse a aliança com a Inglaterra (partido inglês). Tinha substituído o conde Goltz como Marechal do Exército (em Novembro de 1801) o conde e marquês de Vioménil, que se retira pouco tempo depois desanimado com as dificuldades.

---

[10] HENRIQUES, Mendo Castro, *D. MIGUEL PEREIRA FORJAZ, ORGANIZADOR DA VITÓRIA*, Actas do XV Colóquio de História Militar, Lisboa, Nov2005.

[11] F.M., *OS PRELIMINARES DA ORGANIZAÇÃO DE 1806*, *Revista Militar*, Nº17, Setembro de 1902.

A uma proposta de reorganização apresentada pela comissão em 1803 (em que surgia a proposta da criação de um corpo do Estado-Maior da autoria do General Skellater), seguem-se tumultos entre o Regimento de Campo de Ourique (comandado por Gomes Freire) e a Guarda de Polícia de Lisboa (entendida por alguns autores como tentativa de um golpe militar por parte de Gomes Freire). Como sua consequência, e também por pressões do Embaixador de Napoleão em Lisboa, o General Lannes, a comissão é dissolvida e o Ministro da Guerra, D. João de Almeida de Melo e Castro é demitido.

Depois de um período de indefinições diplomáticas, da tentativa de comprar uma neutralidade, de lutas internas entre a nobreza e os novos militares profissionais e de dificuldades financeiras, por Alvará de 19 de Maio de 1806 reorganiza-se o Exército em 3 Divisões (Norte, Centro e Sul), fixando-se a composição de cada uma em 8 Regimentos de Infantaria, agrupados em 4 Brigadas, 4 Regimentos de Cavalaria e 1 Regimento de Artilharia, excepto a do Sul que tinha dois Regimentos desta Arma. O Corpo da Legião de Tropas Ligeiras, formado à base das tropas de Caçadores, constituía uma Reserva. Um Alvará de Outubro de 1807 organiza o Reino em 7 Governos Militares, fixa os seus limites e divide-os em 24 brigadas de ordenanças, a cada uma das quais cabia a responsabilidade de levantamento de 2 Regimentos de Milícias e um Regimento de Linha. E em 29 de Outubro, outro Alvará reorganiza as Milícias, passando os seus Regimentos a 48, dois por cada Brigada de Ordenanças, sendo designados pela terra a que pertenciam ou o nome do seu Comandante. São criados na mesma data o Corpo Real de Milícias a Cavalo, com um total de 462 homens, em Lisboa e mais dois Regimentos de Milícias nesta cidade: o Regimento de Voluntários Reais de Milícias a Pé de Lisboa Ocidental e o Regimento de Voluntários a Pé de Lisboa Oriental. A reorganização incluiu um plano de uniformes para o exército e milícia.[12]

Em meados de 1807, o Exército de Linha, com os Quadros totalmente preenchidos, teria efectivos da ordem dos 42.847 homens assim distribuídos: [13]

Infantaria (24 Regimentos a 1200 homens)	–	28.800
Cavalaria (12 Regimentos a 613 homens)	–	7.356
Artilharia (4 Regimentos a 1200 homens)	–	4.800
Legião de Tropas Ligeiras	–	1.379
Artilharia de Guarnição	–	512

[12] BRANCO, Pedro Soares, *OS UNIFORMES PORTUGUESES NA GUERRA PENINSULAR*, Tribuna da História, Lisboa, 2007.

[13] GIL, Ferreira, *A INFANTARIA PORTUGUESA NA GUERRA PENINSULAR*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1913.

Estes efectivos estavam preenchidos a menos de 50% e foi esta a reorganização interrompida com a ocupação temporária do território por tropas francesas e espanholas. A Milícia também não se encontrava organizada e não dispunha de armamento e as Ordenanças não eram mais do que um conjunto de homens, sem instrução e armas, que não dispunham mais do que a vontade para se defenderem.

De 1668 a 1807 (cinco monarcas, cinco gerações e quatro campanhas) Portugal não teve vontade, dinheiro e saber para constituir uma força militar para dar sequência ao conceito estratégico militar (*defender o Reino e proteger o Império*) que lhe tinha permitido manter a sua independência. As mudanças que na Europa se iam processando na diplomacia e na guerra não foram seguidas para actualizar o conceito estratégico de equilíbrio de poderes e dos seus instrumentos militares. Continuou a insistir-se nas fortalezas de fronteira para defesa do Reino. O Império foi protegido por forças recrutadas localmente e a Armada desceu abaixo das necessidades. A nobreza continuava a reclamar os comandos e o absolutismo real não permitia a modernização dos governos para tratar dos assuntos da guerra, só conseguido em 1736 com a criação das Secretarias de Estado. A preparação de Quadros, com a excepção para a artilharia e engenharia, era quase inexistente.

Em Novembro de 1807, o General Junot invade com um exército francês Portugal, seguindo o vale do Tejo, apoiado por exércitos de Espanha a Norte e a Sul. O Tenente-Coronel Lecor[14], Ajudante de Campo do marquês de Alorna, que se encontrava em Elvas, é enviado para a Beira a fim de esclarecer a situação. Avista as tropas inimigas já próximo de Abrantes e corre a Lisboa para avisar a Coroa. Encontra-se com o Príncipe que lhe ordena que volte a vigiar o exército invasor e que vá avisando Lisboa. O Príncipe e a Família Real embarcam para o Brasil e quando Junot chega a Belém, a 27, já estavam no Tejo a Coroa, o Governo, as elites do Reino, os bens materiais e culturais da nação, a estrutura superior do Exército e três Regimentos completos (Moura, Bragança e Estremoz) e da Armada Real, numa armada de dezassete navios que constituía a força naval do Reino[15], escoltando o comboio a marinha de Inglaterra, e que iria ficar do outro lado

[14] Carlos Frederico Lecor, barão e visconde de Laguna. Nasceu em Faro a 11 de Setembro de 1767 e faleceu em Sacramento a 2 de Agosto de 1836. Seria o único Oficial português a comandar uma Divisão do Exército Anglo-Luso.

[15] A esquadra portuguesa era constituída pelas naus *Príncipe Real* (84 peças), *Rainha de Portugal* (74 peças), *Medusa* (74 peças), *D. João de Castro* (74 peças*), Afonso de Albuquerque* (74 peças), *Príncipe do Brasil* (74 peças), *Conde D. Henrique* (74 peças), *Martim de Freitas* (74 peças), fragatas *Golfinho* (40 peças), *Minerva* (44 peças), Urania (*44 peças*), brigues *Voador* (22 peças), *Vingança* (20 peças), *Lebre* (22 peças), escuna *Curiosa* (16 peças) e charrua *Thetis.*

do Atlântico. Portugal, em Lisboa, fica governado por um Conselho de Regência formado pelo marquês de Abrantes, Francisco da Cunha e Meneses, o Deão Principal Castro, Pedro de Mello Breyner e D. Francisco de Noronha. São nomeados secretários o Tenente - Coronel D. Miguel Pereira Forjaz e João António Salter de Mendonça. O comportamento dos membros da Regência, com excepções, face aos invasores e face aos portugueses é uma história de bajulação, corrupção e duvidoso portuguesismo.

Em Dezembro a Inglaterra, a pedido do Príncipe Regente e para evitar a sua ocupação por França, ocupa a Madeira, com uma força comandada pelo Major General William Carr Beresford e a sua armada passa a vigiar a costa e a bloquear o Tejo. Durante quase um ano Portugal seria ocupado por tropas francesas e "*el-rei rei Junot*",[16] reduzindo as Unidades por decreto de 22 de Dezembro e abolindo as Milícias, em Janeiro de 1808, desarmou Portugal. A força do Exército reduziu-se a três Legiões (Tejo, Douro e Algarve, cada uma com um Regimento de Infantaria). Alguns *afrancesados*, comandados por Alorna, constituíram a Legião Lusitana (cerca de 9000 efectivos) que em meados de Março de 1808, por Salamanca seguiu para França. Alguma nobreza e quadros militares exilaram-se em Inglaterra.

Entretanto em Espanha, Napoleão conseguia os seus objectivos, ocupando o território com mais de 100.000 efectivos militares, destronando a monarquia Bourbon e colocando o seu irmão, José Bonaparte, como Rei de Espanha. O povo começa a revoltar-se, é brutalmente reprimido e Goya retrata os fuzilamentos de 2 de Maio em Madrid. Um conjunto de *Juntas* vai-se espalhando pelo País, a começar pelas Províncias do Norte. Os acontecimentos influenciam os generais e tropas de Espanha que se encontravam em Portugal, que abandonam o território ou são desarmados por Junot.

Os acontecimentos em Espanha influenciam as populações portuguesas, começando pelo Norte onde o dispositivo militar francês não existia. O grito da revolta começa por Bragança, onde o antigo governador de armas, General Sepúlveda, e alguns párocos incitam o povo contra os franceses. A 19 de Junho de 1808, no Porto, na sequência de revoltas populares generalizadas pelo norte do País, declara-se abolido o governo francês e constitui-se uma *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*,[17] que jura

[16] BRANDÃO, Raul, EL-REI JUNOT, Imprensa Nacional. Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

[17] A Junta era composta pelo bispo do Porto, Fr. D. António de S. José de Castro, da Ordem de S. Bruno; o provedor do bispado Padre Manuel Lopes Loureiro; o Desembargador e Juiz da Coroa José de Melo Freire; o vigário geral Padre José Dias de Oliveira; o Desembargador dos Agravos Luiz de Sequeira de Gama Ayala; o Sargento-mor António da Silva Pinto; o Capitão de Artilharia João Manuel de Mariz; Manuel Ribeiro Braga e António Mateus Freire de Andrade Coutinho (Comerciantes). A junta suspendeu as suas funções a 26 de Setembro de 1808.

o Príncipe D.João e tenta arranjar exército, armas, dinheiro e aliados. Foram chamadas as milícias, ordenanças, soldados licenciados e com baixa, procedendo-se não só à criação de corpos de voluntários, mas também aos de linha de entre os quais os batalhões de caçadores do Minho, do Porto, de Trás-os-Montes e da Beira. Alguns militares que se tinham mantido fiéis à Coroa, como os Generais Bernardim Freire de Andrade, Sepúlveda e Miranda Henriques e os Brigadeiros Pinto da Fonseca e Pinto Bacelar tentam reorganizar a força, a partir dos vários corpos de voluntários que se iam formando no País, incluindo o Corpo Académico Militar de Coimbra, que organizado em batalhões de Lentes e Alunos põem o seu saber no fabrico de pólvora e armamentos [18] e, marchando sobre a Figueira da Foz, expulsa os franceses do Forte de Santa Catarina, na foz do Mondego, que passa a ser guarnecido por forças inglesas da esquadra do Almirante Charles Cotton que vigiava o litoral português e bloqueava o Tejo.

Com os poucos recursos económicos que tinha ao seu dispor, fruto de inúmeras doações, empréstimos junto dos comerciantes da cidade (12 contos de réis) e dos impostos, então criados, a Junta decretou a reconstituição das seguintes Unidades da primeira linha a começar pelo Norte do País: 8 Regimentos de Infantaria (6 e 18 Porto, 11 e 23 Viseu, 21 Braga, 24 Bragança, 12 Chaves, 12 Vila Real), 4 Batalhões de Caçadores (Minho, Porto, Trás-os- Montes e Beira), e 4 Regimentos de Cavalaria (6 Porto, 9 Braga, 11 Viseu, 12 Vila Real). Esta organização teve por impulsionadores o General Bernardim Freire de Andrade e Castro, nomeado governador de armas em Coimbra, e o seu cunhado, Tenente-Coronel D. Miguel Pereira Forjaz, Secretário do Conselho de Regência, e no mês de Junho os oficiais, sargentos e praças começam a apresentar-se nas suas antigas Unidades fazendo uso dos seus uniformes.[19]

Em contacto com as Juntas espanholas, que desenvolviam esforços em Londres para obter auxílio de Inglaterra, importava à Junta do Porto estabelecer ali, também, as suas relações. Os comerciantes de vinho do Porto da cidade eram um grupo influente e o comércio do vinho fonte de receitas para Inglaterra. Em Junho de 1808, foram enviados à capital britânica o visconde de Balsemão e o desembargador João Carvalho Martins Ferrão que alcançaram do governo inglês, em que Lord Castlereagh desempenhava o cargo de Secretário de Estado para a Guerra e Colónias, o fornecimento de víveres, armas e munições, além de um empréstimo de 3 Milhões de

[18] NEVES, José Acúrcio das, *HISTÓRIA GERAL DA INVASÃO DOS FRANCESES EM PORTUGAL E DA RESTAURAÇÂO DESTE REINO*, Lisboa, 1810-1811, Biblioteca Nacional Digital.

[19] Ob Cit.6.

cruzados e a garantia da colaboração de um exército de 6000 homens. Uma força inglesa sob o comando do Major General Brent Spencer já se encontrava na costa de Espanha. O Príncipe Regente, no Rio de Janeiro, resolveu-se a declarar guerra à França, [20]juntando-se à Inglaterra.

Em Julho de 1808, por iniciativa dos coronéis portugueses José Maria de Moura e Carlos Frederico Lecor e recorrendo a emigrados portugueses, é concebida em Liverpool a Leal Legião Lusitana (LLL), com cerca de 2200 efectivos, que em grande parte vão ser recrutados no Porto, em Setembro, pelo seu Comandante Sir Robert Wilson. Organizada em Comando e Estado-Maior, dois batalhões de infantaria e um corpo de artilharia é paga e fardada por Inglaterra, e vai combater até 1811.

A partir de Agosto de 1808, com o auxílio da Inglaterra e com algumas unidades levantadas por esforço local e por vontade de defender, nova era começou para o Exército Português. Iria, progressivamente, retomar-se a organização de 1806 que não tivera tempo nem dinheiro para se concretizar.

III

Em Junho de 1808, a Inglaterra encontrava-se em guerra com a França desde 1803. Napoleão, que se tinha coroado como Imperador de França (Dez 1804), tinha visto a sua marinha destruída pela esquadra inglesa de Nelson em Trafalgar (Out. 1805) mas tinha derrotado opositores em batalhas famosas como Austerlitz (Dez.1805) e Iena (Out.1806). Inglaterra, protegida pelo seu potencial naval (*se os franceses chegarem a Inglaterra não virão por mar*, como dizia um dos seus Almirantes na Câmara dos Lords), via-se agora na contingência de ter de empenhar-se no combate terrestre no Continente contra Napoleão, que sem poder conquistar o seu Império, ameaçava o seu comércio, fonte dos seus rendimentos. O seu exército, de efectivos reduzidos, tinha uma base de recrutamento de voluntariado, baseada no Regimento territorial, que tinha sofrido algumas inovações quando, em 1803, tinham surgido notícias de uma possível invasão do território por Napoleão. Os seus quadros já tinham uma preparação militar no Royal Military College, em High Wycombe, e na Academia Militar de Sandhurst (fundada em 1799) e muitos provinham de uma aristocracia católica irlandesa, que um Acto recente, não descriminando a religião, tinha permitido regressarem a Inglaterra, depois de educação e experiência militares adquiridas no Continente e nas guerras que aí se desenvolviam. A experiência deste

[20] PERES, Damião, *HISTÓRIA DE PORTUGAL*, Barcelos, 1934.

exército era a de guerras travadas noutros continentes, como na América do Norte, Índia, Argentina ou no Cabo da Boa Esperança. Com falta de cavalaria, em que os exércitos de França eram superiores, assim como em artilharia, a sua força baseava-se numa boa infantaria e nos seus batalhões bem instruídos, em que sobressaiam os da Brigada Ligeira, concebida e treinada pelo Tenente - General Sir John Moore, militar prestigiado e que muitos quadros gostariam de ver como Comandante-Chefe do Exército, em vez do duque de York, filho dilecto do Rei.

A esquadra garantia à Inglaterra grande capacidade de projecção de força militar e Gibraltar proporcionava-lhe um importante ponto de apoio na Península Ibérica. Os acontecimentos em Espanha e o recente sucesso das suas forças militares contra os franceses em Baylen (19 Jun.1808, constituiu a primeira rendição de forças de Napoleão), levam a Coroa e a administração inglesas a considerarem como opção o seu empenhamento na Península. Era um Teatro secundário no Continente, Portugal oferecia uma excelente costa atlântica e portos seguros para a esquadra e as forças de Junot encontravam-se isoladas, com longas linhas de comunicações com a França que tinham de atravessar extensas regiões de Espanha revoltada. A libertação de Portugal da ocupação francesa constituía o primeiro objectivo da Grande Estratégia para derrotar Napoleão.

Algumas forças expedicionárias inglesas encontravam-se nos portos de mar de Inglaterra e Irlanda, prontas a embarcarem para missões no exterior da Ilha. No porto de Corck, na Irlanda, uma força de 4175 homens, sob o comando do Tenente General Sir Arthur Wellesley estava nessas condições. As informações mais recentes vindas de Portugal sugeriam que esta força, recebendo como reforço a do Major General Brent Spencer (4793 efectivos) que se encontrava em Gibraltar, seria suficiente para expulsar Junot de Portugal.

Em 30 de Junho de 1808, Wellesley recebe ordens para aprontamento final ao mesmo tempo que o Secretário de Estado da Guerra, Lord Castlereagh o informava de que os representantes de Espanha, em Londres, não queriam o emprego de qualquer força inglesa no seu território e que o esforço devia ser a expulsão dos franceses de Portugal. Face a esta informação não era aconselhável o desembarque na Galiza e a força embarcada no Atlântico, naquela época do ano, teria dificuldades em rumar a Norte, pelo que deveria juntar-se por alturas do Cabo Finisterra e aguardar instruções.

A 12 de Julho, por ter sido atrasado por mau tempo, Wellington parte em direcção à Corunha, a bordo do *HMS Crocodile*, para consultas com a Junta da Galiza e obter informação sobre situação no Teatro de Operações.

A bordo, a 15 de Julho, recebe correspondência do Secretário de Estado da Guerra informando-o de que, por informações recebidas do Almirante Cotton, comandante da esquadra que bloqueava o Tejo, a força francesa em Lisboa era superior à prevista (14000 efectivos, guarnecendo os fortes do estuário e o Castelo de S.Jorge) pelo que tinha sido decidido reforçar Wellesley com mais 5000 efectivos. As Brigadas Anstruther (embarcada em Ramsgate) e Akland (embarcada em Harwick), que perfaziam 5045 efectivos iriam embarcar e passar ao seu comando. Na mesma data é também informado que Sua Majestade Britânica tinha decidido constituir uma " Divisão do Exército" para actuar nas costas de Portugal e de Espanha. A força teria como Comandante - Chefe o Tenente - General Sir Hew Dalrymple (que era Governador de Gibraltar), como 2º Comandante o Tenente - General Sir Harry Burrard, Estado - Maior em que o Ajudante General seria o Brigadeiro-General Henry Clinton e Quartel - Mestre General o Tenente-Coronel George Murray e três Corpos: o do Tenente - General Sir John Moore (12.252 efectivos), o do Major - General Brent Spencer (4793) e o de Wellesley (9280). As tropas adicionais a estes três Corpos (Artilharia, Engenharia, Cavalaria e Comissariado) totalizavam 4803 efectivos. [21]

A 21 de Julho, tendo desembarcado na Corunha e conferenciado com a Junta, Wellesley informa o Secretário da guerra de que as forças espanholas tinham sido derrotadas em Rio Seco, na Província de Valhadolid e que as forças francesas controlavam o vale do Douro, em Espanha, tornando as ligações de Norte para Sul (Andaluzia) problemáticas.

A 25 desembarca no Douro e tem encontros com o bispo do Porto, presidente da Junta Governativa, a que assiste o General Bernardim Freire de Andrade e Castro. O Porto era o centro da revolta portuguesa contra os franceses e Wellesley sente-se bem-vindo e acarinhado. É informado que as forças portuguesas, mal armadas, podem contribuir com 5000 homens e 300 cavalos (incluindo tropa regular e milícias, desde que lhes fossem fornecidos 1000 mosquetes)) mais cerca de 12000 populares para se juntarem à sua força. Em ligação com o Almirante Cotton é informado que possíveis pontos de desembarque, a Norte de Lisboa, podem ser Peniche ou a Foz do Mondego, onde o Forte de Santa Catarina estava ocupado por cerca de 200 *marines* ingleses. Pede auxílio em transportes ao bispo (cavalos e muares) e parte para o Sul.

De bordo escreve a sua primeira impressão sobre a defesa de Portugal para o Secretário da Guerra: " *As medidas a adoptar para este País são*

[21] *Wellington´s Dispatches*, Vol IV, Biblioteca on-line

fornecer-lhes armas e dinheiro. Vi uma declaração em que podem juntar à vontade 38.000 homens, se tiverem armas e dinheiro. Encontrar-me-ei com as tropas em Coimbra e, se valer a pena, procurarei armá-las"[22]

A 1 de Agosto começa o desembarque em Lavos, que vai durar sete dias já que a força do Major - General Spencer, entretanto junta, também desembarca. Wellesley, nesse dia, e abordo do *HMS Donegal* escreve de novo a Castlereagh: " *A minha opinião é que a Grã-Bretanha deve levantar, organizar e pagar um exército em Portugal, consistindo em 50.000 tropas portuguesas, que podem ser facilmente levantadas e em tempo curto e 20.000 britânicos, incluindo 4000 ou 5000 de cavalaria. Este exército deve operar nas fronteiras de Portugal com a Estremadura espanhola e servir como elo de ligação entre a Galiza e a Andaluzia. Isto dará à Grã-Bretanha a preponderância da condução da guerra na Península e, qualquer que seja o desenvolvimento dos acontecimentos em Espanha, Portugal será salvo das garras do opressor. Se este plano for adoptado, deve ser tudo enviado de Inglaterra, fardamento e equipamentos, artilharia, farinha e aveia. Estes artigos devem encontrar o seu caminho para a fronteira em parte pelos rios Douro e Tejo e em parte por outros meios* ".[23]

Wellesley faz, com o Almirante Cotton, uma Proclamação cuidadosa ao Povo Português, ordena pormenorizados arranjos logísticos de apoio à força e encontra-se com o General Freire de Andrade em Montemor – o -Velho e em Coimbra para discutir a colaboração da força portuguesa. Bernardim estava mais interessado na segurança das populações a Norte do que o destino de Lisboa e insistia que a tropa portuguesa fosse alimentada pelo exército inglês, que não estava preparado para tal. Na sua marcha para Sul, não incomodado pelas forças francesas, a 13 de Agosto, do Calvário, Wellesley informa o Tenente - Coronel Nicolau Trant[24], em serviço no Exército Português, que se o General Freire lhe enviar a sua cavalaria, infantaria ligeira e 1000 homens de infantaria de linha, para serem empregues como o comandante da força entender, fornecerá a esses homens pão, carne e vinho.

A 13 de Agosto, em Leiria, Wellesley incorpora no seu exército, uma força do Exército Português, comandada pelo Tenente-Coronel Trant, assim constituída: Regimento de Cavalaria Nº6 (104 efectivos), Regimento de Cavalaria Nº11 (50), Regimento de Cavalaria Nº 12 (104), Regimento de Cavalaria da Guarda de Polícia (41), Batalhão de Caçadores 6 (569), Regimento de Infantaria Nº 12 (605), Regimento de Infantaria Nº21 (605), Regimento de Infantaria Nº24 (304), Regimento de Artilharia Nº4 (4

[22] *Ibidem*
[23] *Ibidem.*
[24] *Wellington,s Despatches,* Idem.

peças).[25] Com esta força decide marchar sobre Lisboa, seguindo a estrada do litoral, o que lhe garantia a protecção e o apoio de abastecimentos proporcionados por alguns navios da esquadra inglesa que navegavam ao longo da costa. Foi, desde o desembarque, a concepção de Wellesley para a segurança e apoio logístico à força.

As forças francesas começavam a movimentar-se, vindas do Sul e o General Bernardim Freire permaneceu em Coimbra a vigiar o flanco esquerdo da marcha do exército aliado que se dirigiu para Sul em direcção a Alcobaça, que se sabia ocupada por forças francesas do General Delaborde mas que à aproximação da força se retirou para Sul, indo ocupar Óbidos e as alturas mais para Sul, na região da Roliça e Columbeira.

No seu caminho para o Sul houve alguns recontros entre postos avançados em Óbidos, mas as forças francesas decidiram barrar o caminho para Sul no terreno forte que ocuparam. Wellesley decide dar-lhes batalha e atacar a posição no dia 17 de Agosto.

Começa aqui a mostrar a sua especial aptidão na organização da força para o combate (Ordem de Batalha), adoptando sempre a formação em duas linhas e tirando proveito da sua infantaria e que vai manter em toda a Campanha que irá prosseguir em 1809. Seria interessante desenvolver este tema, mas a finalidade deste ensaio não o aconselha. Diremos que na Organização para o Combate para a Roliça, Wellesley atacando com 4 Brigadas em primeiro escalão e duas em segundo escalão (reserva), colocou o contingente português sobre o Comando do Ten-Cor Trant (Infantaria dos RI 12,21 e 24) no flanco direito e incorporou o Batalhão de Caçadores 6 na Brigada do Brigadeiro-General Fane, em primeiro escalão, entre os Batalhões dos Regimentos 95 e 60 (Infantaria Ligeira).[26]Lançava assim as bases do que pensava ser a organização de um futuro Exército entre as duas Nações.

Vencida a batalha da Roliça (onde houve 479 baixas de homens e 3 cavalos nas forças aliadas), o exército continuou para Sul, detendo-se um pouco na Lourinhã para incorporar as Brigadas Anstruther e Ackland, que iriam desembarcar em Porto Novo e na foz do Maceira, junto ao Vimeiro.

Era intenção de Wellesley seguir para Lisboa, por Mafra, sempre guardado a Este pelas tropas de Bernardim Freire. Junot abandona Lisboa e dirige-se a Torres Vedras e a 21, pela manhã, resolve atacar as forças de Wellington, que tinham estacionado no Vimeiro, num dispositivo que lhe permitia segurança, aguardando o desembarque das tropas na foz do

[25] MUIR, Rory e outros, *INSIDE WELLINGTON´S PENINSULAR WAR, 1808-1814*, Pen § Sword Military, England, 2006.

[26] CHABY, Cláudio de, *EXCERPTOS HISTORICOS E COLECÇÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS À GUERRA DENOMINADA DA PENÍNSULA*, Lisboa, 1865.

Maceira e com quem chegava o novo Comandante-Chefe do Exército, Sir Hew Dalrymple, que ainda pisa o campo da batalha e assiste à retirada das tropas francesas derrotadas. As tropas aliadas tinham sofrido 720 baixas (128 mortos) e perdido 43 cavalos (30 mortos).

O novo Comandante – Chefe decide de imediato estabelecer um cessar-fogo e materializar a correspondente linha ao longo do rio Sizandro, deixando Torres Vedras como " povoação aberta".

O Corpo de Tropas de Sir John Moore desembarca em Maceira a 24 e 25 de Agosto. Wellesley estabelece o seu Quartel-general no Ramalhal, entre Vimeiro e Torres Vedras e aguarda os acontecimentos. Escreve cartas de agradecimentos (ao bispo do Porto e outros), de repúdio e inconformismo às suas direcções políticas e cumpre as directivas do seu comando para as negociações com o General Kellerman, que representou os interesses franceses. As forças portuguesas concentram-se em Coimbra e Tomar.

Começaram negociações para assinatura de uma Convenção que permitia a retirada das tropas francesas de Portugal, em que entrava também uma esquadra russa que estava ao largo do Tejo, e onde a parte portuguesa, nem o Governo nem os Comandos Militares, foi representada. Ratificada a 31 de Agosto em Torres Vedras ficou conhecida como Convenção de Sintra.

Entre 10 e 15 de Setembro as forças francesas em Lisboa embarcaram no Tejo a que se seguiu o embarque, em princípio de Outubro, das guarnições de Elvas e Almeida.

Wellesley e outros militares ingleses foram embarcando para Inglaterra, que entretanto tinha começado a preparar outra força (2 de Set.1808) para operar em Portugal e Espanha, sob o Comando do Tenente-General David Baird e que tinha começado a reunir-se em Inglaterra e Irlanda. Durante o mês, em 8/9 Out., embarcou em Falmouth para a Corunha, onde começou a desembarcar a 13.

Quando foram conhecidas em Inglaterra as condições da Convenção de Sintra levantou-se uma enorme indignação e foi constituída uma Comissão de Inquérito. O resultado foi Sir Dalrymple ser destituído do comando sendo substituído por Sir Burrard. Inglaterra decidiu dividir o seu Exército em Portugal em duas forças: um exército de campanha, comandado por Sir John Moore que deveria avançar para Espanha e um exército de guarnição, em Portugal, comandado por Sir Burrard para apoiar o exército de campanha.

A 13 de Outubro Sir Burrard recebeu ordens para manter em Portugal oito Regimentos, incluindo 4 Batalhões da Real Legião Alemã (King's German Legion), o Regimento Nº20 de Dragões Ligeiros e artilharia. O dispositivo inglês em Portugal era o seguinte:

- *Lisboa*: 29º Regimento, com 7 Batalhões de outros Regimentos, com guarnições no Lumiar, S. Julião da Barra e Sacavém, mais unidades de Dragões e de artilharia da Real Legião Alemã.
- *Porto*: 3 Batalhões e uma Bateria de Artilharia;
- *Elvas*: 1 Batalhão e uma Bateria de Artilharia.

Sir Burrard foi substituído no Comando da Guarnição, em 14 de Dezembro de 1808, pelo Tenente – General Sir John Craddock e a guarnição foi sofrendo oscilações, com unidades regressadas de Espanha ou desembarcadas de Inglaterra e também o seu dispositivo passou a incluir Almeida e Santarém.

A 27 de Outubro, o exército de Sir John Moore põe-se a caminho de Espanha. Comandando uma das suas Brigadas está o Major- General William Carr Beresford e chega a Salamanca a 1 de Dezembro.[27]

A Junta do Porto e outras Juntas que havia no País foram extintas e por Decreto de Novembro foi instituída a Regência do Reino. Na nova Junta do Governo figuravam, como transitando da primeira, o bispo do Porto e o marquês de Olhão e foram nomeados mais quatro: José António de Meneses e Sousa (*o Principal Sousa,* eclesiástico, irmão do conde de Linhares, que era primeiro ministro de D. João no Brasil e irmão do conde do Lumiar, embaixador de Portugal em Londres); o doutor Raimundo Nogueira, professor na Universidade de Coimbra; o conde de Redondo e Mr. Charles Stuart, Embaixador de Inglaterra em Lisboa (o que era para muitos uma verdadeira interferência da Inglaterra nos assuntos do Reino, mas… que pagava o Exército).[28]

O Major General William Carr Beresford que tinha desembarcado na força de Sir Dalrymple, tinha participado na verificação das disposições da Convenção de Sintra e representava, em Lisboa, o Governo Militar, que tinha passado o Governo Militar à Regência.

Na área militar a Regência retomou algumas medidas relativamente à Organização de 1806. Criaram-se 9 Batalhões de Caçadores, com o efectivo de 628 praças; elevaram-se os efectivos dos 24 de Regimentos de Infantaria a 1550, os dos 12 Regimentos de Cavalaria a 554 e os Regimentos de Milícias a 1101. Outras medidas avulsas, e sem grande racionalidade, tais como a criação de dezasseis *legiões de defesa* em Lisboa e algumas unidades de voluntários, não significavam grande interesse pelas coisas militares. Pelo seu interesse, e como excepção, surgia a figura de D. Miguel Pereira

[27] Ob Cit 23.
[28] OMAN. Charles, *HISTORY OF THE PENINSULA WAR,* Clarendon Press, Oxford, 1908.

Forjaz que tinha estabelecido relações de amizade com Beresford, quando no governo militar de Lisboa.

A Regência estabeleceu assim o dispositivo militar e os seus Comandos:

- General Bernardim Freire de Andrade: Comandante de Armas do Partido do Porto (Porto e Entre-Douro e Minho) e o Governo de Armas da Província do Minho; era o responsável pela defesa daquelas áreas, com 1400 homens das tropas de linha, 8 bocas-de-fogo e 8 Regimentos de Milícias, quase desarmados;
- General Pinto Bacelar: Governo de Armas das Províncias das Beiras, encarregado de formar uma Divisão para a defesa da Beira Alta;
- General Miranda Henriques: Governo de Armas de entre Tejo e Mondego, com sede em Tomar, para cuja defesa deveria organizar uma Divisão;
- General Francisco de Paula Leite: Governo de Armas do Alentejo, comandaria as guarnições das praças de Elvas, Marvão, Estremoz, Beja e outras;
- Brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira: Governador de Armas de Trás -os – Montes, seria responsável pela sua defesa para o que dispunha de 2800 homens das tropas de linha e de cerca de 10.000 milícias e grande número de ordenanças, quase desarmadas.[29]

É este dispositivo que vai enfrentar a invasão de Soult no ano seguinte. D. Miguel Pereira Forjaz continuava, na Regência, nos seus esforços para defender o País. Em princípios de Novembro tinham sido convocados 50.000 homens e pedidas 51.703 espingardas a Inglaterra, que não pode satisfazer a totalidade. Em 26 de Novembro havia 22.361 efectivos nos Regimentos de Linha de Infantaria, 3442 na Cavalaria e 4031 na Artilharia e 20.880 milícias e 31.833 espingardas para distribuir.[30]Começaram a chegar de Inglaterra dinheiro, armas, munições e outras mercadorias para levantar o Exército Português. Lord Castlereagh, subtilmente, começou a exercer pressões para que o Exército fosse comandado por um General inglês, já que Inglaterra era o estado pagador.[31]

Aceitando Portugal tal facto, a Regência, em contacto com D. João no Brasil e o Embaixador de Portugal em Londres, D. Domingos de Sousa

[29] AZEREDO, Brigadeiro Carlos, *AS POPULAÇÕES A NORTE DO DOURO E OS FRANCESES EM 1808 E 1809,* Museu Militar do Porto, 1984.
[30] Ob Cit 10.
[31] Ob Cit 6.

Coutinho, iniciam diligências junto do governo inglês. A uma preferência portuguesa por Arthur Wellesley e a vários candidatos ao cargo, entre os quais o Comandante da guarnição inglesa em Portugal, Sir John Craddock, a escolha inglesa iria recair sobre o Major-General William Carr Beresford, talvez com grande influência de Wellesley. Eram amigos íntimos e as famílias estavam ligadas por laços políticos.

IV

O início do ano de 1809 não alivia as preocupações de Portugal quanto à sua defesa face a ameaças crescentes. Em Janeiro, o exército de Sir Jonh Moore foi derrotado por Soult na Galiza e teve de embarcar sob pressão para Inglaterra, deixando morto no campo de batalha o seu Comandante. Napoleão reforça o seu dispositivo em Espanha e Soult, a Norte, e os Corpos de Victor, no vale do Tejo, ameaçam a invasão de Portugal.

D. João, a 6 de Janeiro, informa o governo do Reino de que a escolha para Comandante do Exército Português tinha recaído sobre o Major-General Beresford, que a 15 de Fevereiro teve conhecimento pelo seu governo dessa nomeação e chega a Lisboa a 2 de Março de 1809, acompanhado de 25 Oficiais ingleses para o auxiliarem na sua missão. A 7 de Março é nomeado Marechal General do Exército Português, estabelece o seu Quartel-general no Calhariz, em Lisboa (edifício da actual Caixa Geral de Depósitos) e a 21 publica a sua primeira *Ordem do Dia*, em que nomeia os seus Ajudantes de Campo[32], comandante da Artilharia (Brigadeiro José António da Rosa) e recomenda "*que os senhores Comandantes de Corpos, tanto de Linha como de Milícias, tenham a maior atenção, em que os Soldados mantenham as Armas em bom Estado*". O seu Estado Maior será constituído pelo Ajudante-General, Tenente-Coronel Manuel de Brito Mosinho, Quartel-Mestre General Coronel Benjamin D'Urban e os Secretários Militares, Coronel António de Lemos Pereira de Lacerda, 1º visconde de Juromenha e Robert Arbuthnot.

Em íntima ligação com o Ministro da guerra, D. Miguel Pereira Forjaz, começa a sua reorganização do Exército Português para a qual tinha uma visão que abrangia três pontos essenciais: Corpo de Oficiais ou seja de Quadros; atenção ao corpo dos Quartel-Mestre nas Unidades (administração); terminar com o facto de os homens, em serviço efectivo, permanecerem nas suas residências até serem chamados.

[32] Entre eles (4, dois portugueses e dois ingleses) estava William Warre, autor de *CARTAS DA PENÍNSULA*, Alethêa, Lisboa 2009.

Entretanto Soult invade Portugal e a defesa é feita com galhardia pelas forças disponíveis no rio Minho, em Chaves e depois em Braga, onde a multidão enraivecida e milícias insubordinadas assassinam o General Bernardim Freire. Soult ocupa o Porto e a sua área circundante a 29 de Março (Chaves tinha sido reconquistada a 25 pelo Brigadeiro Silveira) e o T General Craddock mais preocupado com a defesa de Lisboa que sentia ameaçada pelas tropas de Victor no vale do Tejo, e por falta de um sistema de abastecimentos, recusa-se a avançar para o Norte em auxílio do Porto.

A 4 de Abril desembarca em Lisboa, sob o Comando do Major-General Roland Hill, uma força inglesa de 6 Batalhões (cerca de 5000 homens) e 300 cavalos para a artilharia. Nem este reforço convence Craddock a avançar para o Norte e, em desespero, o Coronel Trant organiza, em Coimbra, tropas de primeira linha, ordenanças e o Batalhão Académico e corre a ocupar a linha do rio Vouga, tentando dificultar qualquer marcha francesa para Sul.

Beresford, com notícias de indisciplina das tropas, dirige-se para Tomar, onde havia a maior concentração de tropas portuguesas sob o Comando do Tenente-General Miranda Henriques (cerca de 20.000 homens), e aí se instala a 8 de Abril.

Na sua Ordem do Dia, de 9 de Abril, escreve "*O Marechal tem notado, que ultimamente os Soldados se metem a julgar da capacidade dos seus Oficiais, e a escolherem os que querem para Comandantes: isto é um grande crime, e um daqueles meios de que se servem os Franceses para introduzir a insubordinação e a desordem no Exército, e paralisar o valor das tropas deste Reino. Julgar os Oficiais só pertence ao General-em-Chefe, e este não admitirá que lhe dêem regras de conduta. Se os Soldados tiverem alguma razão de queixa contra os seus Oficiais, o Marechal está pronto a ouvi-los a toda a hora pelos meios estabelecidos na Ordem do Dia de 31 de Março de 1809; e se algum Oficial se isentar de levar à sua presença a queixa de um Soldado, poderá este dirigi-la directamente; porém os Oficiais têm o mesmo direito à justiça que os Soldados; e é do dever do Comandante-em-Chefe ser imparcial*".

A 21 de Abril desembarca em Lisboa Sir Arthur Wellesley com cerca de 20.000 homens e a 4 de Maio, por Carta Régia, é nomeado Comandante-em-Chefe do Exército com o posto de Marechal-General. Conferencia com Beresford e Craddock, deixando este General o comando das forças inglesas (era mais antigo que Wellesley) e parte para Governador de Gibraltar.

Wellesley dirige-se para Coimbra e marca encontro com Beresford. Aí se encontram a 3 de Maio. Beresford comandava um exército de cerca de 11.653 homens de tropas de 1ª linha e algumas unidades de milícias, sem incluir neste número as forças de Silveira a Norte do Douro nem as do

Alentejo de Paula Leite. Wellesley comandava uma força de cerca de 26.000 homens entre ingleses e hanoverianos da Legião Alemã do Rei (KGL), com cerca de 3700 cavalos. As tropas portuguesas e inglesas recebem ordem de marcha para se concentrarem na região de Coimbra. Na margem direita do Tejo ficavam algumas tropas inglesas sob o Comando do Major – General John Ronald Mackenzie que devia entender-se com o Comandante português da área, General Miranda Henriques. Em Lisboa permaneceram algumas forças portuguesas e inglesas. De Elvas partiram 200 artilheiros para Badajoz. Do Depósito das Caldas da Rainha saíram abastecimentos para 20 embarcações que se dividiram para Peniche e Figueira da Foz. Para evitar a ligação do Marechal Soult do Porto com Salamanca, Beresford ordena ao Marechal de Campo Bacelar (que tivera o seu QG em Castelo Branco e na Guarda) que ocupasse Viseu e seguisse com as suas forças de cerca de 2400 homens em direcção a Lamego e, aí, guardar a passagem do Douro na Régua. Desde 4 de Maio que o Brigadeiro Robert Wilson, com a Leal Legião, se encontrava em Lamego, recebendo ordem para retirar para a Beira após o deslocamento das forças de Lapisse para Mérida.

Wellington tinha pressa em seguir para Norte. A força reunida consistia em cerca de 13.000 ingleses, 3000 hanoverianos da KGL, 6000 portugueses, 24 a 30 bocas-de- fogo de artilharia e 3700 cavalos e muares. Organiza-a para a marcha em 7 brigadas mais a Legião Alemã do Rei. Na 3ª Brigada (MGeneral Tilson) é incorporado um Batalhão de Granadeiros Portugueses (com companhias dos Regimentos de Infantaria Nº6 e Nº18), na 5ª Brigada (MGeneral Campbell) um Batalhão do Regimento de Infantaria Nº 10, na 6ª Brigada (MGeneral Stewart) um Batalhão do Regimento de Infantaria Nº16 e outro Batalhão deste Regimento na 4ª Brigada (MGeneral Sontag).

O Exército Português, sob o comando de Beresford, passou a integrar a Cavalaria do Regimento de Cavalaria de Alcântara, uma Brigada sob o Comando do BGeneral Richard Blunt (RI Nºs 1,7 e 19), 3 Brigadas (Baterias) de Artilharia sob o Comando do Major Victor Arentschild, uma Brigada comandada pelo Marechal de Campo Manuel Bacelar (RI Nºs 9e 11e RC Nºs 6 e 12), uma Brigada comandada pelo MGeneral José Lopes de Sousa (RI Nº2 e RI Nº14), uma Brigada comandada pelo Brigadeiro Francisco da Silveira (RI Nºs 12 e 2ª e Regimento de Milícias de Bragança) e a Brigada da Leal Legião Lusitana, Comandada pelo BGeneral Robert Wilson (Batalhões de Caçadores 3 e 6).

Depois da campanha contra Soult, em 18 de Junho de 1809, Wellington reorganizou o seu exército em 4 Divisões (por razões que não cabem no presente ensaio), mas que representaram a mudança de um exército do

século XVIII para o século XIX. Cada Divisão passou a integrar uma Brigada Portuguesa, cada uma formada à base de dois Regimentos de Linha, com a excepção da 1ª Divisão. A 2ª Divisão só depois das tremendas perdas na batalha de Albuera (16 de Mai. 1811) passou a integrar uma Brigada portuguesa.

Em 1810, sete meses após a batalha de Talavera (27 Jul.1809), onde não foram utilizadas tropas portuguesas em combate mas em que a Leal Legião Lusitana vigiou e proporcionou segurança a Sul na região do Passo de Baños, Espanha, Wellington, tentando uma melhor forma de integrar as forças inglesas e portuguesas, optou por criar uma 5ª Divisão, portuguesa, que passou a constituir com a 2ª Divisão o "corpo" do MGeneral Hill.

A utilização de unidades portuguesas em combate na nova organização, mereceu cuidados especiais quer da parte de Wellington quer da parte de Beresford. Era preciso cuidar da instrução e do armamento e essa utilização vai fazer-se progressivamente. Faz, pela primeira vez, a integração de unidades de Caçadores (1 e 3) na Divisão de Infantaria Ligeira que travam, com apreço, os combates no Rio Côa a 25 de Julho de 1810. No Bussaco (27 Set.1810) ao lado de 35.000 ingleses combatem 24.000 portugueses. Em Albuera (16 Mai. 1811) já combateu uma Divisão Portuguesa, comandada pelo MG Hamilton. Em Saint Pierre (Bayonne, 13 de Dez. 1813) e Toulouse (10 de Abr.1814), a Divisão Portuguesa foi comandada por um português: o MG Lecor, que depois partiria para o Brasil, em 1816, a comandar a Divisão de Voluntários Reais que toma parte na campanha de Sacramento

Na área dos Quadros, Beresford entendeu que os Quadros portugueses estavam envelhecidos e impreparados. Em Julho de 1809, envia à Regência uma lista de 108 Oficiais portugueses para serem reformados. Consegue do seu governo a possibilidade de Oficiais ingleses servirem em Unidades portuguesas (o que será uma medida controversa) e no final de 1809 estavam nessa condição 164 Oficiais, número que aumentou para 213 na Lista de Oficiais de 1811, para um total de 1558 Oficiais nos Regimentos de Linha e Batalhões de Caçadores. Como refere o Mestre António Pedro de Brito, de acordo com diferentes fontes, até 1820 terão servido no Exército Português 372 Oficiais ingleses, incluindo 31 Oficiais médicos.[33]

Entendendo que se tornava uma modernização e padronização da instrução, Beresford ordena a modernização dos regulamentos militares, moldando-os, tanto quanto possível, aos ingleses, mandando-os traduzir. Foram seus tradutores os Capitães William Warre e Campbell e entre as traduções figuram "*Instruções para formatura, exercício e movimentos dos*

[33] BRITO, A. P. de, *BRITISH OFFICERS IN THE PORTUGUESE SERVICE* 1809-1820.

regimentos de Infantaria", "*Instruções para o exercício dos regimentos de infantaria por ordem de Guilherme Carr Beresford*", "*Regulamento para a instrução, formatura e movimento da cavalaria*" e " *Sistema de instrução e disciplina para os movimentos e deveres dos Caçadores fundado sobre o Regulamento para a disciplina da Tropa de Linha por ordem de G. C. Beresford".* Enquanto os Regulamentos não eram traduzidos, instruções parcelares iam sendo publicadas nas Ordens do Dia. Em 1812 é publicado *O Regulamento para a Subsistência e Transportes do Exército*, inspirado no *British Comissary*.

Uma outra área de inovação e modernização do Exército Português foi a área da Logística. Introduziram-se conceitos no reabastecimento e transportes que perduraram na doutrina e que vão atravessar o século.

Valerá a pena ler o artigo do Tenente-Coronel Nuno Lemos Pires [34]para concluir a história da evolução do Exército Anglo-Luso, do qual transcrevemos os seguintes excertos:

> *"Partindo praticamente do zero, em 1808, mas com uma "escola" antiga de organização nacional, habituados a trabalhar com o velho aliado e com as claras prioridades atribuídas pelo nosso Príncipe Regente foi, mais uma vez, natural o rápido crescimento e o efectivo melhoramento do Exército. Milícias e ordenanças encontravam-se quase refeitas em 1809 e o Exército de 1ª Linha combatia entre iguais com os britânicos, em 1810.*
>
> *Em 1812 o Exército de Wellington tinha aproximadamente 90 000 homens, mais de metade dos quais eram portugueses e que nas batalhas mais importantes da guerra peninsular iriam mostrar o seu valor (muitos perdendo a vida), como por exemplo:*
>
> - *8 000 em Albuera – 389 baixas;*
> - *18 000 em Salamanca – 2 038 baixas;*
> - *8 377 estão no cerco de Burgos – 304 baixas;*
> - *15 000 na retirada de Burgos e Madrid – 62 baixas;*
> - *30 000 em Vitória – 917 baixas;*
> - *28 000 em Nive (França) – 2 413 baixas;*

Penosa foi a campanha até à muito digna acção na última das batalhas em Tarbes e Toulouse, Março/Abril de 1814. Durante a Guerra Peninsular o

[34] PIRES, Tenente-Coronel Nuno C.B. de Lemos, *OS EXÉRCITOS NÃO SE IMPROVISAM-UM ESTUDOSOBRE O EXÉRCITO PORTUGUÊS E O EXÉRCITO ANGLO- PORTUGUÊS EM 1808*, *Revista Militar, Out.2006.*

Exército Português participou em cerca de 280 acções de combate (15 batalhas, 215 combates, 14 sítios, 18 assaltos, 6 bloqueios e 12 defesas de praças) com um total de 21 141 baixas portuguesas (sem contar com as baixas entre as milícias e as ordenanças).”

V

No início do século XIX, face aos acontecimentos que decorriam na Europa, Portugal procurava adaptar a sua força militar à mudança necessária. O conceito estratégico militar que durava desde a Restauração era utilizar aquela força na *defesa do Reino e protecção do Império.* Com pouco interesse e dificuldades para manter uma força militar permanente, o Exército baseava-se em alguns Regimentos de Linha, com efectivos escassos, estrutura de comando antiquada e impreparada para a nova condução da guerra que surgia, e o sistema de Milícias e de Ordenanças, constituíam uma reserva de mobilização, desarmada e sem instrução, que guarneceria praças-fortes em caso de crise. A Armada Real, dispondo de alguns navios armados e de qualidade, que chegaram a despertar a cobiça de Napoleão, vigiava as costas e protegia o comércio do Império. Os Arsenais, do Exército e da Armada, ainda que merecessem elogios pela sua organização, tinham pouca capacidade de produção de armamento.

Tentativas sucessivas de organização e modernização da força não mereciam consenso, por resistências da nobreza e diferentes opiniões de militares qualificados e as disponibilidades escassas da Nação ocorriam a outras prioridades.

A invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, em Novembro de 1807, vai trazer tremendas consequências para a Nação e para a sua força militar, especialmente o Exército, já que a Armada Real tinha partido, na quase totalidade, para o Brasil, acompanhando o Príncipe Regente, a Coroa e as elites do Reino. As costas portuguesas e os seus portos principais ficaram protegidos pela armada inglesa.

O Portugal militar durante o período em que decorre a Guerra Peninsular (1808-1814) é influenciado e condicionado, no Continente europeu, pela presença do exército de Inglaterra a partir de Agosto de 1808 e pela constituição progressiva de um Exército Aliado que combate, com unidades combinadas, pela primeira vez na batalha da Roliça (17 de Ago. de 1808) e pela última vez, na batalha de Toulouse (10 de Abr. 1814).

Focar a atenção na variação dos efectivos do Exército no período de 1800 a 1814 (que, com excepção das Milícias, diminuem nos seus Quadros

Orgânicos mas aumentam nos efectivos reais),[35]nas batalhas travadas ou nas reorganizações havidas, pode afastar-nos do verdadeiro fenómeno que afectou o Portugal militar com as Invasões Francesas: a mudança de um Exército do Antigo Regime para um Exército contemporâneo.

Claro que a mudança foi em tempo de guerra, o que nem sempre favorece a serenidade do pensamento. Mas para a mudança, além da pressão da defesa, outros factores contribuíram. Foi favorável a ausência de muita da nobreza no Brasil, contrária à mudança e foram seus motores a formação do Exército Anglo-Luso (ou Anglo-Português, mais fácil para a designação inglesa), a direcção política entregue a D. Miguel Pereira Forjaz, Ministro da Guerra da Regência do Reino e a acção de Wellington e de Beresford, militares e personalidades, de diferentes estilos, que pela sua acção foram decisivos.

Wellington apostou e confiou em Portugal e nos portugueses. Personalidade difícil, mas com um comando personalizado,[36]desenvolveu esforços notáveis, ainda que servindo interesses próprios, para defender Portugal. A sua acção de Comando, junto das suas autoridades políticas, junto das autoridades portuguesas e junto dos seus comandados reflecte-se nos seus *Despachos*, que constituem um documento notável sobre a condução da guerra.

William Carr Beresford foi o Marechal da mudança. Pelas suas *Ordens do Dia* procurou estabelecer uma unidade de pensamento no Exército; pela aplicação da justiça e disciplina o espírito de autoridade, de obediência e de responsabilidade; pelos Regulamentos uma unidade de procedimentos e de doutrina. Terminada a guerra tentou continuar a acção, reforçar a sua autoridade e encontrou grandes resistências por parte de autoridades políticas e Quadros portugueses. O seu tempo tinha acabado e ele não o percebeu. Tempos de mudança estavam a nascer em Portugal e diferentes visões para o seu destino iam começar.

O Portugal Militar da Guerra Peninsular foi um permanente tempo de mudanças e permanentes adaptações para combater uma ameaça que teve de ser vencida. Portugal teve parte importante nesse combate, com o sacrifício de milhares de combatentes e de populações que sofreram com a guerra.

O preço pago foi grande. Cerca de 300.000 mortos entre a população, terrenos, culturas e gado destruídos e sem braços para o trabalho. As finanças, com quebras substanciais nas receitas e despesas anormais, reflectiam-se no orçamento de 1809, com um *deficit* de 3322,400 contos

[35] Ob Cit 2.
[36] KEEGAN. John, *A MÁSCARA DO COMANDO.*

de réis (Receita 4500,000, Despesa10.222,000, Subsídio de Inglaterra 2400,000).[37]

No período, o Exército Português começa uma modernização, na organização, na doutrina e em conceitos de profissionalismo que o acompanharam até hoje. Sempre com sobressaltos, com indefinições da política e com resistências no seu interior que merecem um permanente estudo e investigação.

Pena é que não tenham ficado memórias e experiências vividas, pelo que temos sempre de recorrer a fontes exteriores para sabermos o que fomos.

[37] DIAS, M. Costa, *O SERVIÇO DE SUBSISTÊNCIAS NO EXÉRCITO ANGLO-LUSO*, Lisboa, 1913.

ARTILHARIA E ARTILHEIROS PORTUGUESES NA GUERRA PENINSULAR

Pelo Coronel de Artilharia
JOÃO VIEIRA BORGES

"The Portuguese artillery was considered as good as its British counterpart, and it filled the very large void in the artillery strenght of Wellington's forces."[1]

Kevin F. Kiley

1. INTRODUÇÃO

A Guerra Peninsular constituiu um caso particular de uma luta mais global, que se travou entre dois blocos, materializados pela potência marítima de um lado (a Inglaterra) e pela potência continental do outro (a França). Efectivamente, constituiu uma guerra de carácter territorial, sem frentes definidas, desordenada, e extremamente violenta, em particular para Portugal, que viu destruídas as suas gentes, as suas mentes, os seus bens, a sua economia e as suas terras. Nesta guerra, as tropas inglesas demonstraram, nos diferentes teatros de operações terrestres (e não só nos marítimos), que eram capazes de derrotar os "revolucionários" franceses, o que incutiu um largo sentimento de esperança de vitória nos portugueses, nos espanhóis e nos europeus em geral.

[1] Kiley, Kevin F., *Artillery of the Napoleonic Wars 1792-1815*, Greenhill Books, Londres, 2004, p. 179.

No que respeita ao factor militar, as Guerras Napoleónicas em geral e a Guerra Peninsular em particular, marcaram a evolução para os exércitos nacionais, com alterações consideráveis no que concerne à organização (em particular as divisões e os corpos de exército) e à táctica, que actores como Clausewitz e Jomini saberiam retratar para a posteridade, através de uma pena consolidada pela experiência da espada. Entretanto, a Artilharia assumia, de modo particularmente destrutivo, o papel de arma combatente. Muitas vezes decisiva, mas permanentemente em apoio da manobra, a Artilharia evoluiu ao longo deste conflito em termos de mobilidade, de organização, da formação do seu pessoal, e da qualidade e quantidade do seu material, factores que no seu conjunto se traduziram em maior eficiência e eficácia.

Como coordenador deste número da Revista de Artilharia sobre o Bicentenário da Guerra Peninsular e como autor da obra "A Artilharia na Guerra Peninsular" publicada recentemente, a responsabilidade da escrita de um texto complementar aos dos meus ilustres co-autores, no sentido de publicar um número o mais completo possível, sobre o papel da Artilharia e dos Artilheiros na Guerra Peninsular, tornou-se assim, bem maior.

Após uma leitura cuidada dos textos ou das obras mais conhecidas sobre a Artilharia na Guerra Peninsular, identificámos alguns temas comuns, que incluem normalmente a visão estratégica ou geopolítica do conflito, a descrição cronológica dos principais eventos e o factor militar da época, onde se trata, com especial pormenor, a organização, o material, o armamento e as diversas batalhas ou combates. Todos estes assuntos são contemplados nos diferentes artigos desta Revista de Artilharia, a que se junta o lançamento de pistas bibliográficas para a continuidade de trabalhos desta natureza e a biografia de um ilustre artilheiro (General Pereira do Vale), que para além de ter sido Director da Arma de Artilharia, foi o grande "culpado" do cuidadoso levantamento e registo de parte significativa do património da Artilharia Portuguesa, sito no actual Museu Militar de Lisboa, com especial destaque para o material utilizado na Guerra Peninsular, que também é alvo de um estudo mais pormenorizado neste número.

Após a leitura de todo um conjunto de "novos" dados, fontes e interpretações sobre a participação da Artilharia e dos Artilheiros Portugueses na Guerra Peninsular, julgámos ser oportuno fazer uma despretensiosa homenagem aos Artilheiros da Guerra Peninsular, como homens, para além do número, como servidores do Exército de Portugal, para além da função técnica muito especial à época, e sobretudo como combatentes e heróis com nome, para além dos combates, das batalhas e dos cercos mais conhecidos.

Faremos então um respigar pela Artilharia Portuguesa na Guerra Peninsular, começando por umas considerações muito gerais sobre o papel da Artilharia nesta guerra, para depois destacarmos os Artilheiros Portugueses que nela participaram, em termos de formação, de organização, de fardamento, de armamento, de tradições e sobretudo, de combate.

2. A ARTILHARIA NA GUERRA PENINSULAR

A Artilharia teve a sua individualização enquanto arma de combate durante as campanhas napoleónicas, em especial devido ao papel crescente e por vezes determinante nos diferentes teatros de operações. Nomes como Vallière, Gribeauval, Jean Baptiste Eblé, Alexandre-Antoine de Sénarmont, Joseph Freiherr von Smola, Antoine Drouot, Joseph Corda, Jean Ambroise de Lariboisière, Jacques Alexander Bernard Law Lauriston, Jacques de Guibert e Jean Chevalier du Teil fazem parte das páginas douradas dos artilheiros que marcaram uma geração em termos de material, organização, táctica e liderança.

Para Robert Bruce, "As Guerras Napoleónicas constituíram a época da batalha da artilharia. Durante este período, a artilharia de campanha passou de uma arma de apoio para uma arma de combate tal como a infantaria e a cavalaria no campo de batalha." [2]

Realmente, com o aumento da manobrabilidade, da precisão e da cadência de tiro, do efeito de fogo cruzado e sobretudo do poder de fogo, os franceses, sob as ordens do artilheiro Napoleão, lideraram o mundo com as suas Divisões e Corpos de Exército, devidamente dotadas das emblemáticas peças de 8 e 12 libras (sem esquecer as de 4, 16 e 24). Efectivamente, mais importante do que o número de bocas de fogo por mil homens, foi a sua concentração e a judiciosa utilização dos "fogos de massa" por parte de Napoleão e dos seus generais artilheiros, que levou a vitórias decisivas (como em Friedland, a 14 de Junho de 1807), opção que exigia grande coordenação e lideranças sabedoras, organizadas e corajosas.

A evolução da Artilharia durante o período da Guerra Peninsular deveu-se também ao contributo dado pelos ingleses e pelos russos, ao nível da mobilidade, da intermutabilidade, da organização, do pessoal e da capacidade de executar a massa de fogos, o que contribuiu para que, de ambos os lados da barricada, a Artilharia se tornasse efectivamente numa Arma de combate.

[2] Bruce, Robert B., et All, *Técnicas Bélicas de la Época Napoleónica: 1792-1815*, tradução Maria Jesus Sevillano, Libsa, Madrid, 2008. p. 184.

Em Portugal, a participação de uma "Brigada de Artilharia"[3] na Campanha do Rossilhão (1793-1795), enquadrada na Divisão Auxiliar ao Exército de Espanha e referida pelo General Manuel Cordeiro como a "primeira organização regular que se fez de um 'parque de artilharia' no nosso país",[4] dava a necessária prova de fogo à Artilharia Portuguesa em geral e aos comandantes portugueses em particular, que receberam então grandes elogios por parte dos seus comandantes espanhóis.

Os Regimentos da "nova" Artilharia tinham um efectivo de cerca de 1.200 homens, com um Estado-Maior e 10 companhias (sendo uma de bombeiros, uma de pontoneiros, uma de mineiros e sete de artilheiros), tendo inclusivamente sido criada a primeira organização regular de uma "bateria" em Portugal, com a "companhia de artilharia a cavalo" (da "Legião de Tropas Ligeiras" de Alorna), que incluía quatro peças de calibre 6, com 46 artilheiros e 56 cavalos (e que viria a ser extinta em 22 de Janeiro de 1804).

No entanto, e como veremos mais adiante, aquando da entrada das forças de Junot em Portugal, a situação da Artilharia em particular e do Exército em geral era bastante crítica em termos de pessoal, de armamento, de formação, de logística e sobretudo em termos de moral. No entanto, esta situação alterar-se-ia no bom sentido e com o apoio dos aliados ingleses, no decorrer da Guerra Peninsular. Efectivamente, no teatro da Península e em particular no de Portugal, a Artilharia Francesa nunca chegaria a ser superior à Artilharia dos aliados…

3. A ARTILHARIA E OS ARTILHEIROS PORTUGUESES NA GUERRA PENINSULAR

À época,[5] o termo *Artilharia* compreendia "não só as bocas de fogo, petardos, minas, bombas, pólvora e tudo o mais que lhes serve para o seu serviço, mas também os oficiais e soldados deste corpo".

De acordo com o mesmo Tratado de Artilharia de João Muller, o termo Artilheiro significava "militar instruído em todos os ramos da Arte Militar

[3] Organizada em duas divisões (comandava a 1ª Divisão, José António da Rosa e a 2ª Divisão, António Teixeira Rebelo, dois dos mais ilustres artilheiros deste período), e quatro companhias de artilheiros, num total de 447 homens, de que faziam parte militares dos quatro Regimentos de Artilharia da época e 22 bocas de fogo.

[4] Cordeiro, João Manuel, *Apontamentos para a História da Artilheria Portugueza*, p. 216.

[5] De acordo com o disposto no "Appendix do Traductor; Diccionario de Termos Respectivos à Artilheria", que faz parte da tradução da obra "Tractado de Artilheria" de João Muller (tomo 2, páginas 129 a 224), feita a partir do inglês, pelo Capitão do Regimento da Artilharia da Corte, António Teixeira Rebello, no ano de 1792.

que dependem da Artilharia". Segundo o mesmo autor, "o artilheiro deve ter quase os mesmos conhecimentos que o engenheiro; além disso, deve ter feito um estudo particular na teoria da pólvora e nos seus efeitos, na ciência das Minas, na química e nas leis do movimento, que é a base sobre que se baseia a arte de lançar as bombas".

Em Portugal, a Artilharia e os Artilheiros da tradução desta obra, feita em 1792 por Teixeira Rebelo muito evoluíram até ao final da Guerra Peninsular. Nesse sentido, apresentamos de seguida, de modo muito resumido, alguns aspectos marcantes da Artilharia e dos Artilheiros Portugueses na Guerra Peninsular, desde a formação ao combate, sem deixar de cuidar da organização, do fardamento, do armamento e das tradições, tão importantes para a consolidação da Artilharia como Arma combatente e para a criação de um espírito muito próprio ligado inevitavelmente à eficácia e ao fogo.

A FORMAÇÃO

A formação dos artilheiros (e dos engenheiros) era bastante exigente em termos dos conhecimentos das matemáticas, tradição que vinha dos tempos do conde de Lippe.[6] Com elevado rigor e com professores de grande prestígio como Guilherme de Valleré, Miron de Sabione e Cristiano de Weinholtz, o acesso ao oficialato dependia de exames para promoção, em que as matemáticas eram fundamentais. Uma parte dos oficiais de Artilharia que participou mais activamente na Guerra Peninsular estudou, inclusivamente, na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (ARFAD),[7] criada a 2 de Janeiro de 1790,[8] e antecessora da actual Academia Militar. Para os oficiais artilheiros (e engenheiros), os cursos tinham a duração de quatro anos (com preparatórios – dois anos de matemática da Academia de Marinha - a partir de 13 de Agosto de 1790), enquanto que para as restantes Armas, os cursos tinham a duração de três anos.

A preocupação do ensino centrava-se no estudo minucioso do material, dos numerosos meios de transporte e locomoção (reparos, carretas, leitos, carros, galeras, carroças…), da balística e da construção de "baterias" para

[6] Pela directiva de 15 de Julho de 1763, o conde de Lippe criou as aulas ou academias dos quatro Regimentos de Artilharia (S. Julião em Lisboa, Elvas, Valença e Faro), escolas onde se leccionavam os princípios base de matemática, essenciais ao tiro e à fortificação.

[7] Instalada inicialmente no Arsenal do Exército, seria transferida para o Palácio do Calhariz e a 10 de Janeiro de 1810 para o Palácio do Correio-Geral, depois para o Palácio dos Condes de Murça e em 1850 para as actuais instalações no Paço da Rainha.

[8] No Brasil, seria criada a 17 de Dezembro de 1792, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, a qual ficaria instalada na Casa do Trem.

peças e morteiros. As questões relativas à manobra e à táctica de Artilharia quase que se limitavam ao deslocamento das bocas de fogo para as respectivas posições.

Os ciclos de instrução da época começavam ao entrar da Primavera, quando o tempo o permitia e principiavam com um exercício que tinha a duração de cerca de seis semanas, e em que se construíam baterias de faxinas e assentavam plataformas. As peças eram desmontadas e, na prática de tiro, também se treinava "fogo de ricochete". Uma segunda parte da instrução incluía um exercício prático com morteiros (só raramente decorria em simultâneo com o das peças) e obuses, onde se treinavam as pontarias e se ensinava a montar e a desmontar as peças, obuses e morteiros. Uma terceira parte incluía o estudo do material necessário para as campanhas, com especial acuidade para as munições e apetrecho, altura em que os oficiais confirmavam os seus conhecimentos de terminologia artilheira, dos artífices e mesmo dos engenheiros. Esta parte não dispensava a instrução de construção e reparação de reparos das peças e de leitos dos morteiros.

Apesar destas três partes dos ciclos de instrução dos artilheiros estarem bem pormenorizadas no "Tractado de Artilheria" de João Muller, na maioria das vezes, a falta de verbas (e de conhecimento) levavam ao cancelamento dos treinos e dos exercícios. Em plena guerra peninsular, e por "imposição" dos comandantes ingleses, os ciclos de instrução eram cuidadosamente cumpridos, e inclusivamente integrados nas próprias operações de combate, com menor rigor científico (as aulas eram resumidas às primeiras letras e gramática portuguesa e às matemáticas puras e desenho), mas com mais prática.

Como destaca Teixeira Botelho, "Os nossos soldados, a quem sobejam aptidões, diligentemente adestrados pelos dois oficiais escolhidos para organizarem a artilharia de campanha, Vítor von Arentschild e Alexandre Dickson, em breve se familiarizaram com o seu novo mister, o que confirmaram não só nos campos de batalha, em que o seu valor mereceu muitos elogios públicos e particulares, mas também longe do inimigo, executando muitas marchas que podem competir com as que hoje se fazem, mormente se levarmos em conta a ruindade dos caminhos de então, o peso do material e outras circunstâncias dignas de ponderação."[9]

[9] Botelho, José Justino Teixeira, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, Vol. II, p.61.

Quadro I

Principais oficiais estrangeiros que serviram na Artilharia Portuguesa[10]

Artilheiro	Funções	Observações
Alexandre Dickson	Comando de 3 brigadas de artilharia até 1814. Comandante da artilharia portuguesa e inglesa de 1813 ao fim da guerra.	Inglês. 1777-1840. Distinto oficial e comandante da Artilharia. Foi Major-General.
Alexandre Tulloh	Major agregado do RA3 em 1811. Profissional de grande competência comandou a artilharia portuguesa em várias campanhas.	Inglês. 1781-18?? Em 1815 voltou a Inglaterra.
Carlos Cornwalles Michell	Major agregado do RA3 em 1812. Comandou uma brigada de artilharia em Vitória e Toulouse.	Inglês. 1792-?
Frederico Luís de Warbhagen	1º Tenente agregado ao RA1 em 1807. Fez as campanhas de 1807 e 1808 como oficial de artilharia.	Alemão. Foi mestre fundidor.
Gabriel de Mazis (ou Mazy)	Em 1807 era capitão da 7ª companhia do RA Algarve.	Às ordens do Inspector da Artilharia em 1801.
Guilherme Brawn	Capitão agregado do RA4 em 1810, comandou a artilharia do seu Regimento até 1813 (regresso a Inglaterra).	Inglês.
João Martinho (ou Martin) Stiefel (ou Stiefeld)	1º Tenente Agregado do RACorte em 1807.	Alemão. Poderá ter sido o mestre fundidor Estefield do Arsenal Real do Exército. 1764-?
May	Capitão de Artilharia, louvado em 1809 pela perseguição a Soult.	Inglês.

[10] Entre os oficiais citados por Teixeira Botelho, destacámos os que mais se salientaram como combatentes na Guerra Peninsular, de que os mais representativos foram Vitor von Arentschild, Alexandre Tulloh e Alexandre Dickson. A maioria dos oficiais (estrangeiros) de Artilharia era de origem inglesa (antes de 1807 eram de origem francesa…tendo alguns partido com a família real para o Brasil) ou alemã. Eram graduados no posto superior ao que detinham no seu país de origem e eram agregados a um dos quatro Regimentos de Artilharia portugueses, quando colocados em Portugal. Destacaram-se pelos serviços prestados Vitor von Arentschild, Alexandre Tulloh e Alexandre Dickson.

Tomás (Guilherme?) Cox	Capitão agregado do RA2 em 1811. Participou em várias campanhas até ao final da guerra.	Irlandês. 1778-?
Vitor von Arentschild	Major agregado do RA4 em 1809. Organizou 3 brigadas de artilharia em 1809 e 2 brigadas volantes entre 1812 e 1813. Foi Cmdt do RA1.	Alemão. 1778- 1841 Grande comandante de brigadas de artilharia durante toda a Guerra Peninsular.

Fonte: José Justino Teixeira Botelho, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, Vol. I, pp. 319-323.

A ORGANIZAÇÃO

Na sequência da organização do Exército Português em brigadas, os Regimentos de Artilharia passaram a formar duas brigadas, de acordo com o decreto de 27 de Fevereiro de 1801, o que não invalidou que, poucos meses antes da primeira invasão francesa, o Exército possuísse graves lacunas em termos de recrutamento, de disciplina, de equipamento e de fardamento. Estas lacunas estruturais, que já tinham sido detectadas na Campanha do Rossilhão e da Catalunha e, mais recentemente, na Guerra das Laranjas, só seriam atenuadas no papel pelo decreto de 19 de Maio de 1806, da autoria do Ministro António de Araújo de Azevedo, que organizava o Exército em três Divisões (Sul, Centro e Norte). Cada Divisão era composta de oito Regimentos de Infantaria (agrupados em quatro brigadas), quatro Regimentos de Cavalaria e um de Artilharia (exceptuando a Divisão do Sul, que compreendia dois Regimentos da Arma de Artilharia), estes designados de 1 a 4 e com efectivos da ordem dos 1.200 homens. De acordo com esta organização, à data da invasão francesa, o país teria teoricamente cerca de 42.847[11] homens de tropas de linha, a que se deveriam juntar 40.000 milícias e 30.000 ordenanças. Estes números não correspondiam manifestamente à realidade, como se viria a constatar com a marcha triunfante de Junot, cujas tropas entraram em Lisboa a 30 de Novembro de 1807, ainda a tempo de avistar a frota portuguesa em direcção ao Brasil, com a Casa Real, o governo português, a Marinha e parte significativa da aristocracia portuguesa, símbolos da manutenção do Império e da soberania portuguesa e a melhor maneira de preservar a Coroa, "razão da sobrevivência nacional".

[11] Infantaria (24 Regimentos a 1.200 homens) com 28.800 homens, Cavalaria (12 Regimentos a 613 homens) com 7.356 homens, Artilharia (4 Regimentos a 1.200 homens) com 4.800 homens, Legião de Tropas Ligeiras com 1.379 homens e Artilharia de Guarnição com 512 homens.

No final da primeira invasão francesa, e depois da assinatura da Convenção de Sintra (30 de Agosto de 1808), foram tomadas medidas pela nova junta governativa, no sentido de restabelecer a organização militar de 1806. Nesse sentido, a 30 de Setembro de 1808, com a nova reorganização, as unidades de Artilharia passaram a ser as seguintes: Regimento de Artilharia nº 1, de Lisboa (em S. Julião); Regimento de Artilharia nº 2, de Faro; Regimento de Artilharia nº 3, de Estremoz e Regimento de Artilharia nº 4, do Porto.[12]

A 21 de Março de 1809 Beresford nomeou o Brigadeiro José António da Rosa (que era Inspector da Artilharia desde 13 de Maio de 1807) Comandante Geral da Artilharia, que era uma espécie de director técnico da Arma. Poucos dias depois, os franceses comandados por Soult, iniciavam a segunda invasão, entrando por Trás-os-Montes, marchando sobre Chaves e Braga e tomando a cidade do Porto a 29 de Março de 1809, com o objectivo principal de conquistar Lisboa. Foi por esta altura que Beresford nomeou os majores de Artilharia Alexandre Dixon e Vítor von Arentheshildt para organizarem as brigadas volantes de Artilharia com peças ligeiras, obuses, pessoal e gado próprio, num total de 9 brigadas de artilharia com um peso logístico considerável.[13]

Neste período da reorganização efectuada pelos ingleses, foi alterada a terminologia de "companhias de artilharia" para "brigadas de artilharia", mas somente na situação de unidades elementares de Artilharia destacadas para operações. Por outro lado, muitas vezes as brigadas de artilharia (referência da organização do Exército Inglês) que eram destacadas para operações (cada brigada de artilharia era atribuída a uma divisão de infantaria), também eram designadas por "brigadas volantes de artilharia". A designação de "brigadas de artilharia", volantes ou não, também era atribuída a unidades de Artilharia com duas ou três companhias de artilharia, mas sob comando de uma única entidade (variava entre 6 a 12 bocas de fogo, que incluíam normalmente 2 obuses e 10 peças). Estas

[12] Do Corpo de Tropas da "Leal Legião Lusitana", assim designado para o distinguir da "Legião Lusitana" (enviada para França por Junot), construído a partir de Plymouth, em Inglaterra, fazia parte uma brigada de artilharia volante com 86 militares e 6 bocas de fogo, com organização a cargo do coronel do RA3, José Maria de Moura (e comando do Sargento-Mor Brito Cabreira).

[13] A primeira "brigada volante de artilharia" a ser formada, sob o comando do capitão Félix José Dias, em 20 de Abril de 1809, incluía: 3 oficiais, 3 sargentos 7 cabos, 2 tambores e 80 artilheiros; 1 obus 5 pol. e 6 peças 6c.; no trem, 100 muares, 72 granadas, 18 metralha, 400 cartuchos com bala, 200 cartuchos com metralha, 72 cartuchos de 15 onças e 36 cartuchos de 20 onças; numa primeira reserva, 14 bois e 24 granadas completas e 6 de metralha; e numa segunda reserva, 26 bois e 48 granadas completas e 12 de metralha.

designações não tinham qualquer aplicabilidade, quer na orgânica dos quatro Regimentos de Artilharia, quer nas designações das unidades de artilharia das ordenanças, que mantiveram até ao final da Guerra a designação de companhias de artilharia. O termo "bateria"[14] só seria adoptado como escalão de artilharia depois da Guerra Peninsular, no início da segunda metade do século XIX.

Pela ordem do dia de 24 de Outubro de 1809, foram reorganizados os quatro Regimentos de Artilharia, ficando cada regimento (com 1148 homens) organizado do seguinte modo: Estado-maior e menor (22 homens); sete companhias de artilheiros (cada a 112 homens); uma companhia de bombeiros (118 homens); uma companhia de mineiros (112 homens); e uma companhia de pontoneiros (112 homens).

A reorganização do Exército estava mais ou menos completa em 15 de Janeiro de 1810, com tropa disciplinada num total de cerca de 115.000 homens (62.000 de tropas de linha e 53.000 milicianos), que incluíam os quatro Regimentos de Artilharia. Para a campanha, o Exército foi então articulado em 12 brigadas (conforme já constava na organização de 1806), que por sua vez foram integradas nas divisões inglesas doEexército Englo-Luso.

Quatro meses depois, a 18 de Maio de 1810, Portugal tinha os seus Regimentos de Artilharia motivados e com os soldos pagos (cerca de 5.143 praças) e 11 brigadas volantes de artilharia devidamente organizadas para o combate e assim distribuídas: às ordens do major Arentschild, uma brigada de calibre 9, outra de calibre 6, uma terceira de calibre 3 e uma quarta de montanha; duas brigadas de calibre 6 em Portalegre, às ordens do major Dickson; uma de calibre 6 na Golegã; uma de calibre 9 em Santarém (do capitão Cabreira); uma de calibre 3 em Castelo Branco, e uma de calibre 6 e outra de calibre 3 em Trás-os-Montes.

Em Julho de 1810 começou então a terceira invasão com o "Exército de Portugal" de Massena, que tomou Ciudad Rodrigo a 10 de Julho e a Praça de Almeida a 28 de Agosto. O início da progressão das forças de Massena, em direcção a Lisboa, teve lugar a 16 de Setembro e a Batalha do Buçaco a 27 de Setembro, tendo nela participado cerca de 50 bocas de fogo. Com a ocupação das Linhas de Torres Vedras pelas tropas anglo-lusas (com um papel determinante por parte de engenheiros e artilheiros), por volta de 9 de Outubro de 1810, Massena ficou inactivo e começaria a retirada das forças francesas depois de 5 de Março de 1811. Seguir-se-iam novas batalhas e combates, com a participação de várias unidades de Artilharia, de que se

[14] Durante o período da Guerra Peninsular, o termo "bateria" estava associado à posição das bocas de fogo, na terminologia da época "a um certo número de peças, morteiros ou pedreiros, colocados num determinado lugar, e que dirijam os seus fogos sobre qualquer objecto".

destacam: Fuentes de Honor, em 5 de Maio de 1811 (seis brigadas); Albuera, em 16 de Maio de 1811 (duas brigadas); Salamanca, em 22 de Julho de 1812 (uma brigada); Vitória, em 21 e Junho de 1813 (três brigadas); Pirenéus, de 28 a 30 de Julho de 1813 (uma brigada); Nivelle, em 10 de Novembro de 1813 (duas brigadas); Nive, de 9 a 13 de Dezembro de 1813 (três brigadas); Orthez, em 27 de Fevereiro de 1814 (uma brigada de montanha) e Toulouse, em 10 de Abril de 1814 (quatro brigadas).

A nossa Artilharia aproveitaria as lições aprendidas em plena Guerra Peninsular, logo no ano de 1812, através da portaria de 12 de Fevereiro que introduziria mudanças radicais na nova organização (com grandes debates internos), que a afastaram da tradicional organização de Lippe. Neste sentido, as companhias de sapadores-mineiros e pontoneiros foram então retiradas dos Regimentos de Artilharia, para fazerem parte do novo corpo de engenheiros (que seria criado em 12 de Outubro de 1812), tendo sido extintas as companhias de bombeiros ficando, assim, os Regimentos de Artilharia reduzidos às "companhias de artilharia".

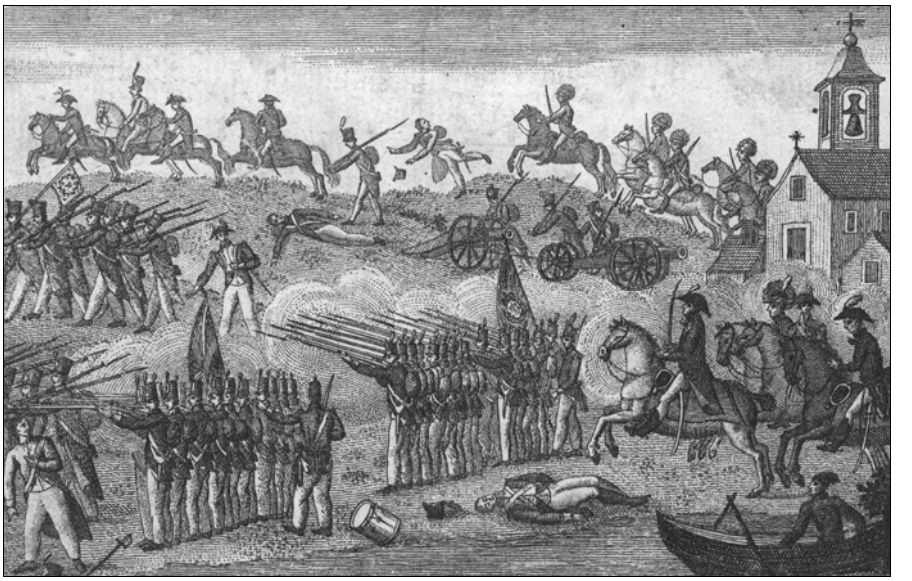
Apesar dos artilheiros portugueses não terem ultrapassado os 10% do total das forças portuguesas, a sua importância nos diferentes teatros de operações foi crescente, em parte significativa devido ao esforço da escola inglesa que tão bem soube formar e trabalhar com os artilheiros portugueses.

Quadro II

Quantitativo das forças de 1ª linha entre 1808 e 1814

Armas	**1808**	**1809**	**1810**	**1811**	**1812**	**1813**	**1814**
Cavalaria	6.678	5.700	6.955	6.706	6.797	6.509	5.994
Infantaria	33.463	36.201	42.739	41.573	47.512	43.546	42.730
Artilharia % Total	**3.730** **8,5%**	**4.422** **9,5%**	**5.520** **10%**	**4.996** **9,4%**	**4.916** **8,3%**	**4.756** **8,6%**	**4.512** **8,4%**
Engenharia e Artífices	140	140	105	98	197	226	282
Total	44.011	46.463	55.009	53.373	59.422	55.037	53.518

Fonte: Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil, Segunda Ephoca*, Tomo II, Lisboa, 1874, p. 519



Fonte: Arquivo Histórico Militar (HM-FE-10-A7-PQ-4).

Figura 1 – Soult abandona a cidade do Porto. Imagem junto ao Seminário em que as tropas francesas foram obrigadas a abandonar a sua Artilharia.

OS UNIFORMES

No período da Guerra Peninsular o uniforme dos artilheiros[15] era constituído, em resumo, pela barretina de pano azul ferrete, rígida e cilíndrica e com penacho de crina preta (para o serviço de quartel as praças usavam um barrete comprido que mais parecia um barrete saloio), por uma farda curta de pano azul ferrete e sem bandas (casaca com abas curtas) abotoada ao centro, e por pantalonas (calças justas à perna) azuis ferrete no inverno e brancas (de linho) no verão.

Os soldados calçavam polainas curtas de pano preto e sapatos, enquanto os oficiais calçavam botifarras (botas até ao meio da perna).

[15] Para mais pormenores é obrigatório ler "Os Uniformes da Artilharia Portuguesa", da autoria do Coronel de Artilharia, José Alberto da Costa Matos. Esta obra de grande qualidade, infelizmente de limitada divulgação, constituiu a edição comemorativa do 1º Centenário da Revista de Artilharia (2003) e retrata, com especial rigor, os uniformes da Artilharia Portuguesa desde a sua criação ao início do século XXI.

As dragonas eram aplicadas nos ombros e constituíam os distintivos correspondentes aos diferentes postos.

Os oficiais (os uniformes dos oficiais inferiores tinham pequenas diferenças, como o laço da barretina ser em lã em vez de seda) usavam ainda um talabarte de coiro banco, tendo à altura do peito uma chapa rectangular de metal amarelo com as Armas do Reino em prata (era usado à tiracolo da esquerda para a direita) e uma banda de retrós encarnado com borlas azuis e brancas atada à cintura sobre a farda.

Apesar das dificuldades sentidas durante alguns anos para uniformizar correctamente a tropa portuguesa, a partir de 1809, o novo uniforme dos artilheiros (tal como o dos restantes militares) já constituía motivo de orgulho e factor de disciplina, tão importante em homens que davam a vida pela Pátria e pelo Rei…

O armamento individual dos Regimentos de Artilharia era a espingarda com baioneta, tal como na Infantaria (a maior parte em elevado estado de degradação), mas por ordem do dia 16 de Abril de 1809 (proposta do general Rosa) foi determinado que os artilheiros ao serviço das brigadas volantes fossem armados com uma "pistola de cinto" para defesa pessoal. Esta situação facilitava claramente o trabalho de guarnição, sem descurar a defesa pessoal.

O ARMAMENTO

O armamento de artilharia que participou na Guerra Peninsular ainda era da escola de Bartolomeu da Costa (falecido em 1801) e de Carlos Napion (que embarcou com a família Real para o Brasil).

As bocas de fogo[16] portuguesas que mais activamente participaram na Guerra Peninsular foram as peças de 3,[17] 6,[18] 9[19] e 12 calibres (ou

[16] Ou canhões, cujos calibres até 12 libras eram para a artilharia de campanha, sendo os superiores para a guerra de posição – sítio e praça. O material de montanha tinha, no máximo, 6 libras, sendo o calibre normal de 3 libras.

[17] Esta boca de fogo (7,5 cm) era extremamente manobrável (peso do tubo da ordem dos 150 kg) e tinha alcances da ordem dos 300 passos (250 m) em trajectória tensa e de 1.200 passos (1000 m) a 10º. Como munições utilizava lanternetas e sacos de metralha, balas de ferro de 3 libras (1,4 kg), granadas com 4 a 5 onças de pólvora negra, com espoleta e carga de pólvora negra granulada de 1/3 F e 1 libra.

[18] Esta boca de fogo (9,9 cm) tinha um alcance da ordem dos 275 m em tiro directo e de 1.280 m a 4º. O tubo tinha pesos da ordem dos 200 kg e utilizava as seguintes munições: bala de 6 libras (3 kg); cartucho de metralha de 22 libras de peso; carga de pólvora negra granulada (encartuchada) de ½ ou 1 libra (230 g ou 460 g).

[19] Com pesos do tubo da ordem dos 400 kg, esta boca de fogo (10,9 cm) tinha um alcance de 330 m em trajectória tensa e de 2.200 m a 15º. Como munições utilizava balas de ferro de 9 libras (4 kg), lanternetas e metralha, balas para bater navios e carga de pólvora negra granulada (em saco) até 3,5 libras (1,6 kg).

libras),[20] os obuses de 5 ½ e de 6 polegadas e os morteiros. Nas inúmeras praças espalhadas pelo país continuaram a ser utilizadas as bocas de fogo disponíveis (de acordo com João Manuel Cordeiro, em 1808 havia, no Arsenal do Exército, 248 bocas de fogo de 16 calibres diferentes), muitas de ferro fundido e com calibres diversificados, para além dos obuses e especialmente dos morteiros.

As peças de Artilharia, com a figura de uma pirâmide truncada, podiam ser de ferro, mas eram normalmente de bronze. O seu comprimento dividia-se no primeiro reforço (igual a dois sétimos; com duas faixas, uma moldura, um liso, fogão e um bocel com seus filetes), no segundo reforço (igual a um sétimo e meio do diâmetro da bala; com uma faixa, uma moldura, munhões e golfinhos) e na bolada (com uma moldura, um liso, dois boceis com seus filetes, garganta e molduras do bocal). As peças de bronze designavam-se por peças de bater (mais reforçadas e o seu calibre ia de 12 até aos 48; serviam para bater em brecha) e de campanha (eram leves e o seu calibre ia de 3 a 12; serviam para acompanhar o Exército). As peças de bordo eram normalmente de ferro, curtas e reforçadas, com calibres dos 6 aos 36.

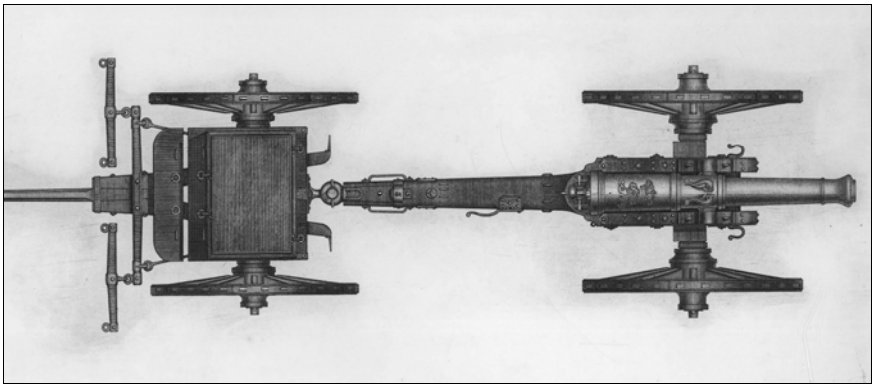
Os morteiros eram uma espécie de peças com maior boca e tinham uma câmara. Eram utilizados sobretudo em operações de sítio e serviam para lançar balas ocas cheias de pólvora, a que se chamavam bombas, que caindo sobre edifícios, ou obras de fortificação, rebentavam e os seus estilhaços destruíam tudo onde chegavam. Serviam também para lançar carcaças, que eram uma espécie de bombas com 5 buracos, cheias de pez e outros combustíveis para incendiar edifícios e noutras ocasiões, para lançar cestos cheios de pedras do tamanho do punho de um homem sobre o inimigo, por ocasião dos sítios. Os morteiros distinguem-se sobretudo pelo diâmetro da boca, mas também pelo facto de os tradicionais munhões estarem assentes no leito. Os que serviam a bordo eram mais compridos e pesados do que os que serviam em terra.

Os obuses (espécie de peça curta, mais comprida que o morteiro), inventados pelos alemães, diferiam dos morteiros por terem os munhões postos quase a meio, e por serem montados em reparos semelhantes aos das peças de campanha. Em Portugal, os de 5 ½ e 6 polegadas, tinham alcances máximos da ordem dos 800 m. Tanto eram utilizados em campanha como em

[20] Chegou a discutir-se a possibilidade de optar pelos calibres 4 e 8 de origem francesa, mas a decisão foi favorável à manutenção dos calibres ímpares, em função do factor económico (a sua substituição acarretaria a refundição da maioria das peças portuguesas, a fabricação de novos armões e de novas munições e artigos de palamenta), mas também do factor funcional (os nossos aliados mantinham os calibres 3 e 6, pelo que haveria grandes vantagens de intermutabilidade em campanha).

operações de sítio. Preenchiam o espaço de intervenção na fronteira das peças e dos morteiros, pois faziam tiro curvo (igualmente tiro de ricochete) e eram facilmente transportáveis.

A gestão do armamento e das munições começou a ser feita com maior rigor a partir de 1809, tendo como referência a escola inglesa e como actores os comandantes das unidades de Artilharia, na sua maioria de origem britânica. No final da campanha contra Soult, em Maio e Junho de 1809, o material foi melhorado. Adoptou-se então um novo reparo inglês (mais leve e resistente) e o obus de 6 pol. foi substituído por outro mais leve, de 5 ½ pol., também de modelo inglês. Mais tarde, depois da campanha de 1811, as peças de 3 c. seriam postas de parte do serviço de campanha e mais orientadas para a artilharia de montanha. Foram também feitos novos reparos para as peças de 6 c.



Fonte: Colecção de estampas do Arquivo Histórico Militar (cota original 2824BE; actual FE-10-A7-MD-8, fl 3).

Figura 2 – Peça de campanha de calibre 6, onde são visíveis as armas nacionais do tempo de D. João VI.

AS TRADIÇÕES

Durante a Guerra Peninsular, os artilheiros portugueses cultivavam as figuras de S. Bartolomeu, S. Sebastião e Santa Bárbara não havendo, à época, um padroeiro oficial.

Em Portugal, desde o reinado de D. João II que S. Bartolomeu era uma espécie de patrono da Artilharia, pois era respeitado enquanto tal pelos vários artilheiros alemães que estavam ao serviço de Portugal. Consta que lhe terão

construído uma capela no Forte de S. Julião de Lisboa e que terão organizado festas em sua honra, que se manteriam até ao final da Primeira Guerra Mundial.

O culto de Santa Bárbara pelos artilheiros portugueses teve início no século XVI (1708), mas só em plena Guerra Peninsular foi criada a irmandade de Santa Bárbara no Regimento de Artilharia no Alentejo (em Elvas), pelo Coronel Pedro de Bastos. Para essa Irmandade contribuíam mensalmente as praças e os oficiais. Em Lisboa, a confraria de Santa Bárbara já existia desde 1712 na capela de S. Miguel do Castelo, havendo fontes que referem que teria havido festas em honra de Santa Bárbara a 4 de Dezembro de 1758, dentro do castelo. No Regimento do Porto também foi criada uma irmandade de Santa Bárbara a partir de 1781, com contribuições monetárias dos respectivos militares. Também é desta época a confraria de Santa Bárbara na capela de S. Miguel no Castelo de S. Jorge, onde durante muitos anos se dava uma salva em sua honra no dia 4 de Dezembro. Conhecida no resto do mundo como a protectora contra os relâmpagos e tempestades, Santa Bárbara era considerada como Padroeira dos artilheiros, dos mineiros e de todos quantos trabalhavam o fogo e tinha como dia festivo precisamente o 4 de Dezembro. No entanto, Santa Bárbara só se tornaria na "Padroeira dos Artilheiros" (em substituição de S. Sebastião, que foi o padroeiro desde 1861) em Portugal, a partir de 1959, data a partir da qual se passou a comemorar o "Dia da Arma de Artilharia" a 4 de Dezembro.

Entretanto, S. Sebastião só foi instituído oficialmente como padroeiro dos artilheiros portugueses depois da Guerra Peninsular, em 1861, na mesma altura em que a ermida dos artilheiros foi elevada à categoria e dignidade de capela real, pelo Alvará Régio de 6 de Fevereiro do mesmo ano.

ARTILHEIROS DE COMBATE

"É da minha maior satisfação o ter observado a grande constância, valor e firmeza da artilharia portuguesa durante todo o conflito da batalha, debaixo de um fogo muito activo e considerável que faziam os inimigos da sua posição fortificada contra aquela em que se achava colocada a artilharia portuguesa, o que igualmente foi observado por todos os oficiais do exército aliado com grande admiração e gosto…"[21]

Alexandre Dickson

[21] Botelho, José Justino Teixeira, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, Vol. II, p. 150. Extracto de uma carta de Alexandre Dickson a Brito Mozinho, do quartel general de Toulouse, três dias depois da Batalha de Toulouse (10 de Abril de 1814).

Entre os muitos artilheiros que participaram mais ou menos directamente na Guerra Peninsular, José Justino Teixeira Botelho e João Manuel Cordeiro destacam, entre outros, o General José António da Rosa (1745-1830), o Marechal de Campo António Teixeira Rebelo (1750-1825),[22] o General António da Costa e Silva (1782-1856)[23] e o Coronel João da Cunha Preto (1772-1833)[24] e entre os oficiais estrangeiros ao serviço de Portugal, os então majores Vitor von Arentschild (1778-1841)[25] e Alexandre Dickson (1777-1840).

[22] Associado normalmente à criação do Colégio Militar, o Marechal de Campo Teixeira Rebelo foi um ilustre artilheiro do seu tempo e um exemplo de formador e pedagogo. Foi segundo comandante da brigada de artilharia das forças que partiram para a Campanha do Rossilhão e da Catalunha, campanha onde teve acção louvável como artilheiro e administrador, tendo então sido promovido por distinção a Tenente-Coronel. Como primeiro comandante português do Regimento de Artilharia da Corte, criou o então denominado "Colégio de Educação do Regimento de Artilharia da Corte" ou "Colégio da Feitoria" (antecessor do actual Colégio Militar). Durante a Guerra foi Inspector dos Corpos de Artilharia em acumulação com as funções de director do seu Real Colégio Militar. Foi ainda Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra em Fevereiro de 1821 (Fontes: *Os Generais do Exército Português*, 19-042, pp. 433-434; AHM Cx 361; *Revista de Artilharia*, Julho de 1932, nº 85; Teixeira Botelho, Vol. I, pp. 341-343; José Alberto da Costa Matos, *História do Colégio Militar: edição do segundo centenário do Colégio Militar*, Lisboa, s/ed, 2003).

[23] Assentou praça no Regimento de Artilharia da Corte e durante a primeira invasão francesa, em 1808, assumiu o comando da unidade de Artilharia incluída no Batalhão de Granadeiros de Évora. Em 1809 assumiu o comando do Depósito Geral de Munições de Tomar. Participou depois, como comandante de uma brigada de artilharia, na batalha do Buçaco e integrou as forças que perseguiram o Exército Francês em Espanha. Tomou assim parte nas batalhas de Vitória, Nive e Nivelle e depois em 1814, nas batalhas de Orthez e Toulouse, comandando uma brigada de artilharia de montanha. Assistiu ainda aos combates de Hailet e aos cercos de Almeida (1811), S. Sebastião da Biscaia e Ciudad Rodrigo, onde foi ferido e louvado por Wellington. Empenhou-se fortemente nas Lutas Liberais tendo sido Comandante-Geral da Artilharia (1838 a 1840), Inspector-Geral da Artilharia (1842 a 1844) e Ministro da Guerra interino (1847), já como Tenente-General (Fontes: *Os Generais do Exército Português*, 19-0496; Revista Militar, Tomo VIII nº 7 Julho de 1856; AHM Cx 1889).

[24] Alistado no Regimento de Artilharia de Goa, em 1789, fez sete embarques em navios de guerra e em 1800 veio para o RA1, tendo participado nas campanhas de 1801. Na Guerra Peninsular, já como capitão, foi escolhido para comandar a 3ª brigada de artilharia volante, à frente da qual esteve de 1808 a 1814, tomando parte activa nas batalhas do Buçaco, Fuentes de Hoñor, Vitória, Nivelle, Nive e Toulouse, nas acções de Fuentes de Hoñor, Porto da Maia e Almendralejo, no sítio da praça de Ciudad Rodrigo (onde se distinguiu e foi graduado em Major) e no 3º sítio de Badajoz. Condecorado por várias vezes em combate, foi detentor da cruz de seis anos de campanha, da condecoração inglesa de quatro comandos na Guerra Peninsular, da medalha da felicidade e do hábito da Torre e Espada por graça especial. Foi ainda Comandante do RA1, como Coronel, entre 1821 e 1828 (fontes: AHM Cx 1743 e Cx 1989, Botelho, José Justino Teixeira, vol. I, pp. 69 e 70).

[25] Capitão de artilharia da Real Legião Alemã, veio para Portugal com o marechal Beresford. Distinguiu-se, entre outras acções, na defesa da cidade do Porto, na organização, instrução e comando de brigadas de artilharia volantes, entre Abril de 1809 e Abril de 1812, mas

Entre as dezenas de outros artilheiros que aqui poderiam ser incluídos, destacamos ainda o Marechal de Campo Diocleciano Leão Cabreira (1772-1839),[26] o Brigadeiro José Maria de Moura (1772-18??),[27] o Brigadeiro Sebastião José de Arriaga Brun da Silveira (1763-1826),[28] o Coronel João António da Costa Silva Antunes (1776-1834),[29] o Brigadeiro Duarte Guilherme Ferreri (1778-1844)[30] e o Coronel Alexandre Tulloh (1781-18??)[31]…

Dos nomes acima referidos, destacamos, muito resumidamente, o percurso de dois artilheiros (um português e um estrangeiro) que marcaram a Artilharia no período da Guerra Peninsular:

também no comando da Artilharia Portuguesa em campanha. Entre Outubro de 1813 e Janeiro de 1814 foi comandante da Artilharia Portuguesa em Campanha. Viria a ser o comandante do RA1 em Outubro de 1815, apesar da sua actividade se acomodar "melhor ao duro e aventuroso serviço dos campos de batalha". Para o General Teixeira Botelho, "Vítor von Arentschild foi um dos mestres dos oficiais portugueses de artilharia de campanha, arma que instruiu e disciplinou até a pôr a par da sua congénere britânica." (Fontes: Reid, Stuart, *Wellington`s Army in the Peninsula 1809-1814*, Osprey Publishing, Oxford, 2004, p. 87; AHM Cx 1834 e Cx 930).

[26] O barão de Faro, que se destacou à frente da Leal Legião Lusitana e que em 1836 foi Comandante Geral da Artilharia.

[27] Organizou a companhia de artilharia da Leal legião Lusitana e que viria a comandar o RA3 (de Novembro de 1811 a Maio de 1819).

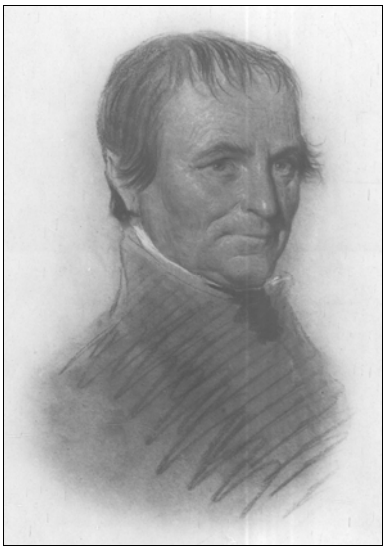
[28] Foi um dos mais operacionais e corajosos oficiais de Artilharia da Guerra Peninsular (chegou a efectuar 367 marchas, entre 4 de Maio de 1809 e 10 de Abril de 1814), a par de Cunha Preto, e que viria a comandar o RA3 (entre Agosto de 1823 e Fevereiro de 1826).

[29] Foi ajudante de campo do General António da Rosa e comandante do Regimento de Elvas (em 1833) deixando várias obras publicadas, entre as quais a "Memoria da organização ou constituição dos corpos de artilharia em Portugal" e "Atlas Artilheiro".

[30] Participou activamente em várias acções como a defesa do Porto, a defesa da ponte de Amarante, os combates de Mondim e da Régua e o Bloqueio de Zamora.

[31] Natural de Cumberland, comandou a Artilharia Portuguesa em algumas batalhas, combates, acções e sítios.

Tenente-General José António da Rosa[32]



Fonte: Arquivo Histórico Militar (P 30-AB 18734).

Figura 3 – Tenente-General José António da Rosa, segundo um esboço feito pelo pintor Domingos António Sequeira, em 1821

José António da Rosa nasceu em Mourão no ano de 1745, e assentou praça no Regimento de Artilharia do Alentejo, em Estremoz, em 27 de Junho de 1761.

Filho de modestos agricultores, frequentou as aulas regimentais que melhoraram a sua preparação técnica, tendo sido aluno do mestre francês Guilherme Luís António de Valleré. Ingressou, mais tarde, na Academia Real de Marinha que frequentou com distinção nos anos de 1780 a 1783.

Foi lente da ARFAD, funções em que se manteria, com algumas interrupções, entre 1790 e Junho de 1816, tendo editado em 1791 o "Compêndio de Minas" dedicado ao sereníssimo senhor D. João, livro que constituiu referência doutrinária desta temática na Academia Real por muitos anos (pelo menos até 1834).

[32] Entre as fontes destacam-se: AHM, Caixa 2001, *Os Generais do Exército Português* 19-031, p. 426-428; Henrique de Campos Ferreira Lima, *O Tenente-General José António da Rosa*, Separata da Revista de Artilharia, nº 65 de Novembro de 1930, pp. 237-247; *Novos Subsídios do General Teixeira Botelho* Vol. I, pp.336-337; *Gazeta de Lisboa* nº 287 de 1830.

Oficial agregado ao Regimento de Artilharia da Corte com o posto de Capitão, participou na "Campanha do Rossilhão e da Catalunha" como comandante da brigada de Artilharia Portuguesa da Divisão Auxiliar portuguesa, tendo sido promovido a Tenente-Coronel por distinção. Na "Guerra das Laranjas" (1801) comandou os parques de Artilharia do Exército em operações.

Tomou parte na materialização do projecto de artilhamento das praças fronteiriças do Alentejo, durante o ano de 1803, e no controlo dos trabalhos dos trens de Elvas e Estremoz. Já como Brigadeiro e ainda em 1803, participou nas negociações das fronteiras de Portugal com Espanha.

A primeira invasão francesa encontrou-o como "Inspector da Artilharia e Munições de Guerra das Praças do Reino" e como comandante das baterias ao Sul do Tejo, altura em que deu ordens (que seriam cumpridas), no sentido das peças serem encravadas para que não fossem utilizadas contra os navios ingleses. A 21 de Maio de 1809 foi nomeado "Comandante Geral das Tropas de Artilharia", cargo que exerceria até 1830. Foi ainda Conselheiro de Guerra (nomeado a 17 de Dezembro de 1815) e mais tarde deputado às Cortes Constituintes do lado liberal e pela província do Alentejo (na legislatura de 1821). Pouco dado à política, dedicar-se-ia à investigação na área do material de Artilharia e em especial das munições, tendo sido autor de várias obras.

António da Rosa terminou a sua carreira militar como Tenente-General, tendo sido indiscutivelmente actor e mentor da grande evolução que a Arma de Artilharia sofreu ao longo do período da Guerra Peninsular.

Entre as suas condecorações destacam-se o hábito da Ordem de Cristo (1781), o hábito da Ordem de Aviz (1790), comendador honorário da Ordem da Torre e Espada, e a medalha da fidelidade ao Rei (na sequência da Vilafrancada). Foi ainda cavaleiro-fidalgo por alvará de 30 de Março de 1819.

Major-General Alexandre Dickson[33]

Terceiro filho do Almirante William Dickson, entrou para a *Royal Military Academy* em 1793, tendo servido como subalterno em Minorca (1798), no bloqueio de Malta e na rendição de Valetta em 1800. Já como Capitão participou na expedição de Montevideu em 1806/7.

Durante a Guerra Peninsular, o então Major Dickson (tal como os restantes oficiais, era Capitão e foi graduado no posto imediato quando passou a servir no Exército Português) participou nas seguintes operações: Porto, Buçaco, Albuera, Salamanca, Vitória, Nivelle, Nive, Orthez, Toulouse

[33] Entre as fontes destacam-se: Reid, Stuart, *Wellington`s Army in the Peninsula 1809-1814*, Osprey Publishing, Oxford, 2004, p. 87; AHM Cx 1889.

e outras acções como os sítios de Badajoz, Cidade Rodrigo, Fortes de Salamanca, Castelo de Burgos, e S. Sebastião de Biscaia. Foi ainda comandante da artilharia aliada em Vitória, San Sebastian, Bidassoa, Nivelle, Nive e Toulouse. De Maio de 1813 ao fim da guerra exerceu as funções de Comandante da Artilharia Portuguesa e inglesa em campanha.

Para o General Teixeira Botelho "Alexandre Dickson teve comissões muito importantes, que atestam os seus elevados créditos profissionais [...] e foi decerto o mais distinto oficial da arma que veio a Portugal durante a guerra da península".[34]

Voltou depois ao continente americano para combater em New Orleans e na captura do forte Bowyer em 1815. Retornaria a tempo de comandar a bateria de trens em Waterloo, Mauberg, Landrecies, Phillippvile, Marienberg e Rocroi.

Foi depois director geral do departamento de transportes de campanha e comandante da *Royal Artillery*. O seu diário foi uma das principais fontes de informação utilizadas por Duncan na sua história da *Royal Artillery*. Tem um memorial em sua honra, desde 1847, em Woolwich.

Foi condecorado com a Cruz da Ordem da Torre e Espada, por serviços extraordinários em campanha no Exército.

ARTILHEIROS DESCONHECIDOS

A participação da Artilharia Portuguesa na Guerra Peninsular é magistralmente descrita ao longo dos dois volumes dos *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa* da autoria do General Teixeira Botelho, sustentados pela pesquisa cuidada de inúmeras fontes primárias do Arquivo Histórico Militar. Teixeira Botelho, faz um levantamento exaustivo das 95 acções de combate em que participou a Artilharia Portuguesa, descritas com algum pormenor e tendo por base as fontes primárias.

Por várias vezes a Artilharia Portuguesa foi louvada colectiva e individualmente pela qualidade do seu comportamento e empenhamento nas diferentes campanhas da Guerra Peninsular. Alguns deles foram publicados nas "Ordens do Dia" e outros ficaram inéditos. Mas entre as que mais marcaram as páginas da História da Artilharia Portuguesa estão nomes como Roliça, Vimeiro, Ponte de Amarante, Porto, Buçaco, Linhas de Torres Vedras, Fuentes de Hoñor, Badajoz, Albuera, Salamanca, Burgos, Tarragona, Vitória, Pirenéus, S. Sebastião da Biscaia, Barcelona, Nivelle, Nive, Orthez e Toulouse.

[34] Botelho, Joaquim Justino Teixeira, *op. cit.*, Vol. I, p. 322.

Tendo por base os relatórios elaborados pelos quatro Regimentos de Artilharia, o General Teixeira Botelho construiu, no seu volume I, outros tantos quadros relativos às baixas dos Artilheiros na Guerra Peninsular. Integrados esses mesmos com os relatórios dos quatro Regimentos de Artilharia, disponíveis no Arquivo Histórico Militar, levantámos cerca de 936 baixas, dos quais 299 mortos, 165 feridos e 472 extraviados e prisioneiros de guerra. O destaque vai para as elevadas baixas do RA4, em parte significativa devido à heróica defesa da ponte de Amarante, que travaria a evolução das forças francesas durante cerca de 14 dias. Também são expressivas as baixas relativas ao terceiro cerco de Badajoz, que se tornaria numa referência de heroísmo para vencedores e vencidos, dado que constituiu uma das acções mais renhidas e sangrentas de toda a Guerra Peninsular. A nossa homenagem vai especialmente para estes artilheiros desconhecidos, que deram a vida por Portugal em vários teatros de operações, e que foram e são muitas vezes injustamente esquecidos…

Fonte: Arquivo Histórico Militar (FE-10-A7-MD-11).

Figura 4 – Artilharia no Combate da Roliça, por T. Sutherland, 1815.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as lutas de libertação do jugo francês, que devastou Portugal e as suas gentes durante as Guerras Peninsulares, a Artilharia assumiu efectivamente o papel de Arma combatente em apoio de uma manobra, que teve no soldado e nas milícias um verdadeiro estandarte nacional.

Apesar da maioria das unidades de Artilharia terem sido comandadas por estrangeiros na fase inicial da Guerra Peninsular (ingleses e alemães), o processo de aprendizagem foi-se consolidando em combate, o que deu origem a uma prestigiada "escola de artilheiros" e a uma existência regular e duradoura da Artilharia no nosso país.

O papel da Artilharia Portuguesa no Teatro de Operações Peninsular foi crescente, desde a Roliça ao Buçaco e a outras intervenções em Espanha e França, onde as unidades de Artilharia e os artilheiros portugueses foram alvo de inúmeros encómios. Noutras intervenções em que não foi tão imprescindível, a artilharia funcionou também ao nível da dissuasão, como nas Linhas de Torres, que impediriam o avanço de Massena em direcção a Lisboa, onde os artilheiros (a par dos engenheiros) efectuaram um trabalho de referência ao nível da fortificação e do apoio mútuo entre os diferentes redutos. Da actuação da Artilharia e dos artilheiros portugueses, descrita por Teixeira Botelho ao longo de cerca de 95 batalhas, acção ou combates, sítios, defesas e bloqueios, pudemos confirmar a supremacia da Artilharia aliada relativamente à dos franceses, mas também o "crescimento" do papel da Artilharia e a participação honrosa e eficiente dos artilheiros. Apesar dos condicionalismos da geografia e do clima da península, a Artilharia dos aliados actuou particularmente bem ao nível da campanha, mas de um modo muito especial ao nível dos cercos e sítios de fortalezas estratégicas, operações com menos peso noutros teatros de operações da Europa.

A formação dos artilheiros teve neste período uma evolução muito positiva, não só ao nível das "aulas" dos Regimentos, mas também no que respeita à criação do Colégio da Feitoria (depois Colégio Militar), e sobretudo ao peso dado à Artilharia na Academia Real de Fortificação Artilharia e Desenho (os cursos de Artilharia eram de maior duração e complexidade), que formaria muitos dos actores da Guerra Peninsular. Como destaca o General Teixeira Botelho "Não foi só nos campos de batalha que os regimentos da Arma [de Artilharia] prestaram imperecíveis serviços. Nas suas academias, sabiamente situadas em centros importantes ou próximo deles, formaram-se muitos homens ilustres, que foram outros tantos agentes de divulgação científica na metrópole e nas colónias".[35]

Em termos de organização, a evolução da Artilharia Portuguesa foi significativa, pois progrediu desde a Artilharia de Lippe às portas do Rossilhão, para uma nova Artilharia muito diferente em 1814, reformada à imagem da Artilharia Inglesa, sem as subunidades de Engenharia, mas com um carácter técnico reforçado, que marcaria o seu percurso nas décadas seguintes. Neste

[35] Botelho, José Justino Teixeira, *op. cit.*, Vol. I, p. 163.

âmbito, os quatro Regimentos de Artilharia (Nº 1 de Lisboa, Nº 2 de Lagos, Nº 3 de Estremoz e Nº 4 do Porto) assumiram particular protagonismo no levantamento das "brigadas volantes de artilharia" (a maioria das quais com cinco peças de 6 libras e um obus de 5 ½ polegadas) das brigadas de montanha (com calibre 3) e na defesa e ataque de sítios (com calibres 9 e 12, obuses e morteiros), mas também na formação dos militares artilheiros e na criação de um genuíno e distinto espírito de corpo, que se prolongaria até aos dias de hoje.

Em termos de fardamento e tal como no restante Exército, os artilheiros foram alvo do novo regulamento de 1806, que marcaria, no sentido positivo, uma evolução que já se fazia sentir noutros exércitos, e que deu contributos importantes para a disciplina e para a auto-estima dos artilheiros.

No que concerne ao armamento (sobretudo as peças de 3, 6 e 9 libras), foram feitas sucessivas reorganizações e normalizações, para além de uma produção intensa no Arsenal, que levaria a números elevadíssimos de bocas de fogo nas Linhas de Torres (chegou a atingir as 628 bocas de fogo, com as armas das brigadas volantes recolhidas às posições) e a percentagens anormalmente elevadas de bocas de fogo de Artilharia nas próprias unidades aliadas.

O apoio dado pelos aliados ingleses foi determinante para a Artilharia a todos os níveis, desde a organização ao fardamento, passando pela logística e pelo armamento, o que marcaria gerações de portugueses e de artilheiros, que souberam dar a devida resposta nos diferentes teatros de operações da Guerra Peninsular. Entre os estrangeiros que mais trabalharam em prol da Artilharia Portuguesa não podemos deixar de destacar o Coronel Vitor von Arentschild e o Major-General Alexandrr Dickson.

Das mais de 900 baixas referenciadas entre os artilheiros, Teixeira Botelho efectuou o levantamento de cerca de 299 mortos em combate, a maioria dos quais na defesa do Porto, na ponte de Amarante e no terceiro cerco de Badajoz, números relativamente elevados em percentagem de militares e em função das posições que os artilheiros ocupavam normalmente nos combates, o que reforça o seu brio e heroísmo.

A Artilharia e os artilheiros portugueses foram merecedores de vários encómios em reconhecimento pelo seu valor, pela eficácia e eficiência do seu tiro, pela coragem e firmeza debaixo de fogo, por actos de heroísmo e pelo elevado espírito de sacrifício, qualidades e comportamentos que, no seu conjunto, marcaram e consolidaram o lastro histórico e o prestígio da Artilharia como Arma do Exército de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

AAVV, "Número Comemorativo do Centenário da Guerra Peninsular", *Revista de Artilharia*, nº 75, Setembro 1910.

Azeredo, Carlos de, *Aqui não Passaram: O Erro Fatal de Napoleão*, Civilização Editora, Porto, 2005.

Borges, João Vieira, *A Artilharia na Guerra Peninsular*, Tribuna, Lisboa, 2009.

Borges, João Vieira, "A Guerra Peninsular na Revista de Artilharia", *Revista de Artilharia*, 104º ano, nº 1000, Dezembro 2008, pp. 443-462.

Borges, João Vieira, *Portugal Militar no Início do Século XIX, A Guerra Peninsular: Perspectivas Multidisciplinares*, Actas, Vol. I, Coord. Maria Lemos Machado de Sousa, Setembro de 2008, pp. 47-60.

Botelho, José Justino Teixeira (General), *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, Vol. I e II, Publicações da Comissão de História Militar, Lisboa, 1944.

Botelho, José Justino Teixeira (General), "Artilheiros da Guerra da Península", *Revista de Artilharia*, 6º ano, nº 66, Dezembro 1909, pp. 295-306.

Bruce, Robert B., et all, *Técnicas Bélicas de la Época Napoleónica: 1792-1815*, tradução Maria Jesus Sevillano, Libsa, Madrid, 2008.

Centeno, João, *O Exército Português na Guerra Peninsular: Vol. I – Do Rossilhão ao Fim da Segunda Invasão Francesa 1807-1810*, Prefácio, Lisboa, 2008.

César, Vitoriano, J., *Estudos de História Militar: Breve Estudo sobre a Invasão Franco-Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realisadas até à Convenção de Cintra*, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1903.

Chaby, Claudio de, *Excerptos Historicos e Collecção de Documentos relativos à Guerra Denominada da Península e às Anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña*, Parte III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Chartrand, René, *Bussaco 1810: Wellington Defeats Napoleon`s Marshals*, Osprey Publishing, Oxford, 2001.

Chartrand, René, *Napoleon`s Guns 1792-1815 (1); Field Artillery*, Osprey Publishing, Oxford, 2003.

Chartrand, René, *Napoleon`s Guns 1792-1815 (2); Heavy and Siege Artillery*, Osprey Publishing, Oxford, 2003.

Chartrand, René, *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (1, 2 e 3),* Osprey Publishing, Oxford, 2000 a 2001.

Cid, António José do Amaral Balula, *Unidades de Artilharia; Sua Evolução*, Lisboa, 1957.

Cordeiro, João Manuel (General d´artilheria), *Apontamentos para a História da Artilheria Portugueza*, Typographia do Commando Geral da Artilheria, 1895.

Estado-Maior do Exército, *Síntese Histórica da Artilharia Portuguesa*, Exposição Comemorativa do VI Centenário da Artilharia no Museu Militar do Porto, 1982.

Estado-Maior do Exército, *Os Generais do Exército Português* (II), Biblioteca do Exército, Lisboa, 2005.

Favé (Colonel D`Artillerie), *Études sur le Passé et L`Avenir de L`Artillerie*, Tome Quatriéme, Paris, J. Dumaine, Libraire-Éditeurs de L`Empereur, 1863.

Fletcher, Ian, *Fortresses of the Peninsular War 1808-14*, Osprey Publishing, Oxford, 2003.

Henry, Chris, *British Napoleonic Artillery 1793-1815 (1),* Osprey Publishing, Oxford, 2002.

Henry, Chris, *British Napoleonic Artillery 1793-1815 (2),* Osprey Publishing, Oxford, 2003.

Kiley, Kevin F., *Artilhery of the Napoleonic Wars 1792-1815*, Greenhill Books, Londres, 2004.

Martins, Ferreira (General), *História do Exército Português*, Editorial Inquérito Limitada, Lisboa, 1945.

Matos, José Alberto da Costa, "Os Uniformes da Artilharia Portuguesa", Edição Comemorativa do 1º Centenário da *Revista de Artilharia*, 2003.

Matos, José Alberto da Costa, *História do Colégio Militar: edição do segundo Centenário do Colégio Militar,* Lisboa, s/ed., 2003.

Pereira, José de Carvalho (Coronel), "Seis Séculos de Artilharia em Portugal", *Revista de Artilharia*, nº 665/666, Jan/Fev 1981, pp.169-215.

Pivka, Otto von, *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars*, Osprey Publishing, Oxford, 1977.

Rubim, Nuno Varela, *Artilharia Histórica Portuguesa Fabricada em Portugal*, Museu Militar, Lisboa, Julho de 1985.

Santos, Nuno Valdez (Coronel), "Um canhão na Guerra Peninsular", *Revista de Artilharia*, 104º Ano, nº 92ª 994, Abril a Junho de 2008, pp. 155 a 164.

Soares, Alberto Ribeiro (Coord.), *Os Generais do Exército Português* (I e II), Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003.

Soriano, Simão José da Luz, *Historia da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, Segunda Epocha Guerra da Península*, Tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

Teixeira, Nuno Severiano (Dir.) e Barata, Manuel Themudo (Dir e Coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 3 – A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas, Círculo de Leitores, 2004.

Vicente, António Pedro, *Guerra Peninsular 1801-1814*, Academia Portuguesa da História, 2007.

Wise, Terence, *Artillery Equipments of the Napoleonic Wars*, Osprey Publishing, Oxford, 2001.

A ARTILHARIA NA BATALHA DO BUÇACO

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
PEDRO MARQUÊS DE SOUSA

No ano em que se cumprem 200 anos após a 3ª Invasão Francesa em Portugal, recordamos de forma especial a importante Batalha do Buçaco ocorrida em 27 de Setembro de 1810 e procuramos compreender melhor a actuação da Artilharia naquela importante Batalha na serra do Buçaco, após alguns meses em que as forças aliadas comandadas por Wellington, vinham recuando perante o inimigo e ainda não se tinham empenhado decisivamente em nenhum combate. O abandono de Ciudad Rodrigo e a perda da praça de Almeida, em Agosto de 1810, tinham deixado uma má impressão em Espanha, em Portugal e até na Inglaterra e muitos oficiais criticavam o comandante inglês que retirava sempre quando estava perante o inimigo. Ao Governo Português também não agradava assistir ao sacrifico das populações obrigadas a abandonar as suas terras e bens perante o avanço francês e por isso a vitória obtida na Batalha do Buçaco em Setembro de 1810 foi muito importante.

1. A ARTILHARIA NAS FORÇAS DE WELLINGTON DURANTE A 3ª INVASÃO FRANCESA (1810)

No inicio do ano de 1810 as forças militares Inglesas e Portuguesas que se encontravam no território nacional antes da invasão dos franceses, estavam posicionadas nas regiões entre o rio Douro e o rio Tejo e a parte principal das forças estava na Beira Alta para vigiar a fronteira por onde se receava a entrada do inimigo, como acabou por acontecer. Além destas forças existiam também algumas unidades de menor capacidade militar a

sul do Tejo. O Quartel General de Wellington que estava em Coimbra, foi transferido para Viseu em 12 de Janeiro e ali permaneceu até Abril sendo depois transferido para Celorico.

Na Beira Alta a força de vanguarda posicionada junto da fronteira com a Espanha, a que chamaríamos na actualidade uma Força de Cobertura, era a Divisão Ligeira do Major General Robert Craufurd que era constituída por cerca de 4000 homens e que esteve primeiro em Pinhel e depois foi para a margem direita do rio Côa na região de Almeida, enviando forças ligeiras como patrulhas de reconhecimento até Ciudad Rodrigo. A Artilharia que estava atribuída a esta Divisão Ligeira era uma unidade de Artilharia a cavalo inglesa (Royal Horse Artillery) com 6 peças de artilharia de calibre 6 libras, comandada pelo Capitão Ross, que também esteve a apoiar esta Divisão no seu sector defensivo na serra do Buçaco no dia 27 de Setembro de 1810. As forças de manobra desta Divisão Ligeira eram duas Brigadas de Infantaria, cada uma constituída por dois Batalhões de Infantaria (ingleses) e um Batalhão de Caçadores (português). Além destas forças de Infantaria com um efectivo de 4000 homens, a Divisão Ligeira tinha ainda três unidades de Cavalaria, (400 homens) destacados pelos Regimentos de Dragões nº 16 (inglês), do Regimento de Hussards nº 1 (inglês) e da Legião Alemã (Kings German Legion).

À retaguarda da Divisão Ligeira, localizada na região de Pinhel, estava a 3ª Divisão comandada pelo General Picton, em Viseu estava a 1ª Divisão comandada pelo General Spencer, a 4ª Divisão comandada pelo Major General Cole estava na Guarda, a 2ª Divisão do General Hill estava em Portalegre e a 5ª Divisão estava disposta ao longo da linha do rio Zêrere. Estavam ainda levantadas três Brigadas Independentes portuguesas (constituídas por dois Regimentos e por um Batalhão de Caçadores), e as seguintes 4 Brigadas no dispositivo territorial: A 9ª Brigada com um Regimento em Castelo Branco, a 10ª Brigada com forças em Elvas e Vila Viçosa, a 11ª Brigada com um Regimento em Tomar e outro em Abrantes e a 12ª Brigada com um Regimento em Alcains (Castelo Branco) e um Regimento na Praça de Almeida. Para além destas forças de linha estavam mobilizados diversos Regimentos de Milícias a reforçar as guarnições das praças mais importantes em Almeida, Elvas, Abrantes, no Minho, em Traz os Montes, na Beira Baixa, Tomar, entre o Douro e o Mondego e a Sul do Tejo até Setúbal.

O dispositivo territorial do Exército de Portugal recentemente reorganizado pelos ingleses, compreendia três grandes grupos: o Exército regular (de linha), as milícias e as ordenanças. O Exército regular ou de linha compreendia três grandes Divisões territoriais, designadas por Divisão

do Norte, do Centro e do Sul, sendo cada Divisão formada por 4 Brigadas de Infantaria (cada uma a dois Regimentos), 4 Regimentos de Cavalaria e um Regimento de Artilharia, com a excepção da Divisão do Sul que tinha dois Regimentos de Artilharia.

As forças de linha do Exército regular estavam assim organizadas:

Divisão do Norte

- 1ªBrigada – Reg.Infª 3 (1º de Olivença) e RegInfª 15 (2º de Olivença).
- 2ª Brigada – Reg.Infª 6 (1º do Porto) e Reg Infª 18 (2ºdo Porto).
- 3ª Brigada – Reg.Infª 9 (de Viana) e RegInfª 21 (de Valença).
- 4ª Brigada – Reg.Infª 12 (de Chaves) e Reg Infª 24 (de Bragança).
- Cavalaria: Reg.Cavª 3 (de Olivença), Reg Cavª 6 (de Bragança), Reg Cavª 9 (de Chaves) e RegCavª 12 (de Miranda).
- Artilharia: Reg.Artª 4 (do Porto).

Divisão do Centro

- 1ªBrigada – Reg.Infª 1 (de Lippe) e Reg Infª 13 (de Peniche).
- 2ª Brigada – Reg.Infª 4 (de Freire) e Reg Infª 16 (de Vieira-Teles).
- 3ª Brigada – Reg.Infª 7 (de Setúbal) e Reg Infª 19 (de Cascais).
- 4ª Brigada – Reg.Infª 10 (de Lisboa) e Reg Infª 22 (de Serpa).
- Cavalaria: Reg.Cavª 1 (de Alcântara), Reg Cavª 4 (de Mecklemburg), Reg Cavª 7 (do Cais) e Reg Cavª 10 (de Santarém).
- Artilharia: Reg.Artª 1 (Lisboa).

Divisão do Sul

- 1ªBrigada – Reg.Infª 2 (de Lagos) e Reg Infª 14 (de Tavira).
- 2ª Brigada – Reg.Infª 5 (1º de Elvas) e Reg Infª 17 (2º de Elvas).
- 3ª Brigada – Reg.Infª 8 (de Castelo-de-Vide) e Reg Infª 20 (de Campo-Maior).
- 4ª Brigada – Reg.Infª 11 (de Penamacôr) e Reg Infª 23 (de Almeida).
- Cavalaria: Reg.Cavª 2 (de Moura), Reg Cavª 5 (de Evora), Reg Cavª 8 (de Elvas) e Reg Cavª 11 (de Almeida).
- Artilharia: Reg.Artª 2 (do Algarve) e Reg Artª 3 (de Estremoz).

A Inglaterra tinha nesta época em Portugal um Exército de operações com 23000 homens de Infantaria e Cavalaria: A 1ª Divisão (Spencer) com 6.000 homens, a 2ª Divisão (Hill) com 5.000, a 3ª Divisão (Picton) a 3.000, a

4ª Divisão (Cole) com 4.000, a Divisão ligeira (Crawfurd) com 2.400 e as Forças de Cavalaria (Cotton) com 3.000.

Os quatro Regimentos de Artilharia portugueses foram reorganizados em 1809[1] ficando cada Regimento constituído por Estado-Maior, sete (7) Companhias de Artilheiros, uma Companhia de Bombeiros, uma Companhia de Mineiros e uma Companhia de Pontoneiros. O Estado-Maior tinha 22 homens, cada Companhia tinha 112 homens, a Companhia de Bombeiros tinha 118 e o total do Regimento era de 1148 homens. Em Tomar foi organizado um Trem de Artilharia para fazer a manutenção e fabricar munições de Artilharia e, em face da grande necessidade de requisitar cavalos para guarnecer as unidades do Exército, foram criados 5 depósitos ou centros de reunião de cavalos para o Exército, em Lisboa, em Évora, em Viseu, em Aveiro e em Chaves.

Em Dezembro de 1809 foi estabelecida uma nova lei de recrutamento que estabelecia que todos os homens solteiros entre os 18 e os 35 anos de idade com altura mínima de 58,5 polegadas estavam em condições de serem recrutados e para a Artilharia o recrutamento para cada um dos Regimentos era realizado nas seguintes regiões do país: O Reg Artª nº 1(Lisboa) recrutava na província da Estremadura, o Reg Artª nº 3 (Estremoz) recrutava no Alentejo, o Reg Artª nº 2 (Faro) recrutava no Algarve e o Reg Artª nº 4 (Porto) recrutava no Minho.

Com a reorganização de Beresford durante a segunda invasão francesa em 1809 é que se começaram a organizar em Portugal as Brigadas volantes de Artilharia com peças ligeiras e obuses. Em Tomar foram formadas nove (9) Brigadas de Artilharia: quatro (4) Brigadas de Artª com base nas forças do Reg Artª nº1, outras quatro (4) com base no Reg Artª nº 2 e uma (1) Brigada de Artilharia com base no Reg Artª nº 4. Para a Artilharia uma das grandes dificuldades foi satisfazer a necessidade de cavalos e muares, pois necessitava de muitos animais. Uma Brigada de Artª de calibre 6, completa com seis bocas-de-fogo e restantes órgãos, incluía 107 muares e 26 cavalos e as Brigadas de calibre 9 ainda necessitavam de mais animais. Na Batalha do Buçaco participaram 5 Brigadas de Artilharia portuguesas, sendo de todas as batalhas aquela em que estiveram envolvidas mais Brigadas da Artilharia Portuguesa, além das 6 Brigadas de Artilharia estrangeiras (4 da Artilharia Inglesa e 2 Alemãs) num total superior a 50 bocas-de-fogo.

È nesta época que se generaliza a designação de Brigada de Artilharia em substituição da anterior designação de Companhia de Artilharia, para

[1] A reorganização militar de Beresford (Ordem do Dia de 24 de Outubro de 1809).

designar o escalão básico de Artilharia em operações, que em regra era atribuído a uma Divisão de Infantaria. A designação do escalão Brigada de Artilharia era também usada quando se agrupavam duas ou três Companhias de Artilharia sob comando unificado.

As Brigadas de Artilharia portuguesas organizadas por Beresford foram mobilizadas pelos Regimentos de Artilharia nº 1, 2 e 4.

O Regimento de Artilharia 1 (Lisboa) mobilizou as seguintes sub unidades:

- 1ª Brigada de Artilharia/RegArtª 1 (Lisboa): Comandada pelo Capitão Francisco Cipriano Pinto;
- 2ª Brigada de Artilharia/RegArtª 1 (Lisboa): Comandada pelo 1º Tenente António da Costa e Silva;
- 3ª Brigada de Artilharia/Reg Artª 1 (Lisboa): Comandada pelo Capitão João da Cunha Preto;
- Brigada de Artª de Montanha: Comandada pelo Capitão Jacinto Moreira Freire.

O Regimento de Artilharia nº 2 mobilizou as seguintes sub unidades:

- 1ª Brigada de Artilharia/RegArtª 2: Comandada pelo 1º Tenente Frederico Peyran de Chateauneuf;
- 2ª Brigada de Artilharia/RegArtª 2: Comandada pelo Capitão João Porfírio da Silva;
- 3ª Brigada de Artilharia/RegArtª 2: Comandada pelo Capitão João Maximiano Penedo;
- 4ª Brigada de Artilharia/RegArtª 2: Comandada pelo Tenente José Pereira da Cunha.

O Regimento de Artilharia nº 4 mobilizou uma Brigada de Artilharia com 110 militares, comandada pelo Capitão António de Sousa Passos.

Na Guerra Peninsular a Artilharia Inglesa utilizou o modelo mais antigo da peça de calibre 6 (libras) adoptado em 1790.[2] Os calibres 3 e 6 (libras) eram vocacionados para o apoio próximo a pequenas formações de Infantaria explorando a conjugação do reduzido peso com uma boa capacidade de manobra de materiais. Mas durante a Guerra Peninsular foi reconhecido mais tarde que as formações de Infantaria mais numerosas, exigiam uma maior preparação da Artilharia, em face também da Artilharia Francesa ser mais pesada e por isso começou a ser adoptado o calibre 9

[2] Fora da Península, a Artilharia Inglesa utilizou um modelo mais recente de 1793 da peça de calibre 6, mas na Guerra Peninsular usou o modelo de 1790 implementado pelo Gen. Thomas Blomefield.

(libras), sendo ainda considerada também como vantagem na organização das unidades básicas da Artilharia, a combinação de um obus com as peças na mesma subunidade, em que este podia realizar missões com granadas incendiárias, de iluminação e munições comuns.[3]

2. A ARTILHARIA DAS FORÇAS FRANCESAS NA 3ª INVASÃO A PORTUGAL (1810)

Segundo o conceito de Napoleão a Artilharia tinha um papel fundamental no combate, pela capacidade de concentração de fogos de massa de forma rápida, mesmo admitindo que em proporção, a quantidade de bocas-de-fogo por cada mil homens fosse inferior em relação a alguns exércitos seus adversários[4]. A Artilharia Francesa em teoria, utilizava cerca de 4 a 5 bocas-de-fogo por cada mil homens, mas na prática essa proporção era talvez na ordem das 3 a 4 bocas-de-fogo por cada mil homens. Na Guerra Peninsular no entanto, a quantidade de bocas-de-fogo dos franceses era superior à Artilharia dos Anglo-Lusos que praticaram basicamente o rácio de 1 a 2 bocas-de-fogo por cada mil homens, mas concretamente, em Portugal, essa proporção era diferente sendo até mais favorável às forças Anglo-Lusas. Na Península Ibérica as bocas-de-fogo de 4 e 8 libras foram os modelos mais usados pelos franceses, sendo que uma Companhia de Artilharia era constituída normalmente por 2 peças de 4 libras (alcance eficaz na ordem dos 600 m) 2 peças de 8 libras (alcance eficaz na ordem dos 800 m) e dois obuses[5] de 6 polegadas. Esta orgânica tinha por base o sistema Gribeauval do século XVIII, que estabelecia que uma Companhia de Artilharia de Campanha era constituída por 8 bocas-de-fogo (peças) e as Companhias de Artilharia a Cavalo eram constituídas por 6 bocas-de-fogo (peças), embora esta orgânica tivesse tido algumas alterações no inicio do século XIX.

A principal diferença entre a Artilharia Francesa e Inglesa não resultava da qualidade técnica dos seus artilheiros ou da qualidade dos materiais mas sim no conceito de emprego da Artilharia de Napoleão, que

[3] British Napoleonic Artillery 1793-1815, Osprey, 2002 p 39.

[4] Nas Guerras Napoleónicas, as forças russas foram as que utilizaram mais artilharia, cada Divisão Russa tinha a quantidade de Artilharia que tinha um Corpo de Exército francês.

[5] Os obuses (invenção alemã) distinguiam-se dos morteiros por serem montados em reparos semelhantes aos das peças de campanha e por terem o eixo dos munhões colocados a meio dos tubos, podendo fazer tiro curvo e eram mais facilmente transportáveis (podiam ser usados em campanha) do que os morteiros muito pesados e por isso mais vocacionados para o sítio. Em Portugal eram usados obuses de 5 polegadas e meia (5 ½) e de 6 polegadas e tinham alcances máximos na ordem dos 800 metros.

mantinha uma postura mais ofensiva enquanto que para os aliados a missão principal da Artilharia era defender as forças de manobra (Infª e Cavª). Os aliados atribuíam e posicionavam as unidades de Artilharia conforme as necessidades dos comandos subordinados das Divisões ou segundo o conceito do comandante da Divisão[6] e usavam a Artilharia de reserva ou de Corpo para fazer face às situações que se revelavam críticas durante o combate. Ao contrário, os franceses preparavam a Artilharia para a sua acção ser decisiva logo no início das batalhas de forma a que a sua acção contribuísse decisivamente para resolver a batalha.

Os fogos oblíquos (cruzados) eram os mais eficazes e a táctica da artilharia francesa considerava esta técnica de fogos decisiva, na fase inicial dos combates. *The oblique, flanking fire was the most effective. "Cross fires and enfilades were for ever foremost in gunners' minds, and in the Napoleonic Wars the French became expert at achieving them. ... When artillery was used to support an attack it would once again attempt to fire into the enemy's flank ... The closer the artillery could come, the better; and the French became very bold in this role."*[7]

Na táctica da Artilharia Francesa era dada prioridade à destruição da Infantaria adversária e só em segunda prioridade se envolvia no ataque à Artilharia do inimigo numa atitude normalmente de contra-bateria reactiva, atacando as unidades que estivessem activas batendo objectivos importantes. Os franceses usavam uma Artilharia de Batalhão que era um escalão com 8 bocas-de-fogo de 8,4 cm (calibre 4) sendo empregue junto da Infantaria, actuando na linha da frente em 1º escalão no intervalo entre os batalhões. Uma Companhia de Artilharia era normalmente o escalão atribuído a uma Brigada de Infantaria (que tinha normalmente 4 Batalhões) e assim em certos casos em que a unidade era dividida, cada Batalhão podia contar com o apoio de duas bocas-de-fogo.

No final de Setembro de 1810 as forças francesas em Portugal comandadas por Massena, dispunham de um efectivo aproximado de 68.000 homens e 14.000 cavalos, formando três Corpos de Exército e a reserva de Cavalaria: O 2º Corpo de Exército francês comandado por Reynier (tinha aproximadamente 14.800 militares) era constituído por 2 Divisões de Infantaria (Cada Divisão tinha duas Brigadas e cada Brigada tinha 2 Regimentos) e uma Divisão de Cavalaria (com duas Brigadas, a 1ª Brigada

[6] A organização da Artilharia para o combate na Batalha do Buçaco, concentrou a maior parte das unidades de Artilharia, nos sectores mais críticos, tendo em consideração os eixos de aproximação do inimigo, segundo o conceito do comandante.

[7] Griffith - "French Artillery" , publ. in London 1976, p 28

com 2 Esquadrões e a 2ª Brigada com 3 Esquadrões). A 1ª Divisão de Infantaria tinha 242 oficiais e 5.615 homens, a 2ª Divisão de Infantaria tinha 278 oficiais e 7.162 homens e a Divisão de Cavalaria tinha 102 oficiais, 1192 homens e 1269 cavalos.

O Corpo tinha destacamentos de Artilharia a pé (do Regimento nº 3) e do Regimento de Artilharia a Cavalo nº 2 com 4 companhias de trem e uma Companhia de Sapadores. A Artilharia estava dividida pelas duas Divisões e havia ainda Artilharia de reserva ou de Corpo e no total a Artilharia deste 2º Corpo (Reynier) tinha 18 bocas-de-fogo. (19 oficiais, 667 homens e 664 solípedes).

Uma unidade de Artilharia Francesa com peça calibre 4 (84 mm).

O 6º Corpo de Exército comandado por Ney, com um total de cerca de 23.000 militares, tinha 3 Divisões de Infantaria (Cada Divisão de Infª tinha 2 Brigadas), um Brigada de Cavalaria Ligeira (com 6 Esquadrões), Artilharia a pé, Artilharia a Cavalo, e Artilharia de sítio e uma Companhia de Sapadores. A Artilharia deste 6º Corpo de Exército tinha 43 oficiais e 1367 homens e no total o 6º Corpo tinha 30 bocas-de-fogo.

O 8º Corpo comandado por Junot, constituído por cerca de 17.500 militares, tinha 2 Divisões de Infantaria, uma Brigada de Cavalaria, Artilharia a pé e a cavalo, Sapadores e Pontoneiros. A Artilharia da 1ª

Divisão era uma Companhia de Artilharia a pé e uma Companhia de Artilharia a Cavalo e a Artilharia da 2ª Divisão era uma Companhia de Artilharia a pé e uma Companhia de artilharia a cavalo, o Parque tinha 2 companhias e vários destacamentos. O 8º Corpo tinha no total 36 bocas-de-fogo.

Havia ainda uma Divisão de Cavalaria de reserva (com cerca de 3500 homens e 2500 cavalos) que tinha uma Companhia de Artilharia a cavalo e duas Companhias de Trem. À Artilharia Francesa faltavam muitos cavalos ficando assim as atrelagens muito limitadas na sua capacidade de deslocação.

3. O EMPREGO DA ARTILHARIA NOS COMBATES DE CIUDAD RODRIGO

Para o Cerco de Ciudad Rodrigo o General francês comandante da Artilharia do 6º Corpo de Exército ficou encarregado de mandar vir de Bayonna e de Burgos uma força de Artilharia de sítio com 60 bocas-de-fogo, tendo conseguido obter 2000 solípedes para este transporte. Esta Artilharia saiu no final de Maio de Salamanca mas teve grande dificuldade de marcha pelo mau estado dos caminhos, fazendo apenas uma média de cerca de 10 Km por dia. (eram necessários 12 cavalos para rebocar uma peça de 24 polegadas). Em Ciudad Rodrigo no Verão de 1810 a guarnição de 6000 homens com 86 bocas-de-fogo aguardavam a chegada do Exército Anglo-Luso que vinha em reforço desta praça.

Em 18 de Junho os Franceses já tinham recebido o material de Artilharia de sítio e no dia 20 puderam posicionar e guarnecer 6 Baterias com peças de 12, 16 e 24 polegadas e alguns morteiros e obuses num total de 46 bocas-de-fogo, para apoiar o cerco a Ciudad Rodrigo:

– Bateria nº 1 (4 obuzes)
– Bateria nº 2 (10 morteiros de 8 e 6 polegadas)
– Bateria nº 3 (6 peças de 12 polegadas)
– Bateria nº 4 (7 peças de 16 pol)
– Bateria nº 5 (9 peças de 24 pol)
– Bateria nº 1 (6 peças de 12 e 4 obuses)

Apesar deste forte sistema de Artilharia que começou a actuar na manhã do dia 25 de Junho fazendo fogos contra a praça de Ciudad Rodrigo o seu efeito não foi muito positivo, pois o fogo de Artilharia feito da praça sobre a Artilharia Francesa, causou fortes danos nas Baterias nº 4 e nº 5 fazendo explodir os seus paióis e causando grandes baixas. Nas outras

Baterias também se registaram grandes perdas obrigando os franceses a reorganizar as suas baterias no cerco à praça.

O General André Herrasti comandante da praça procurou resistir e solicitou a Wellington que empenhasse forças neste local para repelir os franceses, mas Welington não se mostrou disposto a sacrificar forças neste local numa operação que considerava inútil. A praça de Ciudad Rodrigo acabou por cair nas mãos dos franceses em 10 de Julho de 1810, deixando aberta a fronteira à entrada dos franceses.

4. A IMPORTÂNCIA DOS FOGOS DE ARTILHARIA NO CERCO DE ALMEIDA

Após a tomada de Ciudad Rodrigo, começaram no dia 15 de Julho os reconhecimentos franceses para preparar o ataque à Praça de Almeida, onde se destacou a acção de uma força de 3000 homens de Infantaria, uma Divisão de Cavalaria (de reserva) e uma unidade de Artilharia.

Do lado Anglo-Luso a Divisão Ligeira comandada por Graufurd dispunha de 4000 homens de Infantaria, 1100 de Cavalaria e 6 peças de Artilharia, tomava posições junto ao Rio Côa, onde se registou uma das mais violentas batalhas da Guerra Peninsular. O Combate do Côa em 24 de Julho de 1810 antes da conquista de Almeida pelos Franceses foi um combate importante, que apesar de não ter evitado a perda daquela importante Praça de defesa territorial, impediu o sucesso da primeira ofensiva dos franceses, contribuiu para aumentar a experiência em combate dos nossos militares e para clarificar o conceito de missão do Exército Anglo-Luso, de não pôr em prática uma operação defensiva naquela região, mas sim desenvolver uma acção retardadora, durante o movimento dos franceses de Nordeste para Sudeste dentro do território nacional.

Em face da aproximação dos franceses, a Divisão Ligeira de Graufurd que actuava como Força de Cobertura, interpondo-se entre os franceses e a Praça de Almeida, recuou até ficar sob a protecção dos fogos de Artilharia da Praça.[8]

Nesta operação destacou-se a Divisão francesa de Loison, que do planalto da Conceição lançou a operação ofensiva em 24 de Julho sobre Almeida, com uma vanguarda de Cavalaria com duas Brigadas de Cavalaria (uma ligeira e outra de Dragões) que tinha sido reforçada com uma Bateria

[8] Victoriano José César, As Invasões Francesas em Portugal, 3ª Parte, Inv. Francesa de 1810, Lisboa, Coop Militar.1910 p59

de Artilharia a cavalo. Esta força de Cavalaria era precedida por um Batalhão de Caçadores.

A referida Divisão Ligeira de Graufurd estava disposta com a ala esquerda apoiada pela Artilharia da Praça de Almeida e a ala direita no Rio Côa, deixava um saliente onde estava um reduto guarnecido por uma unidade inglesa de Artilharia a cavalo.

A Cavalaria Francesa reforçada por uma unidade de Artilharia atacou os postos de cavalaria ingleses que abandonaram as posições, ficando exposta agora a Infantaria constituída por 3 Regimentos ingleses e por dois Batalhões de Caçadores portugueses e um Alemão. Esta força de cobertura na defesa de Almeida, além da sua unidade de Artilharia era apoiada pela Artilharia da Praça.

> *"The [British] artillery attached to the Reserve instantly opened fire upon it [French infantry columns] and such was the excellence of the practice, that the enemy's column, after a heavy loss, withdrew before it had been able to fire a musket." (Summerville – "March of Death" 129).*

Entre os combates regista-se o esforço dos franceses para passar a ponte de Castelo Bom, a acção da Artilharia do Cabeço Negro e a Infantaria que guarnecia a margem esquerda do Rio Côa, que impediram essa passagem da ponte. Este combate foi muito criticado por Wellington que não queria estes combates decisivos, com grande empenhamento de uma força ligeira, mas Craufurd não respeitou esta indicação de Welingnton, resolveu empenhar-se e até queria que a Divisão de Picton (3ª Divisão) que estava em Pinhel o viesse reforçar empenhando assim duas Divisões perante esta ofensiva francesa na região de Almeida. O General Picton não quis contrariar as ordens de Wellingnton e evitou um combate decisivo naquela zona de fronteira, deixando assim isolada a Divisão de Craufurd.

A retirada de Craufurd deixou a Praça sem hipótese de defesa e os franceses preparavam o cerco a esta, enquanto Wellignton mandava recuar as suas forças para ficarem entre Trancoso por Celorico e até à Guarda.

Durante a manobra de aproximação dos franceses à Praça, registou-se um contacto entre uma força francesa e um destacamento aliado que tinha a missão de colher trigo nas regiões circundantes da Praça de Almeida. O destacamento aliado com 1200 homens, 4 peças de Artilharia e uma coluna de carros para o transporte do trigo foi atacado pelos franceses que aprisionaram alguns carros e uma peça de Artilharia.

A Praça de Almeida comandada pelo Coronel Inglês Guilherme Cox, tinha o Reg Infantaria 24 (1200 homens) três Regimentos de Milícias (Trancoso,

Guarda e Arganil), uma Companhia de Cavalaria nº 12 e um destacamento de Artilharia nº 4. A Artilharia da Praça era de 96 bocas-de-fogo.

Os franceses reuniram uma força de Artilharia para fazer o cerco a Almeida, com cerca de 65 bocas-de-fogo: 15 peças de 24 pol, 10 peças de 16 pol, 15 peças de 12 pol, um morteiro de 12, cinco morteiros de 10, três morteiros de 8 pol, 12 obuzes de 6 e 4 pedreiros. Como era muito difícil o transporte de munições e de toda a logística de Ciudad Rodrigo até Almeida, a montagem deste cerco foi muito demorada, ao mesmo tempo que as colunas de abastecimento eram atacadas por espanhóis.

No inicio de Agosto de 1810 as forças da guarnição da Praça de Almeida faziam sortidas mas sem grande significado, enquanto os preparativos franceses continuavam, abrindo uma primeira paralela na noite de 15 para 16 de Agosto (cerca de 1000 metros de trincheira) em frente do baluarte de S. Pedro onde foi decidido fazer o esforço de ataque. Em 25 e 26 de Agosto foi aberta uma segunda "paralela" a aproximadamente 200 metros da praça e começaram a armar as primeiras Baterias que na noite seguinte estavam todas armadas.

Eram 11 as Baterias dos franceses que no dia 26 Agosto pelas 6 horas da manhã começaram a fazer fogo sobre a Praça de Almeida:

– Bateria nº 1 com 3 obuzes;
– Bateria nº 2 com 2 peas de 16 pol e 2 obuzes;
– Bateria nº 3 com 2 peças de 16 e um obuz
– Bateria nº 4 com 4 morteiros de 10;
– Bateria nº 5 com 3 peças de 24, 4 peças de 16pol e um obuz;
– Bateria nº 6 com 2 peças de 12 pol e um obuz;
– Bateria nº 7 com 2 peças de 24 pol, 2 peças de 16 pol e 4 peças de 12 pol;
– Bateria nº 8 com um morteiro de 12 e 3 morteiros de 8;
– Bateria nº 9 com 2 peças de 12 e um obuz;
– Bateria nº 10 com 5 peças de 24 pol, 2 peças de 16 pol e um obuz;
– Bateria nº 11 com uma peça de 12 pol e dois obuzes.

Artilharia Francesa.

Obus Francês.

A Praça respondia também, inicialmente com grande ímpeto mas depois foi reduzindo a cadência até que pelas 16h00 deixou de fazer fogo. Ao final da tarde pelas 19h00 deu-se uma grande explosão com origem no principal paiol da Praça, que foi atingido pelo fogo da Bateria de Morteiros nº 4 dos franceses e que atingindo alguns barris de pólvora que estava nas imediações do paiol fez explodir o paiol. Neste acontecimento constou que os franceses tiveram a colaboração do Coronel Costa e Almeida e do Major de Artilharia Fortunato Barreiros. O Coronel Almeida foi condenado á morte (fuzilado em Agosto de 1812) e Fortunato Barreiros não foi julgado por que se passou para o lado do inimigo, foi viver para França onde faleceu mais tarde.

Em 28 de Agosto os franceses tomaram a Praça e ali encontraram muito material como cerca de 155 bocas-de-fogo de Artilharia, 500.000 munições de Infantaria e algumas rações. Os franceses neste combate de sítio de 14 dias tiveram 62 mortos e 439 feridos e os portugueses perderam 500 homens por causa da explosão.

5. A ARTILHARIA NA BATALHA DO BUÇACO

Após a tomada de Almeida o Exército Francês avançava por Viseu em direcção a Coimbra com cerca de 60.000 homens, 14.000 cavalos e 84 bocas-de-fogo de Artilharia. Cada uma das Divisões francesas contava em média com 8 bocas-de-fogo e toda a Artilharia de sítio (pessoal e material) tinha ficado em Ciuddad Rodrigo e em Almeida, ficando o General Ruty a comandar a Artilharia das duas praças.

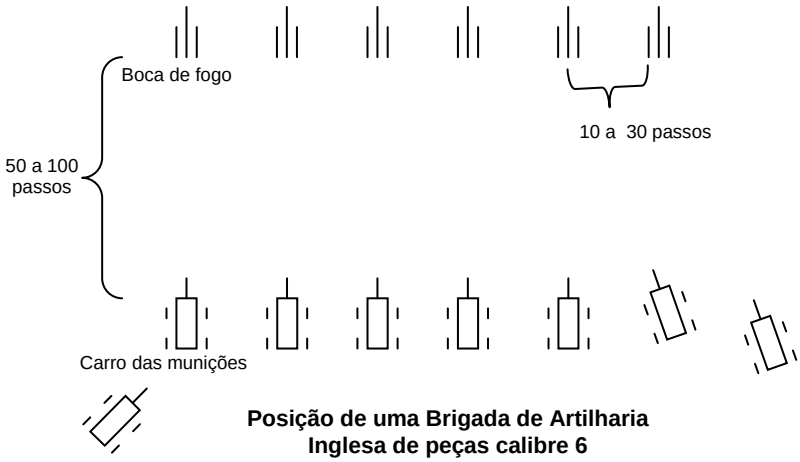
O Exército Anglo-Luso desenvolvia aquilo a que hoje chamaríamos uma acção retardadora, recuando de Celorico para Gouveia nos primeiros dias de Setembro, com cerca de 53.000 homens e com uma força de Artilharia constituída por cerca de 3.000 artilheiros, guarnecendo 60 bocas-de-fogo, (dos 3.000 artilheiros, 2.000 eram ingleses e 1.000 eram portugueses).

A Artilharia Inglesa era também organizada em escalões de Artilharia de seis bocas-de-fogo, para actuar junto da Infantaria, usando peças de 3 ou 6 libras. Na Guerra Peninsular a Inglaterra usou sobretudo peças de calibres 3, 6, 9 e 12 e usou obuses de 5 1/ 2 polegadas que faziam tiro vertical, sendo usados para atacar edifícios e fazer tiro de iluminação. Por norma a cada Divisão era atribuída uma Brigada de Artilharia que eram utilizadas como formações completas, posicionadas nos flancos para efectuarem fogo cruzado à frente das tropas de Infantaria que apoiavam. Uma Brigada de Artilharia podia ser posicionada na frente e nos flancos de

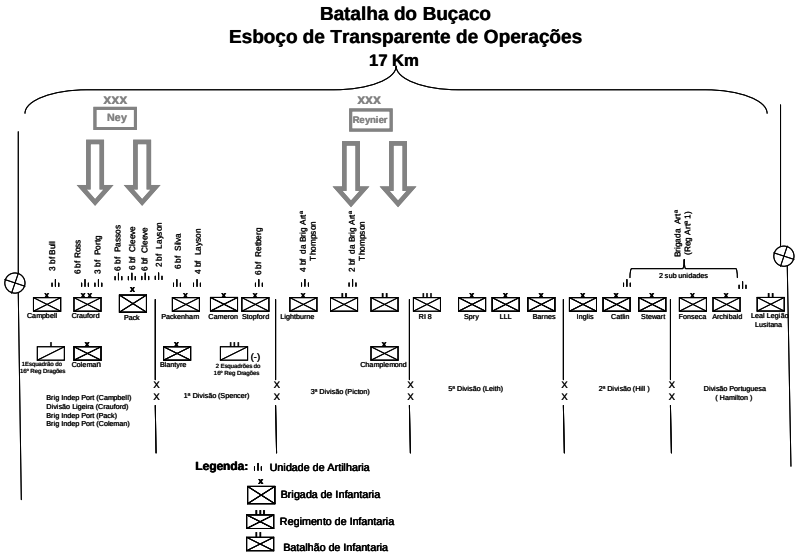
cada Brigada de Infantaria, sendo por isso às vezes necessário dividir a Brigada de Artilharia em dois escalões, para realizar fogo cruzado. Um escalão podia ser apenas uma secção (cada secção com duas bocas de fogo) e o outro escalão com 4 bocas-de-fogo.

No Buçaco, por causa do terreno as bocas-de-fogo estavam dispersas ao longo de toda a frente inglesa. Uma Brigada de Artilharia de peças de calibre 6, se estivesse posicionada com todas as peças juntas ocupava uma frente na ordem dos 50 a 90 metros e compreendia os seguintes órgãos:

– 6 Bocas-de-fogo
– 8 carros de munições
– 3 carros de trens
– 2 carros de manutenção
– 145 homens de Artilharia
– 100 condutores
– 204 cavalos



Posição de uma Brigada de Artilharia Inglesa de peças calibre 6



Segundo a doutrina inglesa para emprego da Artilharia, para os maiores alcances (além dos 650 metros) eram usadas as granadas esféricas sobre a Infantaria e a Cavalaria. As munições "Shrapnel"[9] já podiam atingir os 900 a 1000 m e tinham grande eficácia sobre objectivos dispersos como as formações de Infantaria a descoberto, as guarnições de Artilharia e postos de comando.

Para alcances intermédios entre 350 m e 650 metros, eram usadas as "round-shot" ou "cannonballs" disparadas pelas peças de 6 libras, que podiam atingir os 600 metros e quando disparadas pelas peças de 9 libras atingiam os 800 metros.

Para distâncias mais curtas, até aos 350 metros, era usada a granada de canister, constituída por balas de mosquete. As peças de 6 e 9 libras podiam usar a lanterneta até aos 400 m enquanto as peças francesas de 12 libras já atingiam mais de 600 metros com estas munições.

A munição Shrapnel foi uma invenção decisiva nesta época e que deu grande vantagem à Artilharia Inglesa sobre os franceses. Era vocacionada para bater pessoal, designada pelo seu criador como munição 'spherical case" por misturar um conjunto de pequenas esferas num mesmo canister

[9] Munições designadas pelo nome do seu inventor Henry Shrapnel, Oficial da Artilharia Inglesa nascido em 1761 e que estudou na Royal Military Academy em Londres.

esférico, com um sistema de espoleta de tempos que iniciava a cadeia de fogo da munição em vôo por cima do objectivo, causando um efeito semelhante a múltiplos tiros de mosquete de cima para baixo, com grande eficácia. Esta invenção também fez aumentar a distância da intervenção da Artilharia, para cerca de 1100 metros.

> *"Wellington's gunnery commander Colonel Robe said: no fire could be more murderous.[…] French infantrymen were so frightened by the casualties that they were often taken prisoner lying down ! "In his lifetime Shrapnel was a forgotten and bitter man. The very success of his weapon kept its origins shrouded in secrecy on Wellington's orders."*[10]

Ao ter conhecimento dos efeitos das munições Shrapnel, o também artilheiro Napoleão, ficou muito interessado em conhecer o sistema destas munições. Um dos obuses e duas viaturas de transporte de munições inglesas foram capturadas durante a Batalha de Albuera em 1811 e Napoleão determinou que se fizessem testes para conhecer esta munição.

As posições defensivas adoptadas na Serra do Buçaco tinham uma frente de aproximadamente 17 Km, desde a Senhora do Monte-Alto, próximo de Penacova (flanco SUL) até ao Ninho-de-Aguia, 4 quilómetros a norte do convento do Buçaco (flanco NORTE). As posições Moura e Sula, sobre a estrada Mortágua-Luso, foram respectivamente ocupadas pela Brigada Pack e pela Divisão Crawfurd, ficando à sua retaguarda, em segunda linha, a Brigada Coleman.

O dispositivo Anglo-Luso era o seguinte, assim descrito de Sul para Norte:

Na região do extremo Sul do sector, na região de nossa Srª do Monte Alto ou dos Remédios, próximo de Penacova, estava um Batalhão da Leal Legião Lusitana (a 5 companhias) que foi para ali destacado pela 3ª Divisão (Picton) onde estava integrado organicamente. Esta força era apoiada por uma sub-unidade de Artilharia a 6 bocas de fogo de calibre 6 (do Reg Artª 1).

A Norte deste Batalhão estava o Corpo do General Hill, que ocupava todo o Alto da Chã, entre as estradas de Gondolim-Casal e Gondolim-Mata-Palmases, com as forças da sua própria 2ª Divisão Inglesa (3 Brigadas) e pela Divisão Portuguesa (Hamilton) que ocupava o sector Sul deste Corpo, com duas Brigadas portuguesas:

---

[10] *J Southworth, July, 1994.*

Divisão Portuguesa (Hamilton) num total de 4.940 homens

– Brigada Archibald constituída pelos Reg. Inf. 4 e Reg. Inf. 10 (portugueses);
– Brigada Fonseca com os RI 2, RI 14 (portugueses).

2ª Divisão (Gen. Hill) tinha 3 Brigadas Inglesas (5.737 homens):

– Brigada Stewart: com 4 Batalhões e uma Companhia de Infª Ligeira (Caçadores);
– Brigada Catlin Crauford (Wlson): com 3 Batalhões e uma Compª de Infª Ligeira (Caçadores);
– Brigada Inglis: com 3 Batalhões e uma Companhia de Infª Ligeira (Caçadores).

À 2ª Divisão estava atribuída a força de Artilharia mobilizada pelo Reg. Artª nº 1 (Lisboa) constituída por duas Brigadas de Artª. Toda a força de Infantaria num total de cerca de 10.600 homens, estava formada numa só linha e a 100 metros à retaguarda da crista, segundo a táctica inglesa da contra encosta.

No sector adjacente, a norte do Corpo de Hill, estava a 5ª Divisão Inglesa com um efectivo de 7.305 homens, entre os quais 5.426 portugueses e que estava organizada em dois sub-sectores, separados entre si: O sub sector Sul junto à portela da Oliveira sobre o caminho Alcordal-Midões era defendido pela Brigada de Barne (3 Batalhões ingleses) e o sub-sector Norte junto à portela de Santo António do Cantaro, era ocupado pela Brigada portuguesa de Spry (RI 3 e RI 15), por um Batalhão (-) da Leal Legião Lusitana, pelo Regimento de Milicias de Tomar e pelo Regimento de Infantaria 8.

5ª Divisão (General Leith)

– Brigada Barne;
– Brigada Portuguesa Spry. (RI 3 e RI 15);
– Milícias de Tomar;
– Legião lusitana: Batalhão (-);
– Regimento de Infantaria nº 8.

No sector adjacente, a norte, estava a 3ª Divisão Inglesa, comandada pelo General Picton e constituída por 2 Brigadas inglesas e uma Brigada Portuguesa, com um efectivo de 4743 homens dos quais se incluíam 1.775 homens:

3ª Divisão (Gen. Picton)

– Brigada Mackinnon (3 Batalhões);
– Brigada Lightburne (3 Batalhões);
– Brigada Portuguesa Champalimaud (RI 9 e RI 21) com 1775 homens.

As duas Brigadas Inglesas estavam em 1º escalão e a Brigada Portuguesa formava uma segunda linha táctica. A Brigada Lightburne contava com o apoio de uma Brigada de Artilharia Inglesa com 6 bocas-de-fogo de calibre 6, que lhe foi atribuída e que participou activamente na 1ª fase do combate na região de Santo António do cântaro. A Bateria era comandada pelo Cap Thompson estava posicionada na crista, com 2 peças à frente do 1/88º Batalhão Inglês (da Brigada adjacente de Mackinnon) e 4 peças à frente da Brigada Lightburne. Foi esta Bateria que fez fogo sobre as colunas francesas que foram detidas e que foram depois atacadas pela nossa Infantaria, com dois Batalhões ingleses (88º e 45º) e pelo nosso Regimento de Infantaria 8 que fizeram uma descarga cerrada à distância de 15 passos e depois atacaram os franceses à baioneta, causando elevadas baixas às unidades francesas, obrigando-os a retirar pela encosta abaixo.[11]

A Norte da 3ª Divisão estava o sector da 1ª Divisão, comandada pelo General Spencer, constituída por 4 Brigadas inglesas, que contava com o apoio de três sub-unidades de escalão Bateria (uma inglesa e duas portuguesas). Uma sub-unidade inglesa com 6 bocas-de-fogo de calibre 6 e duas sub unidades portuguesas mobilizadas pelo Reg Artª nº 2 (Faro). Esta Divisão tinha ainda uma força de Cavalaria a 2 Esquadrões (do Reg Dragões) que estava colocada à retaguarda do flanco sul do sector desta 1ª Divisão, à retaguarda da Brigada Stopford. As Brigadas desta Divisão estavam posicionadas a Sul da povoação de Cerquedo.

1ª Divisão (General Spencer)

– Brigada Stopford;
– Brigada Cameron;
– Brigada Pakenham;
– 2 Esquadrões de Cavalaria.

A Artilharia desta Divisão num total de 18 bocas de fogo (3x 6) estava posicionada ao longo de toda a frente da Infantaria. A Bateria Inglesa do Cap. Reteberg (6 peças de calibre 6) estava dividida com 3 peças

[11] Nesta acção foi morto o General francês Graindorge, dois Coronéis comandantes dos Regimentos n º 2 e 4 assim como muitos oficiais e praças.

posicionadas à frente da Brigada Stopford e as outras 3 peças à frente da Brigada Cameron. A Bateria de Lawson tinha 4 peças de calibre 9 na frente da Brigada de Pakenham e duas bocas de fogo (um obus e uma peça de calibre 9) na frente, entre a 1ª Divisão Spencer e a Brigada Independente Portuguesa de Pack. A sub-unidade de Artilharia Portuguesa do Reg Artª nº 2 com 6 peças de calibre 3 estava posicionada na frente da Brigada Pakenham.

No sector a Norte da 1ª Divisão, ficava o sector da 1ª Brigada Independente Portuguesa, comandada pelo Brigadeiro General Denis Pack e constituída por forças do Reg. Inf. 1, Reg Inf 16 e BCaç 4 num total de 2.769 homens, posicionados em frente da ravina que desce até ao sul dos moinhos de Moura. Esta Brigada Independente contava com apoio de duas bocas de fogo (uma peça calibre 9 e um obus) destacadas da Bateria Inglesa (com 4 peças calibre 9) que estava posicionada como referido anteriormente junto da Brigada Pakenham. Durante o combate esta Brigada reorganizou as suas forças criando mais um Batalhão com as Companhias de Granadeiros dos Reg Infª 1 e Reg Infª 16.

A norte da Brigada Pack, entre esta e a Divisão Ligeira de Carufurd, estava posicionada uma Brigada Independente Portuguesa, comandada pelo Maj.Gen Coleman, constituída pelos RI 7, RI 19 e Batalhão de Caçadores 2, num total de 2.345 homens que guarneciam umas posições fortificadas ao longo do muro Nordeste da tapada do convento do Buçaco e uma parte constituía uma reserva. Esta Brigada Independente Portuguesa contava com o apoio de duas Baterias de Artilharia a 6 bocas-de-fogo de calibre 6 cada uma. Uma Bateria Alemã (da Legião Alemã) e uma Bateria Portuguesa comandada pelo Capitão Sousa Passos do Reg. Artª nº 4 (Porto) posicionadas ao lado uma da outra em linha, fazendo uma linha de 12 bocas-de-fogo, ocupando o espaço aproximadamente de 250 a 300 metros entre as duas Brigadas portuguesas independentes: A Brigada Pack e a Brigada Coleman.

A Norte da Brigada Independente Portuguesa de Coleman, estava em sector a Divisão Ligeira comandada pelo Brigadeiro General Robert Crawfurd, que estava posicionada nos dois lados dos moinhos de Sula e era constituída por duas Brigadas com um efectivo de 3.787 homens, dos quais 1202 eram portugueses.

Divisão Ligeira (Crawfurd)

– Brigada Beckwith (dois Batalhões ingleses e o BCaç 3 português);
– Brigada Barclay (dois Batalhões ingleses e o BCaç 1 português).

Esta Divisão Ligeira tinha duas Brigadas em 1º escalão e contava com o apoio de uma Bateria de Artilharia a cavalo comandada pelo Capitão Ross a 6 peças e que estava posicionada na frente das Brigadas de Barclay e de Beckwith que estavam em 1º escalão. Na frente das posições dos batalhões de Caçadores, no flanco sul do sector desta Divisão ligeira estava ainda uma sub-unidade da Brigada de Artilharia Portuguesa do Reg.Artª 2 que apesar de estar atribuída à 1ª Divisão Spencer ali tinha destacada uma sub-unidade.

Para Norte no sector adjacente à Divisão Ligeira, estava a Brigada Independente comandada por A. Campbell, constituída por forças dos Reg. Inf. 6 , Reg Infª 18 e Bat. Caçadores 6 num total de 3.249 homens e que ocupava posições na região do moinho do Milijoso.

No extremo Norte do sector ocupado pelas forças Anglo-Lusas estava a 4ª Divisão Inglesa comandada pelo Major-General G.L.Cole com duas Brigadas Inglesas e uma Brigada Portuguesa, num total de 7.400 homens de Infantaria que contavam com o apoio de uma unidade de Artilharia Inglesa a cavalo (Royal Horse Artillery) com 6 bocas-de-fogo de calibre 6, comandada pelo capitão Bull.

4ª Divisão (Maj.Gen. G.L.Cole)

- Brigada Alex. Campbell: com 3 Batalhões;
- Brigada Kemmis: com 3 Batalhões;
- Brigada Portuguesa de Ricardo Collin com forças do RI 11 e do RI 23 (2843 homens).

Na retaguarda desta Divisão de G.L.Cole estava posicionada na região de Monte Novo, as forças restantes da Legião Lusitana, (atribuída à 1ª Divisão) que constituíam uma reserva deste sector no extremo norte.

No exterior do sector defensivo, nos flancos do extenso sector de 17 km de frente, estavam forças de cobertura com a missão de vigiar os acessos ao sector da Serra do Buçaco:

No flanco Norte, nas regiões da Mealhada e Avelãs-de-Caminho, uma força de Cavalaria Inglesa comandada pelo General Cotton, com 3 Brigadas e um Regimento de Cavalaria, tinha a missão de vigiar toda a região plana que se entendia até à estrada Porto-Coimbra pela Mealhada.

No flanco Sul, na confluência dos Rios Alva e Mondego, uma força de Cavalaria Portuguesa sob o comando do General Fane, constituída por forças de quatro Regimentos portugueses (nº 1, 4, 7 e 10) e pelo 13º Regimento de Cavalaria inglês, estava posicionada na margem direita do Rio Alva com a missão de vigiar os vaus do Mondego e os caminhos que de Mortágua conduzem a estes vaus.

Ainda neste flanco a Sul do sector da Serra do Buçaco, estava uma Divisão de Infantaria, comandada pelo Gen Lecor, constituída por uma Brigada (a três Batalhões ingleses e pelo nosso Batalhão de Caçadores 5) e três Regimentos de milícias (Idanha, Castelo Branco e Covilhã) instalada na região da ponte da Mucela para vigiar os caminhos que vinham do Sardão.

As forças do Exército Francês que atacaram os Anglo-Lusos na serra do Buçaco, em 27 de Setembro de 1810, sendo constituídas por 3 Corpos de Exército e uma força de Cavalaria:

2º Corpo (Reynier)

– 1ª Divisão (Merle) com duas Brigadas;
– 2ª Divisão (Heudelet) com duas Brigadas;
– Brigada de Cavalaria (P. Soult).

6º Corpo (Ney)

– 1ª Divisão Marchand) com duas Brigadas;
– 2ª Divisão (Mermet) com duas Brigadas;
– 3ª Divisão (Loison) com duas Brigadas;
– Brigada de Cavalaria (Lamotte).

8º Corpo (Junot)

– 1ª Div. (Clausel) com três Brigadas;
– 2ª Div. (Solignac) com duas Brigadas;
– Divisão de Cavalaria (Saint-Croix).

Reserva de Cavalaria (Montburn) com 3 Brigadas e Artilharia a cavalo.

As forças Anglo-Lusas dispostas defensivamente na Serra do Buçaco contavam com cerca de 66 bocas-de-fogo, embora não existam dados seguros sobre a quantidade de bocas-de-fogo, julgamos que se pode admitir a presença de 60 a 84 bocas-de-fogo, sendo que neste caso seguimos a tese de G.L.Chambers como é também considerado na obra da de René Chartrand[12].

A força da Royal Horse Artillery, estava organizada em duas Baterias de Artilharia a Cavalo (Royal Horse Artillery) a 6 bocas-de-fogo cada de calibre 6 (comandadas respectivamente pelos capitães H.D.Ross e R.Bull)

[12] Battle of Bussaco 1810, Osprey, 2001 p 63

num total de 18 oficiais e 314 praças, que foram atribuídas respectivamente à Divisão Ligeira comandada pelo Brigadeiro General Robert Craufurd e à 4ª Divisão comandada pelo Major General G.Lowry Cole.

Uma força da Royal Artillery, num total de 37 oficiais e 663 praças, estava organizada em duas sub-unidades (em duas unidades do actual escalão Bateria de bocas de fogo) da seguinte forma: Uma Companhia de Artilharia (da Royal Artillery) comandada pelo capitão R.Lawson tinha uma peça de calibre 9 e um Obús atribuídos à 1ª Brigada Independente Portuguesa comandada pelo Brigadeiro General Denis Pack e quatro peças de calibre 9 estavam posicionadas no planalto.

A outra Companhia de Artilharia, (da Royal Artillery) com 6 peças de calibre 6 comandada pelo capitão G. Tompson, estava com a Brigada de Lightburne integrada na 3ª Divisão comandada pelo Major General Thomas Picton.

As unidades de Artilharia Alemã, com um total de 19 oficiais e 299 praças, estavam organizadas em duas sub-unidades: Uma Companhia de Artilharia da Legião Alemã, com 6 peças de calibre 6, comandada pelo capitão C. von Rettberg estava atribuída à 1ª Divisão comandada pelo General Spencer e a outra Bateria a 6 bocas-de-fogo de calibre 6, da Companhia de Artilharia alemã comandada pelo Cap. Cleeve também da Legião Alemã estava na Brigada Independente Portuguesa comandada por Coleman.

Também nesta Brigada de Coleman, estava a Bateria Portuguesa (do Capitão António de Sousa Passos) do Reg Artª 4 (a 6 bocas de fogo de calibre 6) com um total de 110 militares.

As unidades da Artilharia Portuguesa mobilizadas pelo Reg. de Artª nº 1, num total de 330 militares, constituíam a 1ª Brigada de Artilharia Portuguesa, comandada pelo Major Alexander Dickson, estando organizada em duas sub unidades (Baterias), comandadas pelos Capitães Pedro de Rozierre e pelo Capitão João da Cunha Preto, com um total de 2 peças de calibre 6 e 10 peças de calibre 3, estavam na 2ª Divisão de Hill. As unidades da Artilharia Portuguesa, mobilizadas pelo Reg. Artª 2 constituíam a 2ª Brigada de Artilharia comandada pelo Major V. von Arentschildt e era organizada em duas sub unidades (Baterias) comandadas pelos capitães Jacinto Moreira Freire e João Porfirio da Silva com um total de 2 peças de calibre 6 e 12 peças de calibre 3, estavam atribuídas à 1ª Divisão de Spencer.

Massena resolveu atacar de frente a posição do Buçaco, lançando para isso o 2º Corpo na direcção de Santo-António-do-Cântaro e o 6º Corpo em

direcção a Moura. O 8º Corpo e a Cavalaria de Montebrun constituíam a reserva geral.

O ataque francês foi iniciado às 7 horas pela Divisão Merle, do 2º Corpo, que se desenvolveu a N. de Santo-António-do-Cântaro, com as suas Brigadas lado a lado, tendo um Regimento em reserva da Divisão. Ao coberto do intenso nevoeiro, a Brigada Sarrut, e um Regimento da Brigada Graindorge, repelindo os postos avançados tomaram posição na crista, obrigando um Batalhão do Regimento de Infantaria nº 8 (Português) a retirar. Esta primeira ofensiva da Divisão Merle separou a Divisão Leith da Divisão Picton, cujo flanco direito foi ameaçado de envolvimento pelo Regimento nº 4 da Brigada Graindorge.

Dissipado o nevoeiro, algumas peças de Artilharia conseguem atacar as forças de Merle, que vacilaram começando a recuar. Picton tomou então a ofensiva, pronunciando um contra-ataque com os Regimentos 45 e 88 de Machinnon e o Reg Infª 8 português entretanto já reorganizado. O contra-ataque teve um pleno êxito; os três Regimentos após uma descarga cerrada à curta distância de 20 passos, carregaram impetuosamente à baioneta, obrigando os franceses a retirar desordenadamente pela encosta abaixo, com grandes perdas, entre as quais as do General Graindorge.

"Os nossos soldados, cheios do mais patriótico brio, foram os que mais se distinguiram nesta famosa carga à baioneta. Wellington teceu os maíores elogios aos bravos soldados de infantaria nº 8" [13]

A maior parte das unidades de Artilharia (Brigadas e Artilharia) estavam a actuar com a formação completa, com 6 bocas-de-fogo e estavam posicionadas na linha da frente, nos flancos das unidades de Infantaria, de modo a assegurarem "fogo cruzado" na frente do sector defensivo. Algumas Brigadas de Artilharia estavam divididas em dois escalões colocando duas secções (4 bocas de fogo) num flanco e uma secção (2 bf) no outro flanco de uma unidade de Infantaria. Esta situação foi utilizada na 3ª Divisão (Picton) e também nos flancos da Brigada Packenham (da 1ª Divisão). Na fase inicial do combate a Artilharia estava posicionada na frente e nos flancos das forças de Infantaria, com a preocupação de orientar o esforço dos fogos de Artilharia sobre os eixos de aproximação do inimigo, como se confirma através do esboço do transparente de operações que adaptamos à realidade actual, para melhor compreensão. Estas unidades de Artilharia faziam o fogo às distâncias dos 350 a 450 m concentrando fogos no dispositivo adversário em

[13] Victoriano César, *A Batalha do Buçaco*, Lisboa, 1910.

aproximação. Na fase de combate próximo durante o fogo dos mosquetes actuava apenas a Artilharia dos flancos já nos alcances da ordem dos 100 a 150 metros. Assim o emprego da Artilharia começava antes do fogo dos mosquetes, podia manter-se ainda em simultâneo com estes mas depois haveria de cessar, quando as forças adversárias entravam na designada zona morta para a Artilharia, que neste caso devido à diferença de cotas era significativa.

As Brigadas de Artilharia que estavam posicionadas à direita da posição de Santo António, fizeram fogo sobre a força atacante e as Brigadas que estavam do lado esquerdo fizeram fogo muito eficaz quando a força francesa ocupou a crista na colina. No sector de Sula, as cinco Brigadas de Artilharia também actuaram de forma decisiva. Enquanto se davam estes acontecimentos, a Divisão Francesa de Heudelet prosseguia lentamente, tentando ganhar a passagem da serra a Oeste de Santo-António-do-Cântaro, para o que um Regimento da Brigada Arnaud, que tinha desenvolvido a sul do caminho, era imediatamente seguido pela Brigada Foy. Logo que Reynier viu o desastre da divisão Merle, dirigiu-se a Foy e incentivou-o a atacar.

Foy resolveu fazer o assalto pelo lado N. de Santo-António; ordenou ao Regimento 70 que avançasse em massa e colocando-se ele mesmo à frente do 17º, subiu a encosta, à esquerda do Reg 70. Quando a coluna de Foy se aproximava da crista, foi atacada, no seu flanco esquerdo, pelos fogos dum Batalhão de Infantaria nº 8[14], que a obrigaram a descair à direita, em confusão, sendo ferido o general Foy, que foi levado para a retaguarda pelos seus soldados. No entanto, os dois Regimentos de Foy, aproveitando um espaço desguarnecido de tropas à esquerda do Batalhão de Infantaria 8; alcançaram a parte superior da serra por um movimento de flanco. Não lhes foi, contudo, possível desenvolver os seus batalhões antes de serem contra-atacados pelas tropas de Leith, Batalhão do 8 (Douglas), Brigada Champalimaud e o outro Batalhão do 8 (Virmingham). Leith, que acorrera para sustentar o flanco direito de Picton, dirigiu o contra-ataque, dando as ordens às diversas unidades que encontrou próximo do ponto atacado.

A coluna de Foy, no seu avanço, foi acompanhada pelos Regimentos da Brigada Sarrut, bastante desfalcados e enfraquecidos com insucesso da

[14] Infantaria 8 tinha dois Batalhões: um às ordens Birmingham, que tomou parte no contra-ataque da divisão de Merle; outro, sob o comando de Douglas, que atacou a Brigada Foy, possivelmente colaborando também neste ataque o outro Batalhão, após a retirada de Merle. Além dos dois Batalhões do RI 8, tomaram parte neste episódio da batalha os dois Regimentos da Brigada Champalimaud, tendo sido no começo um deles, o 9, forçado a retirar confusamente, reorganizando-se logo em seguida.

Divisão Merle; no movimento de Sarrut, os franceses foram repelidos com grandes perdas e obrigados a descer as encostas na maior desordem. O General Hill, ao corrente da tentavida de Foy, mandara avançar uma parte das suas forças em direcção ao local do ataque mas não chegaram a intervir.

O 31º Regimento, da Brigada Arnaud, não conseguindo o seu objectivo, retirou pelo caminho de Santo-António-do-Cântaro (Cortegaça). Das tropas portuguesas, neste sector, distingui-se brilhantemente o Regimento de Infantaria nº 8. Os insucessos das Divisões Merle e Heudelet não permitiram ao Corpo de Exército de Reynier realizar a sua missão.

A 2ª fase da operação ofensiva francesa foi o ataque na direcção Moura – Convento do Buçaco: Segundo as ordens de Massena, o 6º Corpo (Ney) devia atacar na direcção dos caminhos que por Moura e Sula levavam, por Luso à estrada de Coimbra. A Divisão de Loison, mais avançada, atacaria na direcção Sula-Luso; a Divisão Marchand seguiria, à esquerda da de Loison, na direcção Moura-Porta-de-Sula; a Divisão Mermet ficava em reserva. O ataque de Loison, por Sula, devia manifestar-se, quando as tropas de Reynier tivessem chegado à crista da serra, próximo de Santo-António-Do-Cântaro.

As forças Luso-Britânicas, com que as tropas de Ney iam defrontar-se, eram principalmente a Divisão Ligeira de Crawfurd, que estava numa posição sobre a estrada Sula-Luso, a Brigada Portuguesa Coleman, entre Crawfurd e a porta de Sula ficava a Brigada Pack; a 500 m à retaguarda da Divisão Ligeira com o flanco direito perto da Porta-da-Raínha, estava a Legião Alemã. A Artilharia Portuguesa e Britânica, ocupavam posições convenientemente escolhidas entre as unidades de Infantaria e na sua frente.

A Divisão de Loison avançou em massa, por brigadas, coberta por uma densa linha de atiradores que encontraram, forte resistência da parte dos Luso-Britânicos, pelo que tiveram que ser fortemente reforçados, conseguindo assim apoderar-se de Sula, retirando então os atiradores Luso-Britânicos pelos contrafortes, fazendo fogo e sendo nessa ocasião reforçados ou sustentados por Caçadores 1. A Brigada Simon, avançou numa frente aproximada de 100 metros, em direcção às posições de Crawfurd, e foi atacada durante cerca de 10 minutos, pela Artilharia Inglesa de Ross e Bull e pela Infantaria, que a apanharam de flanco, produzindo-lhe uma certa desordem. Apesar disso a Brigada Simon continuou o seu avanço em direcção à Bateria de Ross, que foi obrigada a retirar. A uns 25 metros da crista, a coluna de Simon parou uns minutos perante uma difícil encosta para se reorganizar e depois envolveu-a pela sua esquerda, continuando o avanço.

Entretanto, o General Crawfurd fez avançar os Regimentos 43 e 52 (que até então estavam ocultos), os quais desenvolveram na crista e fizeram imediatamente três descargas sobre a coluna, cuja testa veio chocar contra a direita do 52 e a esquerda do 43, encontrando uma resistência intransponível.

Neste momento, as alas exteriores dos dois Regimentos, reforçados com os atiradores Luso-Britânicos (que se tinham entretanto reorganizado), voltaram a investir sobre a coluna francesa, envolvendo-a com os seus fogos e depois os franceses foram carregados à baioneta pelos três Regimentos Ingleses e pelo Bat.Caçadores 3, retirando em desordem pela encosta abaixo. Este contra-ataque terminou quando a Artilharia Francesa começou a atingir a Infantaria Luso-Britânica mais avançada nesta perseguição.

A coluna de Simon seria a coluna principal e a de Feryera uma força secundária no flanco daquela. As forças de Ferey teriam seguido de Sula na direcção da Porta-de-Sula e conseguiram subir a encosta até receberem o contra-ataque do Regimento de Infantaria 19, que repeliu a força de Ferey, que retirou pela encosta abaixo, em grande desorganização. A Artilharia Francesa, posicionada do outro lado da ravina, abriu o fogo contra o Regimento Infantaria 19, para proteger a retirada dos soldados de Ferey, e isso impediu a perseguição Anglo-Lusa.

Enquanto a Divisão de Loison, partindo de Sula, tentava apoderar-se das posições de Crawfurd, a Divisão Marchand, que seguia à esquerda daquela e a apoiar o seu ataque, saía de Moura; aproveitando o nevoeiro procurou avançar e alcançar as difíceis encostas a oeste de Moura; mas o nevoeiro dissipou-se rapidamente, descobrindo as tropas de Marchand, que foram imediatamente atingidas pelas Baterias portuguesas e pelos atiradores da Brigada Pack.

O Corpo de Exército de Ney tal como o de Reynier também não teve sucesso nesta operação e Massena reconhecendo que não conseguiria conquistar as posições do Buçaco resolveu tornear a serra do Buçaco, pelo itinerário Mortágua – Boialvo – Avelãs-de-Caminho.

Os franceses empregaram as suas tácticas habituais de ataque com densas linhas de atiradores, cobrindo as colunas compactas de ataque. Os atiradores em 1º escalão faziam reconhecimentos e procuravam repelir os elementos avançados inimigos e as colunas compactas eram destinadas a quebrar as principais resistências da defesa. Os ataques dos dois Corpos de Exército franceses não foram conjugados, registando-se uma grande separação no espaço e no tempo entre eles, tal como aconteceu com as colunas de ataque de cada um deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas operações defensivas na Serra do Buçaco, a táctica do Exército Luso-Britânico consistiu basicamente no emprego de unidades de atiradores na frente da posição principal, para deter a Infantaria inimiga; um forte emprego da Artilharia, cujas unidades estavam distribuídas ao longo da frente, junto da Infantaria, e a utilização das reservas que, assim como as tropas destinadas a guarnecer a posição principal, se mantinham escondidas o mais tempo possível. Foram usados intensos fogos de frente e de flanco e decisivas cargas à baioneta contra as colunas francesas que atingidas e desgastadas pelas dificuldade do terreno não conseguiram ter sucesso.

A oportunidade dos contra ataques Anglo-Lusos, aproveitando o momento mais adequado quando as colunas francesas se aproximavam da crista e se preparavam para desenvolver em batalha, foi muito importante.

As colunas cerradas por Divisão dos franceses marchavam com 2 companhias de frente, cada uma das unidades articulava-se em 3 fileiras, e os batalhões seguiam à retaguarda uns dos outros, formando a coluna em massa por Regimento ou mesmo por Brigada.

Na Artilharia a unidade básica de combate era a Companhia de Artilharia que consistia propriamente na guarnição das bocas-de-fogo e, quando esta era associada a um destacamento de condutores, era constituída uma Brigada de Artilharia que na tradição inglesa era designada pelo nome do comandante da Brigada. O destacamento de condutores incluía diversas especialidades, desde os homens que conduziam os animais até aos ferradores e outros militares ligados às funções logísticas da Artilharia e representava cerca de 30 a 40% do efectivo total de uma Brigada de Artilharia.[15]

As Companhias de Artilharia Portuguesas tinham a organização inglesa mas após 1812 também sofreram alterações orgânicas, mantendo 6 bocas-de-fogo, mas combinando 5 peças com um obus. Passaram a existir 3 sub-unidades de peças de calibre 6 polegadas e 5 sub-unidades de calibre 9 polegadas. Cada companhia de peças de 6 passou a ter 5 peças deste calibre (6 polegadas) e um obus e cada Companhia de peças de calibre 9 passou a ter cinco peças (9 polegadas) e um obus.

Inicialmente equipada com peças de calibre 6, a Artilharia aliada era mais ligeira que a Artilharia Francesa que era mais pesada, mas depois as peças de 6 começaram a ser substituídas pelas peças de calibre 9 mais pesadas, para procurar aumentar a capacidade de fogos de massa.

[15] Wellington`s Army in the Peninsula 1809-1814, Osprey, 2004. p 87.

A antiga doutrina francesa previa a colocação da Artilharia nos Batalhões (peças de Batalhão) como se fossem orgânicas destes, enquanto a organização para o combate da Artilharia Inglesa previa que as Brigadas de Artilharia eram usadas em Apoio Directo às unidades de Infantaria, e esta atribuição era ajustada conforme as necessidades, não havendo uma regra rígida de estabelecer previamente um potencial de Artilharia a cada unidade de manobra.

As Brigadas de Artilharia eram empregues individualmente em apoio às unidades de Infantaria, com uma articulação com mais flexibilidade e não eram "orgânicas" desses escalões, como previa a doutrina francesa. Wellington também não gostava de usar a sua Artilharia em missões de contrabateria, especialmente sobre a Artilharia Francesa que sendo mais pesada seria superior nesta forma de actuar.

As Brigadas de Artilharia eram usadas como formações completas e eram posicionadas para assegurar "fogo cruzado" na frente da Infantaria que apoiava. Podiam ainda ser divididas por secções (2 bocas de fogo) para se posicionarem nos flancos de uma força apoiada, colocando por exemplo duas secções (4 bocas de fogo) num flanco e uma secção (2 bf) noutro flanco. Na fase inicial do combate podiam estas estar posicionadas na frente das forças de Infantaria, enquanto outras já estavam nos flancos, e depois das da frente fazerem o seu fogo às distâncias dos 250 a 350 m fora do alcance dos mosquetes, utilizando fogos concentrados no dispositivo adversário em aproximação com munições Shrapnel, Esféricas e Roudshot.

Depois na fase de combate próximo durante o fogo dos mosquetes actuava apenas a Artilharia dos flancos já nos alcances da ordem dos 100 a 150 metros com munições de canister. As unidades de Artilharia, que estavam inicialmente na frente, já tinham sido manobradas para os flancos ou até para a retaguarda das forças, para intervir à ordem.

Assim o emprego da Artilharia começava antes do fogo dos mosquetes, podendo manter-se ainda em simultâneo com estes, mas depois haveria de cessar, quando as forças adversárias entravam na designada zona morta para a Artilharia, ficando apenas sujeitas ao fogo dos mosquetes e depois das acções da baioneta. Recorde-se que os alcances dos principais materiais de Artilharia eram:

- Peças calibre 12 (Francês): 900 m;
- Peça calibre 9 (Inglês): 800 m;
- Peça calibre 6 (Inglês): 600 m.

No caso do Buçaco a Artilharia estava basicamente toda posicionada na frente das forças de Infantaria, por causa do terreno e segundo o conceito de defesa estática que ali foi estabelecido[16].

O Exército Inglês teve a vantagem de ter consolidado os ensinamentos retirados da sua experiência na Guerra da Independência dos E.U.A. e de contar com um Exército baseado num sistema profissional, que embora não tivesse a capacidade de mobilização em grande escala como o modelo da nação em armas dos franceses, apresentava a vantagem de ser profissional. Em relação à organização das forças, os modelos orgânicos não eram muito diferentes, embora em operações, em relação à forma de empregar as forças (táctica) já se registaram diferenças significativas.

As formações da Infantaria de linha inglesa apresentavam a inovação de usar duas linhas em vez de três como era comum e como usava a Infantaria Francesa. A Infantaria Portuguesa adoptou também esta modalidade, que usando menor efectivo tinha a vantagem de proporcionar melhor capacidade de manobra e dispensar o pessoal da 3ª linha para reforçar as reservas. Assim a Infantaria Anglo-Lusa, ao usar duas em vez de três fileiras em 1º escalão, utilizava esse efectivo para constituir reservas e formar escalões que estavam dissimulados à retaguarda das unidades em 1º escalão e que podiam ser empregues rapidamente onde se revelasse necessário o reforço do dispositivo. Foi precisamente na experiência da Guerra da Independência dos EUA, quando o Exército Regular Inglês combatia com as forças independentistas (milícias) dos E.U.A, que os ingleses aprenderam com as milícias a praticar uma táctica que se revelou inovadora e eficaz a sua táctica mais bem sucedida durante toda a Guerra Peninsular, a da contra-encosta.

Além das forças colocadas na crista em 1º escalão, colocavam algumas unidades formadas em linha protegidas na contra-encosta e que se mantinham preparadas para receber e surpreender o inimigo que conseguisse atingir as posições, e que após o assalto já não tinha condições para disparar, ficando assim vulnerável a esta acção de surpresa das forças que estavam na contra encosta e se colocavam rapidamente no topo para disparar 3 salvas em 1 minuto, e travar o avanço francês.

Em relação à Artilharia os materiais Anglo-Lusos eram mais leves do que os franceses, assim como a organização das sub unidades (companhias) da Artilharia Inglesa eram menos pesadas do que as francesas.

[16] Stuart Reid, *Wellington`s Army in the Peninsula 1809-14*, Osprey, 2004, p 88.

As sub-unidades Anglo-Lusas tinham em regra 6 bocas-de-fogo, quer fossem de Artilharia de Campanha ou Artilharia a cavalo, enquanto as sub unidades de Artilharia da campanha francesas tinham 8 bocas-de-fogo e as de Artilharia a cavalo tinham 6 bocas-de-fogo.

Em regra também a actuação da Artilharia Inglesa era protegida pela Infantaria, por estarem posicionados lateralmente em apoio mútuo enquanto os franceses usavam a Infantaria à retaguarda da Artilharia. Outra grande vantagem foi a nova munição utilizada pela Artilharia Inglesa, a granada Shrapnel, adaptada para atacar a Cavalaria, mas que foi mais do que isso. As forças francesas, na Batalha do Vimeiro em 1808, foram as primeiras a sentir a eficácia das Shrapnel.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, João Vieira, *A Artilharia na Guerra Peninsular*, Tribuna da História, Lisboa, 2009.

BUTTERY, David, Wellingnton contar Massena, A Terceira invasão francesa 1810-11,Gradiva, Lisboa, 2007.

CARVALHO, José Manuel dos Santos Dias de, *Síntese da Evolução Táctica, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*. Direcção de Documentação e História Militar, Lisboa, 1993.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de – *Dicionário Bibliográfico Militar Português* I.N., Lisboa, 1891 Reedição: Academia das Ciências, 2 volumes, Lisboa, 1976-1979.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de – Subsídios para a História dos Regimentos de Infantaria e Cavalaria do Exército Português, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1888.

CÉSAR, Vitoriano José, *Invasões Francesas em Portugal*, 3ª parte, Typ. Da Cooperativa Militar, Lisboa, 1910.

CHARTRAND, René; *Bussaco 1810* Osprey Publishing, Oxford, United Kingdom, 2001.

CHARTRAND, René; YOUNGHUSBAND, Bill, *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars.* Vol I, Vol II, Men-At-Arms,Osprey Military, Oxford, 2000.

CHALIAND, Gerard, *The Art of War in World History*, Los Angels, University of California Press, 1994.

CHARTRAND, René, YOUNGHUSBAND, Bill, *The Portuguese Army of Napolionic Wars*, London, Osprey Military, 2000.

COELHO, José Maria Latino – *História política e militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, 3 volumes, I. N. , Lisboa, 1874-1891 Reedição: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.

GODINHO, Vitorino, *Introdução ao Estudo do Combate da Infantaria*, Tipogafria Minerva, Famalicão, 1927.

HENRY, Chris, British Napoleonic Artillery 1793-1815, Field Artillery, Osprey, 2002.

JONES, Archer, *The Art of War in the Western World*, New York, Barnes & Noble, 1997.

KILEY, Kevin, Artillery of te Napoleonic Wars 1792-1815.

LAFFONT, Robert, *Histoire Universelle dês Armées 1700-1914*, Paris, Robert Laffont Editions, 1966.

LAFIN, John, *Dicionário de Batalhas*, España, Salvat Editores, 2001.

MARTINS, Luís Ferreira – *História do Exército Português* Editorial Inquérito, Lisboa, 1945.

MATOS, José Alberto da Costa, *Os Uniformes da Artilharia Portuguesa*, Lisboa, Revista de Artilharia, 2003.

Nova História Militar de Potugal, (dir de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira), 5 vols, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004.

REID, Stuart, Wellington`s Army in the Península 1809-14, Osprey, 2004.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal* Vol VIII e Vol IX, Lisboa, Verbo, 1986.

SOUSA, Pedro Marquês, *História da Música Militar Portuguesa*, Tribuna da História, Lisboa, 2008.

GENERAL HENRIQUE PEREIRA DO VALE

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
CARLOS ALBERTO BORGES DA FONSECA

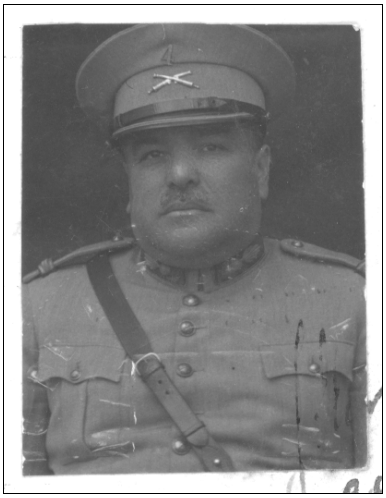


Foto do Processo Individual 94-74 Henrique Pereira do Vale
Fonte: Arquivo Geral do Exército

Henrique Pereira do Vale nasceu a 9 de Abril de 1889 em Cela, concelho de Alcobaça, distrito de Leiria. Era filho de Francisco José Pereira do Vale e de D. Gertrudes Norberto. Casou com D. Ana Joaquina Dias Pereira do Vale em 24 de Março de 1926. Desse casamento tiveram três filhos: Manuel Francisco Dias Pereira do Vale, que nasceu a 11 de Janeiro de 1927,

Henrique José Dias Pereira do Vale, que nasceu a 11 de Março de 1928 e Francisco José Dias Pereira do Vale que nasceu a 15 de Julho de 1929.

Alistado como recrutado no Regimento de Artilharia n.º 2, foi incorporado em 7 de Novembro de 1909. Da sua Folha de Matrícula consta que tinha "*1,588m de altura, olhos castanhos, o nariz regular, a boca regular, os cabellos pretos, a barba preta, o rosto redondo e a cor morena*".[1]

Frequentou a Universidade de Coimbra onde atingiu o grau de bacharel no curso de Filosofia no ano de 1911, antes de ingressar na Escola do Exército como 1.º Sargento-Aluno do Corpo de Alunos, onde tinha o n.º 314, tendo concluído o curso de Artilharia no ano lectivo 1913/1914. Posteriormente foi também Engenheiro Fabril do Exército nos termos da Lei n.º 1698 de 17 de Dezembro de 1924[2]

Promovido a Alferes desde 1 de Novembro de 1914, por Portaria de 2 de Novembro do mesmo ano[3], foi colocado no 2.º Batalhão de Artilharia de Costa desde 4 de Novembro de 1914[4], onde permaneceu até 2 de Junho de 1915.

Nessa data foi colocado no Regimento de Artilharia n.º 2 onde permaneceu até 30 de Setembro de 1915.[5]

Em 31 de Julho de 1915 foi nomeado Sub-Inspector de Material de Guerra cargo que manteve até 3 de Agosto de 1920 em acumulação com as outras funções que desempenhava.

No último dia do mês de Setembro de 1915 foi colocado no Regimento de Artilharia de Montanha onde permaneceu até 30 de Setembro de 1916. Foi como Oficial da 6.ª Bateria deste Regimento que embarcou em Lisboa com destino a Angola tendo desembarcado em Moçâmedes a 30 de Novembro de 1915.

Em África, sob o comando do General Pereira d'Eça, tomou parte nas operações militares desencadeadas contra forças alemãs no âmbito da 1.ª Guerra Mundial que tinham atacado as possessões portuguesas em Angola, bem como, posteriormente, nas acções de pacificação dos Cuamatos e Cuanhamas, com vista ao domínio do território do Baixo Cunene, onde se travaram alguns dos combates com maior gravidade destas campanhas. Embarca em Moçâmedes a 9 de Agosto de 1916 com destino a Lisboa onde desembarca no dia 9 de Setembro do mesmo ano.

---

[1] Processo Individual do General Henrique Pereira do Vale existente no Arquivo Geral do Exército.
[2] Publicado em O.E. n.º 20, 2.ª série de 23 de Dezembro de 1932.
[3] Publicado em O.E. n.º 26, 2.ª série de 4 de Novembro de 1914.
[4] Publicado em O.E. n.º 26, 2.ª série de 4 de Novembro de 1914.
[5] Publicado em O.E. n.º 11, 2.ª série de 2 de Junho de 1915.

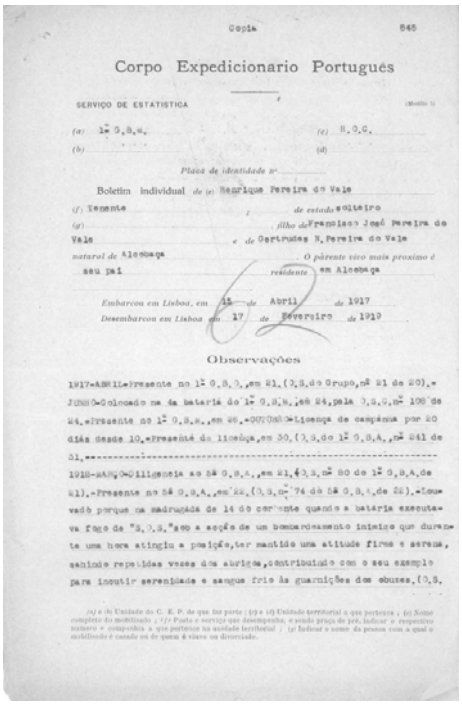
Pela sua presença nesta campanha foi condecorado com a Medalha Comemorativa das Campanhas do Exército Português "Sul de Angola 1914 - 1915" bem como autorizado a usar Distintivo "*por ter feito parte da 6.ª Bataria do R.A.M. numa expedição a Angola*"[6]

Em 30 de Setembro de 1916 foi colocado no Regimento de Artilharia n.º 2 onde permaneceu até 9 de Dezembro de 1916.[7]

Promovido a Tenente a 1 de Dezembro de 1916 por Portaria da mesma data[8], foi colocado no 1.º Grupo de Baterias de Artilharia em 9 de Dezembro de 1916, [9] com a qual passou, a partir de 15 de Abril de 1917, a integrar o Corpo Expedicionário Português em França onde teve um desempenho brilhante.

Inicialmente no comando da Bateria referida, teve uma acção de grande valor no dia 14 de Fevereiro que mereceu que fosse louvado "*porque na madrugada de 14 do corrente quando a bataria executava fogo de S.O.S. sob a acção de um bombardeamento inimigo que durante uma hora atingiu a posição ter mantido uma atitude firme e serena, saindo repetidas vezes dos abrigos, contribuindo com o seu exemplo para incutir serenidade e sangue frio às guarnições dos obuzes"* [10] e condecorado com a Medalha da Cruz de Guerra de 4.ª classe.

[6] Parágrafo único do art.º 43.º do Decreto 6205 de 8 de Novembro de 1911, nos termos do Decreto de 7 de Maio de 1921.
[7] Publicado em O.E. n.º 19 - 2.ª série de 30 de Setembro de 1916.
[8] Publicado em O.E. n.º 23 – 2.ª série de 9 de Dezembro de 1916.
[9] Publicado em O.E. n.º 23 – 2.ª série de 9 de Dezembro de 1916.
[10] Publicado em O.S. do 1.º G.B.A. n.º 90 de 3 de Março de 1919.



Copia 845

Corpo Expedicionario Português

SERVIÇO DE ESTATISTICA (Modelo 1)

(a) 1º G.B.M. (c) R.O.C.

(b) (d)

Placa de identidade nº

Boletim individual de (e) Henrique Pereira do Vale

(f) Tenente de estado solteiro

(g) filho de Francisco José Pereira do Vale e de Gertrudes N. Pereira do Vale

natural de Alcobaça O parente vivo mais proximo é seu pai residente em Alcobaça

Embarcou em Lisboa, em 15 de Abril de 1917

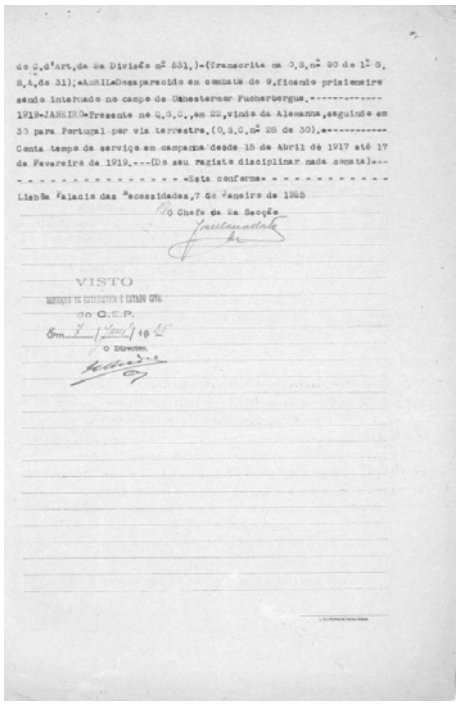
Desembarcou em Lisboa em 17 de Fevereiro de 1919

Observações

1917-ABRIL-Presente no 1º G.B.O., em 21. (O.S. do Grupo, nº 21 de 20).-JUNHO-Colocado na 4a bataria do 1º G.B.M., em 24, pela O.S.C. nº 108 de 24.-Presente no 1º G.B.M., em 26.-OUTUBRO-Licença de campanha por 20 dias desde 10.-Presente de licença, em 30. (O.S. do 1º G.B.A., nº 241 de 31.-

1918-MARÇO-Diligencia ao 5º G.B.A., em 21. (O.S. nº 80 do 1º G.B.A. de 21).-Presente no 5º G.B.A., em 22. (O.S. nº 74 do 5º G.B.A. de 22).-Louvado porque na madrugada de 14 do corrente quando a bataria executava fogo de "S.O.S." sob a acção de um bombardeamento inimigo que durante uma hora atingiu a posição, ter mantido uma atitude firme e serena, sahindo repetidas vezes dos abrigos, contribuindo com o seu exemplo para incutir serenidade e sangue frio às guarnições dos obuzes. (O.S.

(a) e (b) Unidade do C. E. P. de que faz parte ; (c) e (d) Unidade territorial a que pertence ; (e) Nome completo do mobilisado ; (f) Posto e serviço que desempenha, e sendo praça de pré, indicar o respectivo numero e companhia a que pertence na unidade territorial ; (g) Indicar o nome da pessoa com a qual o mobilisado é casado ou de quem é viuvo ou divorciado.



do C.d'Art, da 2a Divisão nº 531.)-(Transcrita na O.S. nº 90 do 1º G.B.A. de 31).-ABRIL-Desaparecido em combate de 9, ficando prisioneiro sendo internado no campo de Ubestermer Fucherbergue.-

1919-JANEIRO-Presente no Q.G.C., em 22, vindo da Alemanha, seguindo em 30 para Portugal por via terrestre. (O.S.C. nº 28 de 30).-

Conta tempo de serviço em campanha desde 15 de Abril de 1917 até 17 de Fevereiro de 1919.---(Do seu registo disciplinar nada consta)---

-Esta conforme-

Lisboa Palacio das Necessidades, 7 de Janeiro de 1925

O Chefe da 2a Secção

VISTO

SERVIÇOS DE ESTATISTICA E ESTADO CIVIL

do C.E.P.

Em 7 / Janeiro / 19 25

O Director.

Frente e verso da ficha do C.E.P. do tenente Henrique Pereira do Vale.
Fonte: Arquivo Histórico Militar.

Depois como comandante da 4.ª Bateria do 5.º Grupo de Baterias de Artilharia, comandado pelo Tenente-Coronel José Pacheco, teve a sua actuação mais marcante durante a Batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918, onde foi feito prisioneiro de guerra pelos alemães. A sua bateria ocupou a posição a sul da Rue du Bois, cerca de 600 metros à frente de Cense du Raux. À sua frente estavam o Batalhão de Infantaria n.º 7, o Batalhão de Infantaria n.º 10 e o Batalhão de Infantaria n.º 17. O Tenente-Coronel de Artilharia Alberto Augusto de Almeida, na sua obra "A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra", relata assim o desempenho da Bateria comandada pelo então Tenente Pereira do Vale: "*O aspirante Duarte que estava de dia à posição rompeu o fogo de S.O.S. às 4.30 horas, que foi mantido até cerca das 9.30 horas. Nesta ocasião, a bataria, que esteve sempre sob um intenso bombardeamento inimigo com granadas explosivas de todos os calibres e de gases, tinha fora de combate a maior parte do pessoal. Por*

este motivo o comandante da bataria coadjuvado pelos alferes Felgueiras e Sousa e pelo aspirante Duarte tiveram de cooperar no serviço dos obuses, dos quais um ficou inutilizado por ter sido atingido por uma granada.

Pelas 10 horas quase todo o pessoal das guarnições estava ferido ou gaseado.

O Comandante pelas 10.30 horas ainda mandou um ciclista ao escalão com a ordem para lhe mandarem serventes e se prepararem para retirar.

Porém, pelas 11 horas, os alemães atingiram a posição e aprisionaram o pessoal, que não chegou a inutilizar o material."[11]

Este relato dá-nos uma imagem fiel das imensas dificuldades que as forças portuguesas e a Artilharia, em particular, viveram neste dia fatídico. A desvantagem no potencial de combate era avassaladora. Quer no que respeita aos meios que dispunham os dois adversários, quer na desmotivação dos soldados portugueses, quer ainda no factor surpresa utilizado exemplarmente pelos alemães, tudo convergiu para que a derrota do C.E.P. fosse uma realidade.

O Tenente Pereira do Vale fez o que era possível a um militar corajoso e comandante responsável: resistir até ao limite das suas capacidades. A sua Bateria nunca renunciou ao combate e apenas se calou quando foi aprisionada por forças inimigas muito superiores.

Os registos desse desempenho corajoso são elucidativos. Primeiro com a condecoração com mais uma Cruz de Guerra, agora de 3.ª classe, "*porque na batalha de 9 de Abril de 1918, deu provas de serenidade e coragem no comando da sua bataria*".[12]. Depois quando lhe foi concedido o título de Cavaleiro da Ordem Militar de Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito, "*pela muita competência e dedicação pelo serviço que demonstrou durante a campanha do Exército Português em França, designadamente na batalha de nove de Abril de mil novecentos e dezoito em que revelou muita coragem nos momentos de perigo, comandando a sua bateria com muita valentia a acerto, concorrendo assim para o bom nome conquistado pela Artilharia Portuguesa*".[13]

O seu desempenho na Grande Guerra mereceu ainda a condecoração com a Medalha Comemorativa da Campanha de França 1917-1918, a Medalha da Vitória [14] e o direito a usar o Distintivo "*por ter feito parte da 4.ª Bateria do Grupo de Baterias de Artilharia*"[15].

---

[11] ALMEIDA, Alberto Augusto de, A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra (1914-1918), p. 140.

[12] Publicado em O.E. n.º 15, 2.ª série de 14 de Setembro de 1920.

[13] Publicado em O.E. n.º 10, 2.ª série de 10 de Julho de 1920.

[14] Em conformidade com as disposições do Decreto 6186 de 30 de Outubro de 1919.

[15] Parágrafo único do art.º 43.º do Decreto 6205 de 8 de Novembro de 1911, nos termos do Decreto de 13 de Julho de 1920.

Promovido a Capitão a 20 de Julho de 1918, por Portaria de 15 de Março de 1919[16], foi libertado no final da guerra e foi presente no Corpo Expedicionário Português em 22 de Janeiro de 1919.

Em 17 de Fevereiro de 1919 embarcou de regresso a Portugal, por via terrestre.

Colocado, com data de 30 de Junho de 1919, como Adido ao Ministro das Colónias, embarca em Lisboa com destino a Luanda, a 6 de Julho de 1919, onde desembarca no dia 24 de Julho de 1919, tendo aí permanecido até 18 de Abril de 1923[17].

A 3 de Agosto de 1920 foi nomeado Inspector de Material de Guerra cargo que exerceu até 10 de Novembro de 1920 data em que foi nomeado Comandante da Bateria Mista de Artilharia de Montanha e Guarnição onde esteve até 7 de Abril de 1921.

Do desempenho dessas funções foi louvado pelo Inspector de Artilharia de Campanha "*pela competência profissional, zelo e boa orientação com que se tem integrado à instrução dos oficiais do seu grupo e principalmente no que se refere à aplicação dos Regulamentos de Campanha, das diferentes armas e serviços, tornado o seu estudo agradável e ao mesmo tempo proveitoso*".[18]

Em 1921 foi condecorado com a Medalha Militar de Prata de Comportamento Exemplar.

Após uma breve passagem por S. Tomé, entre 7 de Abril de 1921 e 21 de Abril desse ano, recebe duas novas missões em Angola. A 5 de Agosto de 1921 é nomeado Comandante da Bateria Mista de Artilharia de Campanha, cargo que manteve até 31 de Maio de 1923, e também, a 5 de Agosto de 1921, é nomeado, em acumulação de funções, Comandante da Casa de Reclusão, lugar que ocupou até 28 de Outubro de 1922.

Termina a sua missão em Angola embarcando em Luanda, a 1 de Abril de 1923, com destino a Lisboa onde chega a 18 de Abril.

Entretanto, a 20 de Novembro de 1926 tinha sido promovido a Major por Portaria de 26 de Fevereiro de 1927.[19]

Chegado a Portugal foi colocado no Ministério da Guerra a partir de 18 de Abril de 1923 onde permaneceu poucos dias até 5 de Maio de 1923, data em que voltou às unidades da Arma sendo colocado no Regimento de Artilharia n.º 2 onde permaneceu até 29 de Setembro de 1923[20], desempe-

[16] Publicado em O.E. n.º 9, 2.ª série de 29 de Março de 1919.
[17] Publicado em O.E. n.º 15, 2.ª série de 30 de Junho de 1919.
[18] Nota n.º 432 da Inspecção de Artilharia de Campanha de 25 de Outubro de 1924.
[19] Publicado em O.E. n.º 2, 2.ª série de 28 de Fevereiro de 1927.
[20] Publicado em O.E. n.º 8, 2.ª série de 5 de Maio de 1923.

nhando, a partir de 29 de Setembro desse ano, funções no 2.º Grupo desse Regimento de Artilharia n.º 2 onde permaneceu até 1 de Outubro de 1926.

Nessa data foi transferido para o Regimento de Artilharia n.º 4 onde permaneceu até 23 de Novembro de 1948.

Em 1924 foi condecorado com a Medalha de Agradecimento da Cruz Vermelha Portuguesa.

O seu trabalho como Oficial do Regimento foi objecto dos maiores elogios donde se relevam dois louvores que referem que foi "*louvado por sua Excelência o Sr. Comandante Militar de Leiria, pela dedicação, zelo e competência com que sempre coadjuvou a acção do Comandante Militar de Leiria em todas as emergências de alteração de ordem pública, cumprindo as ordens superiores e tomando criteriosas iniciativas, demonstrando a par de competência, a sua acção no comando duma unidade admiravelmente disciplinada*"[21] e que foi "*louvado pelo zelo incessantemente manifestado pelo aperfeiçoamento da instrução, disciplina da sua unidade e condições higiénicas do quartel.*"[22].

Durante uma parte do tempo que passou em Leiria, mais concretamente entre 28 de Janeiro e 28 de Agosto de 1927, foi Governador Civil dessa capital de distrito, em cujo desempenho mereceu um louvor "*pela forma correcta e leal como desempenhou as funções de Governador Civil durante o espaço de tempo que decorreu de 28 de Janeiro a 26 de Agosto do ano findo*".[23]

Em 1928 foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Cristo[24] e autorizado a "*usar o distintivo do grau de Oficial da Ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito, por ter feito parte das forças do extinto R.A.C. que actuaram nas campanhas da Flandres e com o mesmo Regimento foi condecorado*".[25]

Em 1930 recebeu o grau de Comendador da Ordem Militar de Aviz.[26]

Em 23 de Setembro de 1940 foi promovido a Tenente-Coronel por Portaria de 30 de Setembro de 1940[27]

Foi no Regimento de Artilharia n.º 4, unidade onde teve maior permanência, que desempenhou as funções de 2.º Comandante, e durante esse tempo, após ter sido aprovado com a classificação de "apto" no Curso de Promoção a Coronel que frequentou no Instituto de Altos Estudos Militares entre Fevereiro e Junho de 1943.

---

[21] Nota n.º 69 do Comando Militar de 2 de Abril de 1932
[22] Ordem da Região n.º 29 de 16 de Maio
[23] Publicado em O.E. n.º 7, 2.ª série de 9 de Junho de 1928
[24] Publicado em O.E. n.º 15, 2.ª série de 27 de Outubro de 1928
[25] Publicado em O.E. n.º 3, 2.ª série de 10 de Março de 1928
[26] Publicado em O.E. n.º 17, 2.ª série de 25 de Outubro de 1930
[27] Publicado em O.E. n.º 20, 2.ª série de 16 de Outubro de 1940

Como 2.º Comandante do Regimento o seu trabalho também foi muito apreciado o que está plasmado nos dois louvores com que foi agraciado e que referem que foi "*louvado pela forma como tem desempenhado as funções de 2.º Comandante e de instrutor de oficiais no que revelou invulgares qualidades de inteligência, saber e dedicação pelo serviço* "[28] e que foi "*louvado pelo Exmo. Comandante do Regimento pelo inexcedível zelo e superior critério com que desempenhava o cargo de 2.º comandante do Regimento, em que demonstrou sempre invulgares qualidades de inteligência, bom senso e dedicação pelo serviço, que o tornaram um apreciável e valioso auxiliar do comando.*"[29].

Em 1941 foi condecorado com a Medalha Militar de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar.[30]

No regresso da frequência do Curso de Promoção a Coronel foi nomeado comandante do Regimento de Artilharia n.º 4 e em 16 de Maio de 1944 foi promovido a Coronel por Portaria de 22 de Junho de 1944.[31]

Como curiosidade refira-se que no dia em que perfez dois anos no posto de coronel, foi submetido a exame complementar de condução auto ligeiros tendo sido considerado apto[32] . Tinha 57 anos de idade.

Pelo seu trabalho como Comandante do Regimento de Artilharia n.º 4 foi "*louvado por Sua Excelência o Comandante da 3.ª Região Militar, pelas superiores qualidades de bom senso, desembaraço, inexcedível dedicação e aturado trabalho que tem revelado no Comando do R.A.L. n.º 4, qualidades estas que estão postas à prova durante o período de transformação da unidade para motorizada, problema que, suscitando a resolução de várias dificuldades, soube apresentar, com o espírito de previsão que deve caracterizar o chefe, sob a forma de várias propostas, que, por conscientemente elaboradas, mereceram a aprovação superior, o que deveras contribuiu para facilitar a conclusão dos trabalhos na época prevista*",[33] sendo posteriormente "*Louvado por Sua Excelência o Comandante da 3.ª Região Militar por, na transformação rápida da sua unidade de hipo para motorizada, ter evidenciado, mais uma vez, o seu metódico trabalho e zelo, aliados a um são e inteligente critério, demonstrando assim as suas boas qualidades de Competência e Comando.*"[34].

---

[28] Ordem Regimental n.º 25 de 25 de Janeiro de 1933
[29] Ordem Regimental n.º 333 de 29 de Novembro de 1934
[30] Publicado em O.E. n.º 6 – 2.ª série de 16 de Abril de 1941
[31] Publicado em O.E. n.º 7, 2.ª série de 30 de Junho de 1944
[32] Publicado em O.E. n.º 7, 2.ª série de 6 de Setembro de 1946
[33] Ordem à Região n.º 41 de 7 de Maio de 1946
[34] Ordem à Região n.º 75 de 20 de Agosto de 1946.

Em Outubro desse ano de 1946 foi nomeado para frequentar o Curso de Altos Comandos, no Instituto de Altos Estudos Militares, no ano lectivo de 1947-1948, que iniciou em Novembro[35] e que concluiu em Julho com a classificação de "apto". Ainda em 1946 foi condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 2.ª classe.[36]

Em 7 de Novembro de 1948 foi promovido a Brigadeiro, por Portaria de 9 de Novembro de 1948. [37]

Com a promoção a Oficial General vem a colocação na Direcção da Arma de Artilharia, mais concretamente na Inspecção de Artilharia Antiaérea, desde 23 de Novembro de 1948 até 14 de Dezembro de 1949.[38]

Durante este tempo teve oportunidade de dedicar-se a uma das suas paixões: os relógios de sol. O exemplar mais significativo foi inclusive objecto de um louvor que o descreve com pormenor e é elucidativo da sua qualidade. "*Louvado por Portaria de 19 de Novembro de 1948 pela valiosa e desinteressada colaboração prestada na execução das instalações do Aeródromo de Monte Real, recentemente inaugurado, estudando e presidindo à construção de um relógio de sol destinado a registar, simultaneamente, as horas solares da metrópole portuguesa e dos seus territórios de além-mar, evidenciando com este trabalho alto valor intelectual e cientifico e realizando assim um desejo expresso pelo falecido poeta Afonso Lopes Vieira no sentido de que no aeródromo ficasse erigido para sempre um padrão de alta projecção educativa e patriótica.*"[39]

A partir de 27 de Dezembro de 1949 e até 31 de Março de 1951[40] esteve colocado no Colégio Militar onde viveu mais um dos períodos relevantes da sua carreira militar.

" *No decorrer da sua direcção o Batalhão Colegial efectuou, de 19 a 26 de Junho de 1950, uma visita a Espanha, naquela que foi, até aos dias de hoje, a única saída de todo o batalhão de alunos para um país estrangeiro. A apresentação do batalhão nas diversas cerimónias e demais eventos causou viva impressão no país vizinho, como o denunciam os diversos elogios das entidades oficiais e as notícias da imprensa espanhola".*[41]

Esse trabalho foi merecedor que fosse "*louvado por Portaria de 3 de Julho de 1950 pela maneira inteligente e esclarecida como orientou e dirigiu, na preparação e na execução os trabalhos necessários à organização de uma*

[35] Publicado em O.E. n.º 8, 2.ª série de 4 de Outubro de 1946.
[36] Publicado em O.E. n.º 10, 2.ª série de 31 de Dezembro de 1946.
[37] Publicado em O.E. n.º 9, 2.ª série de 23 de Novembro de 19482.ª série.
[38] Publicado em O.E. n.º 9, 2.ª série de 1 de Outubro de 1949.
[39] Publicado em O.E. n.º 11, 2.ª série de 31 de Dezembro de 1948.
[40] Publicado em O.E. n.º 11, 2.ª série de 14 de Dezembro de 1949.
[41] História do Colégio Militar, p. 486.

visita de estudo a Madrid e localidades próximas feita por todo o colégio a qual constituiu uma afirmação do alto valor do estabelecimento em todos os aspectos da sua vida e contribuiu no estrangeiro para o bom nome do Exército e para a prestígio de Portugal."[42]

"Ainda em 1950 realizou em Lisboa, no Campo do Jockey, um exercício de equitação em que, pela primeira vez, participou a quase totalidade dos alunos, agora que a nova reforma do Colégio estendera o ensino da equitação a todos os anos do curso colegial".[43]

General Pereira do Vale passando revista ao Batalhão Colegial.
Fonte: Colégio Militar.

Promovido a General por Portaria de 6 de Março de 1951[44] é colocado, no final desse mês, na Direcção da Arma de Artilharia, como Director, onde permaneceu até 14 de Novembro de 1952[45] .

Nesse período passa a ser Grande Oficial da Ordem Militar de Avis.[46] E é autorizado a aceitar a usar a insígnia da Grã-Cruz de Mérito Militar, com distintivo branco, com que foi agraciado pelo Governo da Espanha.[47]

[42] Publicado em O.E. n.º 8, 2.ª série de 8 de Julho de 1950.
[43] História do Colégio Militar, p. 487.
[44] Publicado em O.E. n.º 3, 2.ª série de 31 de Março de 1951.
[45] Publicado em O.E. n.º 13, 2.ª série de 14 de Novembro de 1952.
[46] Publicado em O.E. n.º 5, 2.ª série de 30 de Abril de 1951.
[47] Publicado em O.E. n.º 8, 2.ª série de 5 de Julho de 1951.

No final dessa missão foi agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem Militar de Cristo.[48]

No final de 1952 é nomeado Comandante Militar de Moçambique, cargo que exerceu até 1954.

Embarca em Lisboa com destino a Lourenço Marques a 30 de Dezembro desse ano, onde chega a 18 de Janeiro de 1953, ficando colocado no Quartel-general em Moçambique até 14 de Agosto de 1954.

A 9 de Abril de 1954 passa à situação de reserva por limite de idade, com a pensão anual de 54.000$00.[49] Continuou prestando serviço em Moçambique até 2 de Agosto, tendo embarcado em Lourenço Marques, a 15 de Agosto de 1954, com destino a Lisboa.

O seu desempenho em Moçambique ficou registado no louvor "*por Portaria de 31 de Março de 1954 por ser justo salientar, na altura em que está prestes a passar à situação de reserva, as suas qualidades de inteligência, competência profissional, lealdade, bom senso e dedicação pelo serviço, de que sempre deu provas durante a sua longa carreira militar e agora de novo evidenciadas na última missão importante de que foi incumbido – o Comando Militar de Moçambique –, onde demonstrou apreciáveis qualidades de comando e chefe e serviu de forma a prestigiar as instituições militares.*"[50]

A 9 de Abril de 1959 passa à situação de reforma por imperativo de idade, tendo ficado desligado do serviço.

Foi nomeado Presidente da Comissão de História Militar por Despacho Ministerial de 27 de Abril de 1962.[51]

É apenas na fase final da sua vida que publica os seus estudos históricos que se caracterizam pelo rigor e pela especificidade artilheira tão difícil de encontrar e que, ainda hoje, constituem textos de referência que não viram trabalhos que se lhes equiparassem.

A Revista de Artilharia foi o espaço eleito para divulgar um pouco do seu vasto conhecimento artilheiro. Em 1962 publicou "*Nomenclatura das bocas de fogo portuguesas do século XVI*"; em 1963 publicou "*Marcas dos fundidores portugueses na artilharia do século XVI*" e "*Subsídio para a história da artilharia portuguesa*"; em 1964 publicou "*Ecos da Índia. Desfazendo uma lenda – a peça de Banastrim, espalhafatos e roqueiros*"; em 1965 publicou " *A artilharia antiga de retrocarga*" e "*Uma colecção de gravuras de material de artilharia do Museu Militar*"; em 1966 publicou "As

[48] Publicado em O.E. n.º 14, 2.ª série de 31 de Dezembro de 1953.
[49] Portaria de 14 de Maio de 1954.
[50] Publicado em O.S. à Guarnição Militar da Província de Moçambique, n.º 21 de 1 de Maio de 1954.
[51] Publicado em O.E. n.º 5, 2.ª série de 1 de Maio de 1962.

peças de nova invenção de tiro acelerado de Weinholtz" e, por fim, em 1967 publicou "Fechos de armas antigas".

De realçar que os seus estudos, designadamente o seu valioso e completo ficheiro das peças de Artilharia, constituiu a base para a elaboração do Guia da Artilharia Histórica do Museu Militar que é o que, ainda hoje, se utiliza.

Faleceu às 14h30m do dia 8 de Abril de 1974[52] na véspera de completar 85 anos de idade.

[52]Publicado em O.E. n.º 4, 2.ª série de 15 de Fevereiro de 1975

ARMAS DE ARTILHARIA DA GUERRA PENINSULAR

Pelo Capitão de Artilharia
PEDRO AMADOR

Em 19 de Novembro de 1807, dá-se inicio à I Invasão Francesa e àquilo que seriam três anos de guerra em território nacional que, inequivocamente, contribuíram para uma evolução ideológica, militar, organizacional e industrial do Portugal Militar.

O âmbito em que este trabalho se insere diz respeito, fundamentalmente, ao interesse e curiosidade despertados com a realização das actividades que se desenrolaram em torno das Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular, que têm decorrido por todo o País. O objectivo deste mesmo trabalho constituiu-se, após a análise da documentação disponível, numa homenagem ao trabalho dirigido pelo General Pereira do Vale, dando a conhecer a nós Artilheiros a sua excelente obra, deixada ao Museu Militar, "O Guia da Artilharia Histórica", constituindo-se num precioso espólio para a nossa Arma.

Esta obra encontra-se materializada em três arquivadores, contendo na sua totalidade 277 fichas de material, classificadas em grupos de A[1] a S e numeradas de forma contínua, atribuindo assim um número de referência, conforme a sua Época ou Reinado. Contudo, as fichas de material também se encontram agrupadas em cerca de 14 Capas, contendo cada uma delas, um número distinto subpastas e fichas de material, agrupadas de acordo com a

[1] A letra A correspondia a Peças dos séculos XIV e XV, a B a Peças do Reinado de D. Manuel I, C a D. João III, D a D. Sebastião, E ao Reinado dos Filipes, F a D. João IV, G a D. Afonso VI, H á Artilharia da Regência de D. Pedro II, I a D. João V, J a D. José I, K a D. Maria I, L à Artilharia da regência e Reinado de D. João VI, M a D. Pedro IV e D. Miguel, N a D. Maria II, O a D. Pedro V, P a D. Luís I, Q a D. Carlos I, R à Artilharia Ultramarina e por fim a letra S á Artilharia Estrangeira.

sua tipologia (Basilísco, Àspide, Canhão Pedreiro, Peças e Obuses entre outros). Como exemplo, podemos encontrar a Ficha de Material A13, que corresponde a um Esmerilhão do Século XIV, na Capa 10, no Segundo Arquivador, juntamente com a Ficha de Material E11 que corresponde a um Esmeril, datado de 1640, "Peça do Reinado dos Filipes".

A Artilharia em Portugal aparece no século XIV, sendo a primeira boca-de-fogo feita em ferro forjado, com a designação de TROM, evoluindo para ferro fundido, já no século XVII, com as bocas-de-fogo inglesas, suecas e holandesas. No final do século XVIII surge a Artilharia de Bronze, cedendo o seu lugar às de aço a partir do último quartel do século XIX até aos dias de hoje.

É no reinado de D. Manuel I que a indústria de canhões se desenvolve de forma notável. As peças começaram a ter nomes de animais – Leão, Camelo, Dragão, Águia, Falcão, Pelicano, Serpe, Escorpião, Basilisco (monstro fabuloso a que se atribuía o poder de matar com a vista), áspide, esmerilhão, sacre – segundo fantasia dos fabricantes. Outros baptizavam-nas conforme os efeitos produzidos – espalhafato, passa-muro, roqueira, berço, entre outros. Só no século XVII é que as bocas-de-fogo passaram a ser designadas por:

- *Colubrinas*: peças de alcance com muitas subdivisões – bastarda, meia colubrina, legitima, sacre, entre outras.
- *Canhões*: bocas-de-fogo destinadas a derrubar muralhas e máquina grossas, diferindo da colubrina por ser mais grossa e curta. Tinha também numerosas subdivisões como – legitimo, meio canhão, terço de canhão, quarto de canhão e oitavo de canhão.
- *Tiros pedreiros*: empregues no rompimento das fortificações. Pertenciam a este grupo os morteiros e petardos.

A enorme diversidade de tipos de peças trazia graves problemas no seu emprego, pelo que passaram a ser classificadas de acordo com o seu calibre, do seguinte modo: de campanha, de sítio, de praça, de costa.

Assim, no primeiro arquivador estão constantes 5 capas, num total de 55 subpastas e 87 fichas de material, contemplando Peças de Campanha, Obuses, Terços de Canhão, Serpes, Falconetes, Moianas, Dragões entre outros, das quais algumas dizem respeito a material estrangeiro. No segundo arquivador são constantes as capas 6 a 11, num total de 28 subpastas e de 74 fichas de material, onde se podem encontrar a descrição dos Esmeris, Falcões, Trons, Leões, Cameletes e Espalhafatos, bem como

Morteiros Provete. O terceiro arquivador contem as capas 12 a 15, num total de 22 subpastas e 116 fichas de material correspondentes a peças portuguesas do século XVIII e XIX à excepção capa 12 onde podemos encontrar 15 peças das Campanhas Napoleónicas tomadas na Batalha de Vitória.

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes: uma primeira, em que se faz uma pequena descrição das Fichas de Material que dão corpo a este artigo, e dos elementos nelas constantes, tais como a sua Designação, Fonte, Dados Técnicos, Características Gerais e Outras Observações; e uma segunda parte, que se materializa nas próprias Fichas de Material, 34 aqui presentes, mas 80 na sua totalidade, relativas a este período histórico, que não se apresentam por não se conseguir identificar o local onde se encontram físicamente, que até à data seria o Museu Militar.

Cada Ficha de Material constante neste trabalho encontra-se padronizada com os seguintes elementos de informação:

- *Designação*: indicação da tipologia de material de artilharia. Peça de Acompanhamento, Peça de Bater, Sitio ou Praça, Obus, Falcão, Falconete, Serpe, Serpentina, Leão, Dragão, entre outros tantos.
- *Fonte*: identificação da base deste trabalho, General Pereira do Vale, bem como o seu número de referência.
- *Composição*: matéria-prima com que é construída.
- *Calibre*: Desde 1744 que os calibres, por que eram designados as Bocas-de-fogo passaram a ter relação directa com o peso do projéctil, em Libras, através do seguinte cálculo Peso do Projéctil em Kg /0,454 = x Libras, o qual voltaria a designar-se em cm a partir do ano de 1865, já com o aparecimento do estriamento. Esta designação dizia unicamente respeito a Peças pois, relativamente aos Obuses, a relação era directa com a medida da boca, considerando 1 Polegada = 2,75cm.

  Neste período e devendo-se a construção das Bocas-de-fogo ao grande artífice Bartolomeu da Costa (*"….a ele se deve, ainda, o segredo da fabricação da porcelana, que ao tempo estava nas mãos dos chineses e alemães."*[2]), as bocas-de-fogo foram normalizadas, 3, 6, 9 e 12 como Peças de Campanha; 18 e 24 como Peças de Sitio.

  No final do Século XVIII, inicio do Século XIX, debatia-se a manutenção dos calibres 3, 6 e 9 em detrimento de calibres 4 e 8, de origem francesa. O facto é que se assim tivesse acontecido, a nossa

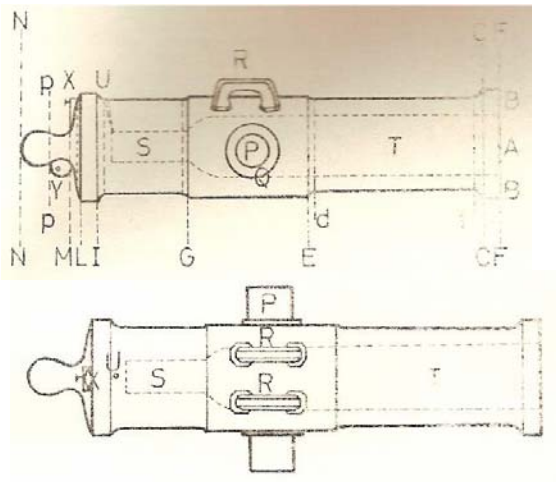
[2] Guia da Artilharia Histórica, Museu Militar.

Artilharia, no mínimo equiparava-se à do oponente e dessa forma nunca superá-la, para além do imenso impacto que traria às finanças, pela necessária fundição de todos as Peças. Assim, e pelas razões apontadas, decidiu-se a manutenção dos calibres 3, 6 e 9, como os prussianos, austríacos e ingleses.

- *Comprimento*: dado numérico em metros.
- *Peso*: dado numérico em quilogramas.
- *Peso do Projéctil*: dado numérico em quilogramas[3].
- *Características Gerais*: onde constam ornatos, dizeres, legendas, datas, asas entre outros elementos identificáveis no próprio material. Nome do inventor, fabricante ou fundidor.
- *Outras Observações*: outros elementos não constantes nas características gerais, tais como Batalhas onde tenham participado.

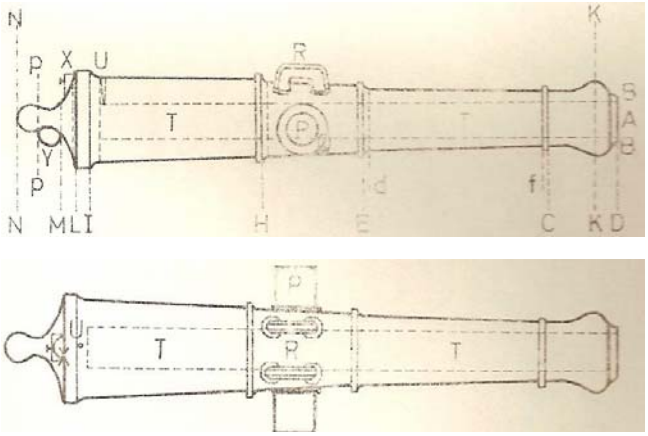
Alguns destes elementos caracterizadores poderão encontrar-se em branco o que significa não haver informação sobre o mesmo.

Também serão constantes nas fichas de material, alguns termos identificativos de determinadas partes das Peças ou Obuses que se encontram espelhados na seguinte figura:



A – Boca
B – Bocal
DC – Tulipa
CF – Jóia
CE – Bolada
EG – Reforço
EH – 2º Reforço
HI – 1º Reforço
GI – Fogão
LM – Culatra

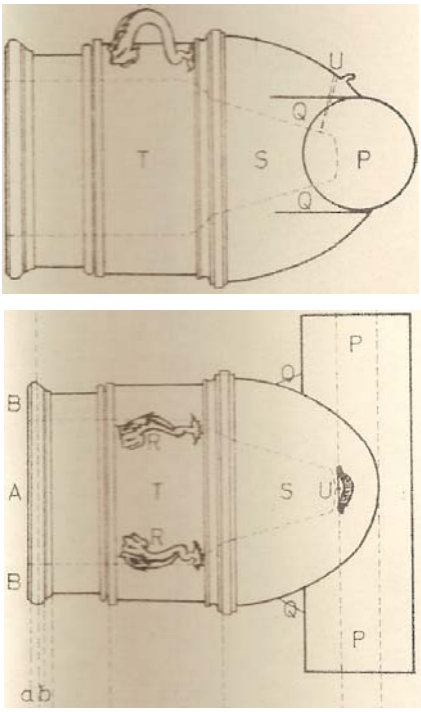
[3] Nas fichas de material originais poderá constar em libras de bala de ferro. 1 Libra = 0,46 Kg.



LI – Faixa Alta da culatra
MN – Cascavel
Df – Liso da Bolada
Np – Botão
P – Munhões
Q – Bases
R – Asas
S – Câmara
T – Alma
U – Ouvido
X – Mesa, Buraco, Parafuso de Pressão da Alma

Fonte – Gen. Pereira do Vale

A – Boca
B – Bocal
K, ab – Joia
CE – Bolada
EF – Reforço
FH – Fogão
HI – Culatra
P – Munhões
Q – Bases
R – Golfinhos
S – Camara
T – Alma
U - Ouvido



Fonte – Gen. Pereira do Vale

SISTEMAS DE ARMAS DE ARTILHARIA NA GUERRA PENINSULAR

F I C H A S

PEÇAS DE 9 CAL.

Designação – Ficha 24
Peça de Campanha

Fonte
General Pereira do Vale
Capa V, Nº K.13

Foto: Pedro Amador

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 11 cm (9 Calibres)
Comprimento: 1,9 m
Peso: 587,5 Kg
Peso do Projéctil: 4 Kg

Características Gerais

Na bolada nada há a assinalar; no 2º reforço tem os munhões e asas de golfinho e no 1º reforço a coroa real, encimando as iniciais "M P", relativas a D. Maria I e a D. Pedro III. A seguir lê-se: "Novamente torneada em 1812". Junto à faixa da culatra tem a inscrição: "ARCENAL REAL DO EXÉRCITO 1778".

Outras Observações: n/a

Designação – Ficha 25
Peça de Campanha

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº K.14

Foto: Pedro Amador

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 11 cm (9 Calibres)
Comprimento: 1,7 m
Peso: 443 Kg3
Peso do Projéctil: 4 Kg

Características Gerais

De assinalar as armas reais portuguesas e a legenda do 1º reforço: "D. MARIA I E PEDRO III REIS". Na faixa da culatra a inscrição: "LXª ARCENAL REAL DO EXÉRCITO 1782"

Outras Observações: n/a

Designação – Ficha 27
Peça de Campanha

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº K.26

Foto: Pereira do Vale

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 11 cm (9 Calibres)
Comprimento: 1,9 m
Peso: 737 kg.
Peso do Projéctil: 4,1 Kg

Características Gerais

Na bolada nada há digno de nota; no 2º reforço tem os munhões e asas ornamentadas e no 1º reforço as armas reais portuguesas e por baixo as legendas: "MARIA I E PEDRO III REIS" e "MANUEL GOMES DE CARVALHO E SILVA, TEN. GENERAL DA ARTILHARIA DO REINO". Na faixa alta da culatra lê-se: "LXª ARCENAL REAL DO EXÉRCITO 1779".

Outras Observações: n/a

PEÇAS DE 6 CAL.

Designação – Ficha 29
Peça de Campanha

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº L.1

Foto: Pedro Amador

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 9,6 cm (6 Calibres)
Comprimento: 1,545 m
Peso:
Peso do Projéctil: 2,7 Kg

Características Gerais

Nada apresenta de notável na bolada. No 2º reforço tem os munhões e não tem asas; no 1º reforço as armas portuguesas com a indicação: "JOANNES P. REG." e na faixa da culatra "LXª ARCENAL REAL DO EXÉRCITO 1809". O cascavel termina em botão.

Foto: Pereira do Vale

Outras Observações:

Esta peça foi fundida durante a regência de D. João.

Designação – Ficha 30
Peça de Campanha

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº L.7

Foto: Pedro Amador

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 9,6 cm (6 Calibres)
Comprimento: 1,545 m
Peso: 290 Kg
Peso do Projéctil: 2,7 Kg

Características Gerais

Na bolada nada há a assinalar; no 2º reforço tem só os munhões; no 1º reforço as armas portuguesas e por baixo "JOANNES P. REG." e na faixa alta da culatra. "LXª ARCENAL REAL DO EXÉRCITO 1801". O cascavel termina em botão. Também foi fundida durante a Regência de D. João.

Outras Observações: *n/a*

Designação – Ficha 31
Peça de Campanha

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº L.8

Foto: Pereira do Vale

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 9,9 cm (6 calibres)
Comprimento: 1,96 m
Peso: 466 Kg
Peso do Projéctil:

Características Gerais

Nada há de notável na bolada, no 2º reforço tem munhões e asas faceadas; no 1º reforço a coroa real e a cifra do Príncipe Regente e na culatra "LXª ARCENAL REAL DO EXÉRCITO 1809". O cascavel termina em botão.

Outras Observações: *n/a*

PEÇAS DE 3 CAL.

Designação – Ficha 2
Peça de Campanha

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº I.3A e I.3B

Foto: Pedro Amador

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 7,5 cm (3 Calibres)
Comprimento: 2,26 m
Peso: 459,7 Kg
Peso do Projéctil: 1,4 Kg

Características Gerais

No 2º reforço têm munhões, asas de golfinho e as marcas dos fundidores; no 1º reforço têm as armas reais portuguesas e a legenda "JOÃO V"; na faixa alta da culatra têm os nomes dos fundidores e a data. São também holandesas.

Outras Observações: n/a

Designação – Ficha 21
Peça de Montanha

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº K.5

Foto: Pedro Amador

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 7,5 cm (3 Calibres)
Comprimento: 0,77 m
Peso: 83,5 Kg
Peso do Projéctil: 1,3 Kg

Características Gerais

Na bolada nada há a assinalar; no 2º reforço tem os munhões; no 1º reforço tem as armas reais portuguesas e a legenda: "MARIA I"; Na faixa alta da culatra tem o local da fundição e a era: "LXª ARCENAL DO EXÉRCITO 1797".

Outras Observações: n/a

PEÇA DE 12 CAL.

Designação – Ficha 4
Peça de Bater (Sitio e Praça)

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº I.5

Fonte: Pereira do Vale

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 12,3 cm (12 Calibres)
Comprimento: 3,8 m
Peso: 2260 Kg
Peso do Projéctil: 5,5 Kg

Características Gerais

Na bolada tem um brasão de armas do Tenente General de Artilharia Diogo soares; No 2º Reforço tem munhões e asas de golfinho e no 1º reforço as armas reais portuguesas e por baixo dois escudetes com as legendas: "D. JOÃO V, REI DE PORTUGAL" e "SENDO TENENTE GEN. DE ARTª DIOGO LUIS RIBEIRO SOARES. ME FEZ LUIS GOMES DE OLIVEIRA EM LISBOA, EM 1710".

Outras Observações: n/a

PEÇA DE 24 CAL.

Designação – Ficha 5
Peça de Bater (Sitio e Praça)

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº I.6, I.6A e I.6B

Foto: Pedro Amador

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 15,2 cm (24 Calibres)
Comprimento: 3,8 m
Peso: as 2 primeiras 3000 Kg e a ultima 3024 Kg
Peso do Projéctil: 11 Kg

Características Gerais

Lançavam balas de ferro de 11 kg. São belas peças feitas na Holanda no século XVIII. No 1º reforço têm as armas reais portuguesas e a legenda "JOÃO V". Na faixa alta da culatra têm o nome do fundidor e o ano da fundição. As asas são perfeitos exemplares de golfinhos.

Foto: Pereira do Vale

Outras Observações: n/a

OBÚS 5 1/2 POL.

Designação – Ficha 12
Obus de Campanha

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº J.8 e J.9

Foto: Pereira do Vale

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 15,5 cm
Comprimento: 0,64 m
Peso:
Peso do Projéctil:

Características Gerais

Na culatra têm as armas reais portuguesas e a inscrição: "M^{EL} GOMES DE CAR.^{VO} E S^{A} THE^{NE} GN^{AL} DA AR^{TA} DO R^{NO}" , e por baixo: "O THE^{NE} CORONEL BARTOLOMEU DA COSTA, EM LX^{a} 1774". Apenas diferem no peso que é: J.8 – 147,3 kg e J.9 – 141,5 kg.

Outras Observações: n/a

OBÚS 8 POL.

Designação – Ficha 20
Obus de Sitio

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº K.2

Foto: Pedro Amador

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 21 cm (8 pol)
Comprimento: 1,2 m
Peso: 640,7 Kg
Peso do Projéctil:

Características Gerais

Na bolada tem as armas portuguesas com a indicação: "MARIA I E PEDRO III REIS". No reforço tem munhões e asas de golfinho; na culatra a inscrição: "MANUEL GOMES DE CARVALHO E SILVA TEN. GENERAL DA ARTILHARIA DO REINO"; na faixa da mesma: "LXª ARCENAL REAL DO EXÉRCITO"

Outras Observações: n/a

OBÚS DE SÍTIO 11 POL.

Designação – Ficha 6
Obus de Sitio

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº I.7

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 30 cm (11 pol)
Comprimento: 1,04 m
Peso: 1197 Kg
Peso do Projéctil:

Foto: Pedro Amador

Características Gerais

Também foi fundida na Holanda, em 1737. Na bolada tem as armas reais portuguesas e por baixo a legenda "JOÃO V"; Na culatra tem a seguinte inscrição, com o nome do fundidor e a era: "ME FECIT. A. CRANS Aº 1737"

Outras Observações: n/a

Designação – Ficha 15
Obus de Sitio 9 pol.

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº J.28

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 26 cm (9 pol)
Comprimento: 0,90 m
Peso: 680,7 Kg
Peso do Projéctil: 8,7 Kg

Foto: Pereira do Vale

Características Gerais

Na culatra tem as armas portuguesas; por baixo destas: "MANUEL GOMES DE CARVALHO E SILVA. TEN. GENal DA ARTª DO REINO". A seguir a legenda: "O TEN. CORONEL BARTOLOMEU DA COSTA ME FEZ EM LXª EM 1770". No topo da culatra encontra-se uma asa de golfinho.

Outras Observações: n/a

MORTEIRO 11 POL.

Designação – Ficha 16
Morteiro

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº J.29

Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 31 cm (11 pol)
Comprimento: 0,90 m
Peso: 983 Kg
Peso do Projéctil:

Foto: Pereira do Vale

Características Gerais

Na bolada tem uma asa de golfinho colocada próximo da boca e no sentido longitudinal. No reforço uma asa de golfinhos entrelaçados colocada transversalmente. Na culatra as armas portuguesas com as seguintes indicações: "D. JOSÉ I" "SENDO TEN. GEN DA ARTª DO REINO, MANUEL GOMES DE CARVALHO E SILVA". No topo da culatra tem os munhões, e no sentido de uma geratriz a legenda: "LXª ARCENAL REAL DO EXÉRCITO 1768"

Outras Observações: n/a

MORTEIRO 15 POL.

Designação – Ficha 17
Morteiro

Fonte

General Pereira do Vale
Capa V, Nº J.30

Foto: Pedro Amador

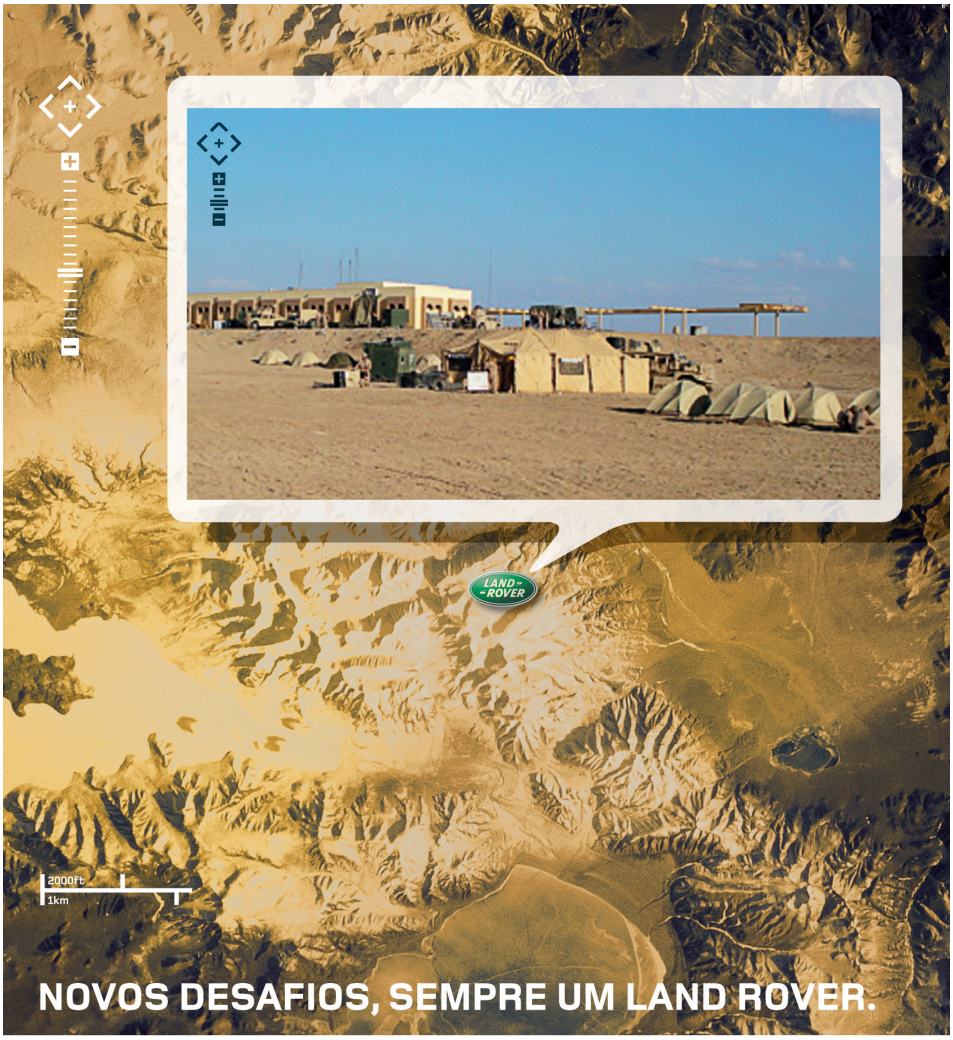
Dados técnicos

Composição: Bronze
Calibre: 41 cm (15 pol)
Comprimento: 1,11 m
Peso: 1800 Kg
Peso do Projéctil:

Características Gerais

Na bolada tem uma asa de golfinho colocada próximo da boca e no sentido longitudinal. No reforço uma asa de golfinhos entrelaçados colocada transversalmente. Na culatra as armas portuguesas com as seguintes indicações: "D. JOSÉ I" "SENDO TEN. GEN DA ARTª DO REINO, MANUEL GOMES DE CARVALHO E SILVA". No topo da culatra tem os munhões, e no sentido de uma geratriz a legenda: "LXª ARCENAL REAL DO EXÉRCITO 1776"

Outras Observações: n/a



Terreno difícil, situações extremas, algumas das piores zonas do mundo. A plataforma Land Rover é o expoente máximo de adaptabilidade a praticamente qualquer requisito militar.

Land Rover Portugal, Av. Praia da Vitória, nº 71-A 8º-1. 1069-006 Lisboa.
folavarr@landrover.com

VEÍCULOS MILITARES

LAND ROVER
GO BEYOND

A ARTILHARIA PORTUGUESA NA GUERRA PENINSULAR
Um Projecto para um Roteiro de Fontes Primárias

Pelo Coronel de Artilharia
ANICETO AFONSO[1]

A GUERRA PENINSULAR COMO INESGOTÁVEL FONTE DE CONHECIMENTO

Desde o início da Revolução Francesa, os governos europeus sabiam os perigos que se aproximavam. Com a ascensão de Napoleão, a ameaça ficou mais clara.

No concerto europeu pertencia à Inglaterra a condução da oposição às pretensões de Napoleão. Portugal (como outros países) não encontrou forma de satisfazer ambos os lados.

[1] Coronel de Artilharia na situação de reforma, membro da Comissão Portuguesa de História Militar. Antigo director do Arquivo Histórico Militar. Mestre em História Contemporânea Portuguesa. Autor de: *Anos da Guerra Colonial*, 2009; *Portugal e a Grande Guerra*, 2003; e *Guerra colonial - Angola, Guiné, Moçambique,* 1997-1998 (todos com Carlos de Matos Gomes); *O Meu Avô Africano*, 2009; *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918,* 2006; *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, 2001; e *Diário da Liberdade*, 1995. Colaborou na *História de Portugal*, 1993; e na *História Contemporânea de Portugal*, 1986 (ambas dirigidas por João Medina). Coordenou os seguintes trabalhos relacionados com a Arquivística: *Manual dos Arquivos do Exército*: Lisboa, AHM, 2005; *Livros de Registo Antigos 1625-1910, Fundo 5 – Inventário*: Lisboa, AHM, 2005; *Documentos do Brasil – Inventário*: Lisboa, AHM, 2000, CD.

Os acontecimentos encarregaram-se de levar D. João VI para o Brasil, a coberto de um acordo com a Inglaterra, e de trazer as tropas francesas até Lisboa, com direito a serem bem recebidas.

A ambiguidade durou pouco. Em menos de um ano, entre finais de 1807 e Agosto de 1808, concluiu-se a primeira invasão francesa (se, no contexto das pretensões franco-espanholas não incluirmos a anterior invasão de Portugal de 1801). Junot, com o seu Exército da Gironda, atravessou a Espanha, entrou pela Beira Baixa, passou o Zêzere e entrou em Lisboa com um Exército exausto, quando a esquadra britânica se afastava da costa levando o príncipe regente e mais 15.000 pessoas fugidas às tropas e ao "terror" napoleónico.

Para se chegar à Convenção de Sintra de 30 de Agosto de 1808, tinha sido necessário que as forças franco-espanholas ocupassem Portugal, que o Exército Inglês desembarcasse na Figueira da Foz, que se travassem os combates da Roliça e do Vimeiro, em que os franceses foram derrotados, que os povos de Portugal e de Espanha se revoltassem contra os franceses, e que os ingleses não fizessem questão de salvaguardar a honra portuguesa, mas apenas os seus efectivos militares.

Com a chegada de novas forças à Península Ibérica, tanto francesas como inglesas, um dos pólos fundamentais da grande estratégia dos contendores transfere-se para a Península, constituindo-se, a pouco e pouco, uma força anglo-portuguesa-espanhola que, a partir de 1809, iniciou um grande movimento de contra-ofensiva e perseguição às tropas francesas, obrigadas a recuar a partir do Porto, Buçaco, Linhas de Torres, Sabugal (em território português), e depois Fuentes de Oñoro, Badajoz, Albuera, Ciudad Rodrigo, Salamanca, Vitória, San Sebastian, Pirinéus (em território espanhol), entrando finalmente em França, a partir de Julho de 1813.

Esta Guerra Peninsular, como prefere a historiografia inglesa, Guerra da Independência, como a Espanha a entende, ou as Invasões Francesas, como a época é vista pela parte portuguesa, constituiu um teatro de operações militares de notáveis experiências e de grandes ensinamentos, tanto em termos de táctica, como de emprego das forças, logística, manobra, recrutamento, relação com as populações e todos os demais domínios da ciência militar.

É por isso que, passados 200 anos, se continuam a publicar estudos em número pouco vulgar, suscitando o período os mais diversos pontos de vista. Quase se pode dizer que parece inesgotável a matéria para novas abordagens.

O estudo das campanhas da Guerra Peninsular proporciona um melhor conhecimento não apenas dos aspectos militares da época, mas também da sociedade, das relações entre as nações e do pensamento e atitudes dos vários intervenientes. Em relação aos assuntos militares, a questão da

artilharia e do seu uso não é dos temas que tenha merecido mais atenção historiográfica, embora sejam inúmeros os estudos efectuados.

Por isso há ainda bastante trabalho a fazer, mesmo no que respeita à participação da Artilharia portuguesa nestas campanhas. Interessa-nos aqui focar sobretudo a utilização de fontes primárias para fomentar estudos que ainda não foram feitos.

FONTES PRIMÁRIAS PARA O ESTUDO DA ARTILHARIA

Em primeiro lugar, a questão das fontes primárias para o estudo da Artilharia na Guerra Peninsular deve pôr-se ao nível da própria Guerra Peninsular e dos fundos documentais que lhe dizem respeito, dispersos por muitos e diversos Arquivos e outros organismos.

Em Portugal, devemos começar pelos Arquivos militares, em especial o Arquivo Histórico Militar, onde se concentra grande parte da memória documental desta época, em especial no que respeita ao Exército Português. A documentação disponível é imensa e a sua abordagem sistemática podemos dizer que mal começou.

Uma parte importante desta documentação está disponível on-line através da base de dados do AHM chamada "Da Guerra Peninsular à Regeneração", acervo com cerca de 1.300.000 imagens, sendo que mais de 30% dizem respeito ao período da Guerra Peninsular. Neste enorme arquivo, encontram-se milhares de documentos respeitantes à Artilharia.

Mas o acervo mais importante sobre a Artilharia deste período (que pode alargar-se a parte do século XVIII e prosseguir até ao terceiro quartel do século XIX) existente no AHM é constituído pelos fundos dos "Livros de Registo Antigos" e dos "Livros Mestres".

O fundo dos "Livros de Registo Antigos" é constituído por uma colecção de livros de registo de correspondência, actos administrativos, financeiros e contabilísticos de diversas organismos e unidades militares. Como se diz na apresentação do respectivo catálogo, "os livros de registo, pela natureza da sua finalidade no sistema burocrático dos órgãos a que pertenceram e pela cuidadosa preocupação de transcrição integral dos textos da documentação recebida, expedida e produzida, acabaram por se transformar em testemunhos documentais de extraordinária relevância. De facto, eles oferecem ao investigador, de uma só vez, acesso aos conteúdos de séries documentais completas, cujos originais andam dispersos, não se encontram, ou simplesmente desapareceram"[2].

[2] *Livros de Registo Antigos (1625-1910), Fundo 5, Inventário*. Lisboa: EME/AHM, 2005, p. 33.

Nesta enorme colecção de 3.712 livros de registo, encontramos 320 livros relacionados com órgãos ou unidades de Artilharia, respeitantes ao período de 1641 a 1876. Com informação sobre a Guerra Peninsular temos, pelo menos, 32 livros.

Desta colecção juntamos, em anexo, uma lista dos livros respeitantes ao estudo da Artilharia para todo o período.

Por seu lado, a colecção dos "Livros Mestres", que constituem os livros de registo da vida dos órgãos e unidades militares, no que respeita essencialmente ao seu pessoal, mas muitas vezes também a material e animais, representa uma das mais impressionantes colecções do Arquivo Histórico Militar, com cerca de 7.500 livros, entre o século XVII e 1910, altura aproximada em que foram substituídos pelo chamado "Registo Geral".

Aqui podemos seguir a vida das unidades e órgãos militares, quase diríamos dia a dia, já que neles eram registadas todas as informações respeitantes ao seu pessoal, assim como as alterações ocorridas.

A estas duas colecções fundamentais deve acrescentar-se a documentação dispersa por diversas Secções arquivísticas e também a respeitante aos fundos próprios dos órgãos e unidades de Artilharia, que se foram constituindo e que hoje são memória do Exército Português. Sem esquecer, evidentemente os processos individuais dos militares que serviram no Exército, sendo de especial interesse os dos oficiais de Artilharia, desde o início do século XIX e muito irregularmente da segunda metade do século XVIII.

Contudo, o estudo das fontes primárias da Artilharia Portuguesa não pode ficar-se pelo Arquivo Histórico Militar. Os Arquivos portugueses, desde o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, passando pelos Arquivos Distritais e acabando nos Arquivos Municipais, todos têm (ou podem ter) arquivos militares e certamente referências à Artilharia, em especial se tivermos em conta os municípios e distritos onde unidades de Artilharia tenham tido a sua sede.

O trabalho a realizar poderia constituir-se num elemento essencial de um roteiro de fontes militares dos Arquivos portugueses, projecto que poderia ser assumido pela Comissão Portuguesa de História Militar ou outra estrutura do Ministério da Defesa Nacional, em colaboração com os Ramos das Forças Armadas através dos seus órgãos culturais.

E, ainda assim, o acesso às fontes primárias para o estudo da Artilharia Portuguesa, como parte relevante do Exército da Guerra Peninsular, não estaria completa, pois deveria contar-se com algumas fontes estrangeiras de grande importância.

Como refere o historiador António Pedro Vicente, existe um manancial riquíssimo de fontes, "nomeadamente em Espanha, França e Inglaterra", assim como, acrescentamos nós, no Brasil, onde o fundo "Negócios de Portugal" pertencente ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e referente à presença de D. João VI no Brasil reúne um vastíssimo conjunto documental decerto também importante para a história militar de Portugal.

Seguindo as informações do mesmo autor, que demoradamente contactou com os arquivos franceses do período napoleónico para os seus estudos, "é nos arquivos do Ministério da Guerra, em Vincennes, que encontramos o maior número de documentos que interessam ao nosso século XIX", completando depois a sua informação – "Todos estes documentos estão depositados nos *Archives Historiques du Ministère de la Guerre*, em Vincennes, na secção de *Mémoires et Reconaissances du Portugal*, ocupando os códices 1354 a 1369" [3].

Em Inglaterra são muitos os arquivos que guardam memórias da Guerra Peninsular. Em primeiro lugar existe um fundo que de há muito está reconhecido como importantíssimo para o estudo da época e também para um mais profundo conhecimento da presença de Wellington em Portugal. Trata-se da colecção *The Wellington Papers*, depositados na Biblioteca da Universidade de Southampton. Já está disponível on-line uma base de dados referentes a este arquivo, mas infelizmente ainda muito incompleta, pois não ultrapassa o ano de 1808. Diferente é a situação da colecção dos *Wellington's Dispatches*, que podem ser consultados directamente, p.e., na página do *The War Journal*.

Contudo, outros acervos documentais podem ser acrescentados ao projecto, incluindo colecções depositadas na *British Library* e nos Arquivos Nacionais.

Também em Espanha se encontra um importante manancial de documentação original referente a esta época e com interesse para a história militar de Portugal. Ainda recentemente o historiador António Ventura publicou os planos espanhóis de invasão de Portugal na transição do século XVIII para o XIX[4].

Será ainda conveniente procurar conhecer alguns arquivos americanos, incluindo os de algumas universidades, onde muitas vezes somos surpreendidos com a existência de fundos e colecções documentais inesperados, mas importantes para a investigação sobre temas militares, em especial da época contemporânea.

---

[3] António Pedro Vicente, *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 33.

[4] António Ventura, *Planos Espanhóis para a Invasão de Portugal (1797-1801)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

UM PROJECTO PARA A REVISTA DE ARTILHARIA?

Embora um projecto de levantamento de fontes primárias como o que propomos devesse ser iniciativa conjunta, abarcando toda a documentação com interesse para a história militar, a verdade é que está sempre em aberto que possa iniciar-se por um estudo parcial. Não nos parece por isso descabido que a Revista de Artilharia possa iniciar esse projecto, com especial incidência na documentação com interesse directo para a história da Artilharia, podendo assim abrir um caminho que outros viriam naturalmente a seguir.

Também faria todo o sentido começar pelos arquivos mais acessíveis, como o Arquivo Histórico Militar, onde será necessário efectuar um trabalho moroso, que bem poderia servir de modelo para outros que se seguissem.

O problema poderá estar em encontrar uma equipa disponível, mas estou certo que entre tantos e tão valorosos artilheiros, em especial entre os que se encontram na situação de reserva e reforma, não será difícil constituir um grupo que se dedique a sistematizar e a dar a conhecer as fontes documentais para a história da sua Arma, organizando um instrumento moderno de estudo, acessível a todos. Prestaria com isso um serviço de reconhecido interesse, não apenas para a Arma, mas também para a comunidade científica e académica. Seria mais um acto de prestígio para a Artilharia Portuguesa.

A N E X O

Fontes primárias para o estudo da Artilharia:

Fundo 5 (Livros de Registo Antigos – AHM/FG/5)
Fundos Gerais (FG/AHM) do Arquivo Histórico Militar (AHM)

ARSENAL DO EXÉRCITO:

AHM/FG/5/A1 – Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra / Ministério da Guerra:

- AHM/5/A1/26 – Registo de correspondência para o Arsenal Real do Exército, 78 Livros, 1791-1869.
- AHM/5/A1/31 – Avisos e ordens para o Intendente do Arsenal Real do Exército (…), acerca do fabrico, aquisição e fornecimento de pólvora, 1 Livro, 1798-1811.

AHM/FG/5/A2 – Comando-em-Chefe:

- AHM/FG/5/A2/QM – Quartel-Mestre-General:
- AHM/FG/5/A2/QM/135 – Registo de ofícios recebidos da Intendência do Arsenal Real do Exército, 1 Livro, 1809-1810.
- AHM/FG/5/A2/QM/142 – Registo de correspondência expedida para o Arsenal Real do Exército, 3 Livros, 1813-1815 e 1820.

AHM/FG/5/D1 – Tenência Geral da Artilharia / Arsenal do Exército, 23 Livros, 1641-1845, Sub-fundo organizado em duas Secções e 11 Séries ordenadas cronologicamente.

Total de livros do Arsenal: 106

Datas extremas: 1641 - 1869

UNIDADES/ÓRGÃOS DE ARTILHARIA (ORIGEM E DESTINO):

AHM/FG/5/A1 – Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra / Ministério da Guerra:

- AHM/5/A1/64 – Avisos e ordens para o Comando Geral da Artilharia, 17 Livros, 1822-1876.

AHM/FG/5/A2 – Comando-em-Chefe:

- AHM/FG/5/A2/AG – Ajudante General:
- AHM/FG/5/A2/AG/125 – Registo de ofícios para o brigadeiro José António da Rosa, Comandante Geral da Artilharia do Reino, 2 Livros, 1809-1811.
- AHM/FG/5/A2/SM – Secretaria Militar:
- AHM/FG/5/A2/SM/176 – Registo de ofícios para o Comando Geral de Artilharia, 1 Livro, 1816-1820.

AHM/FG/5/B2 – Comando Geral da Artilharia / Inspecção Geral da Artilharia, 128 Livros, 1809-1870. Sub-fundo organizado em 2 Secções e 27 Séries ordenadas cronológicamente[5].

[5] AHM/FG/5/B2
Comando Geral da Artilharia / Inspecção Geral de Artilharia.
Em 1796, D. Maria I nomeou um Inspector Geral dos Corpos de Artilharia, que segundo o Decreto de 16 de Dezembro de 1796 passou a vencer, a título da referida inspecção, o soldo de 50$000 reis por mês, além daquele que lhe competia pela sua patente. Por Decreto de 13 de Maio de 1807 foi criado um Inspector de Artilharia e das Munições de Guerra das Praças do Reino. Em 1809, através da Ordem do Dia de 15 de Março, o Marechal Beresford, Comandante-em-Chefe, nomeou um Comandante Geral da Artilharia com alçada sobre o pessoal e material desta Arma (cf. Ordem do Dia de 21 de Março). Por vaga do lugar do Comandante Geral da Artilharia, o Brigadeiro José António da Rosa, por decreto de 10 de Dezembro de 1830, passou também a exercer as funções de presidente da Junta da Inspecção dos Corpos de Artilharia. A Inspecção Geral de Artilharia foi criada em 1833, pelo Decreto de 14 de Agosto, em substituição da "Junta da Fazenda" de 1802, que governava o Arsenal do Exército.
Este sub-fundo é constituído por requisições ao Arsenal do Exército e livros de registo de ofícios para o Ministério da Guerra, Secretaria Militar, Ajudante General do Exército, Quartel-Mestre General, governadores das praças, regimentos de Artilharia, inspectores de material de Artilharia nas Divisões Militares.
1809 – 1870
In: *Livros de Registo Antigos (1625-1910), Fundo 5, Inventário*. Lisboa: EME/AHM, 2005, pp. 174-175.

AHM/FG/5/C2 – Vedoria Geral da Artilharia do Alentejo, 61 Livros, 1641-1812. Sub-fundo organizado em 19 Séries ordenadas cronologicamente.

AHM/FG/5/C8 – Tesourarias Gerais das Tropas:

- AHM/FG/5/C8/CE – Tesouraria Geral das Tropas da Corte e Estremadura:
    - AHM/FG/5/C8/CE/315 – Livro para se notarem os pagamentos dos cavalos para remonta do Exército e parelhas para o Parque de Artilharia, 1 Livro, 1802-1808.
    - AHM/FG/5/C8/CE/323 – Despesas do parque e dos criados que acompanham o Parque de Artilharia do Exército, 1 Livro, 1808-1816.
    - AHM/FG/5/C8/CE/324 – Muares para o serviço dos Parques de Artilharia do Exército, 1 Livro, 1808-1813.
    - AHM/FG/5/C8/CE/325 – "Livro donde são lançadas as parelhas que se tomam a diversas pessoas para o serviço do Parque de Artilharia do Exército, depois da Restauração do Reino e suas avaliações", 2 Livros, 1808-1816.
- AHM/FG/5/C8/N – Tesouraria Geral das Tropas do Norte:
    - AHM/FG/5/C8/N/355 – Muares para o serviço dos Parques de Artilharia do Exército, 1 Livro, 1811.
- AHM/FG/5/C8/S – Tesouraria Geral das Tropas do Sul:
    - AHM/FG/5/C8/S/365 – Muares para o serviço dos Parques de Artilharia do Exército, 1 Livro, 1809-1812.

AHM/FG/5/E15 – 8ª Divisão Militar:

- AHM/FG/5/E15/CA – Comando de Material de Artilharia, 1 Livro, 1840-1846.

AHM/FG/5/F – Unidades Operacionais:

- AHM/FG/5/F2 – Regimento de Artilharia do Porto / Regimento de Artilharia 4, 6 Livros, 1764-1825.

- AHM/FG/5/F6 – Regimento de Artilharia 1 / Regimento de Artilharia da Corte, 23 Livros, 1809-1866.
- AHM/FG/5/F9 – Regimento de Artilharia 2, 7 Livros, 1810-1830.
- AHM/FG/5/F16 – Regimento de Artilharia 3, 7 Livros, 1815-1832.
- AHM/FG/5/F21 – Brigada de Artilharia Volante, 3 Livros, 1826-1830.
- AHM/FG/5/F23 – 1º Batalhão de Artilharia, 2 Livros, 1832-1834.
- AHM/FG/5/F28A – 3º Batalhão de Artilharia, 1 Livro, 1833-1834.
- AHM/FG/5/F30 – 2º Regimento de Artilharia, 5 Livros, 1834-1837.
- AHM/FG/5/F32 – 4º Regimento de Artilharia, 16 Livros, 1837-1846.
- AHM/FG/5/F33 – 1ª Bateria Destacada no Funchal, 5 Livros, 1838-1847.
- AHM/FG/5/F33 – 2ª Bateria Destacada de Artilharia de Ponta Delgada, 3 Livros, 1839-1847.
- AHM/FG/5/F39 – Regimento de Artilharia da Carta, 4 Livros, 1846-1857.
- AHM/FG/5/F49 – Corpo Provisório de Artilharia de Campanha, 1 Livro, 1859-1863.
- AHM/FG/5/F50 – Companhia de Artilharia da Guarnição da Ilha de S. Miguel, 6 Livros, 1864-1867.
- AHM/FG/5/F51 – Companhia de Artilharia da Guarnição da Ilha da Madeira, 7 Livros, 1864-1868.
- AHM/FG/5/F52 – Companhia de Artilharia da Guarnição da Ilha Terceira, 7 Livros, 1864-1868.

Total de livros de Artilharia: 320

Datas extremas: 1641 – 1876

Super Conta Protocolo
Onde os zeros valem euros

Receba à sua escolha

Máquina Fotográfica Digital
Pentax Optio E70L

Máquina de Café
Delta Qool

Para ordenados a partir de [illegible]

Máquina de Filmar
Camileo P10

Mini Portátil
Toshiba NB100

Para ordenados a partir de 1.500€

GPS
NDRIVE G400

ao domiciliar o seu ordenado por 25 meses*

* No mínimo. Caso contrário, há lugar à devolução ao Banco de 350€ para o Mini Portátil Toshiba NB100 e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente.

Informe-se já! Campanha válida até 31.07.2009

(1) Terá apenas de suportar o imposto de selo de emissão de cheques de 0,05€ por unidade.
(2) Efectuados através do Netbanco, Superlinha, equipamentos Selfbanking/ATM ou Mobile Banking.
(3) **TAEG de 0%** no 1º ano. Condições válidas apenas para novas domiciliações de ordenado, sendo o plafond de Descoberto calculado em função do ordenado domiciliado e do saldo de recursos, com limite máximo definido de acordo com as condições do produto em vigor, estando sempre sujeito à aprovação do Banco. A abertura de conta deverá ser efectuada até 31/07/09, devendo a 1ª domiciliação de ordenado/reforma ocorrer nos 3 meses subsequentes. Para os anos subsequentes ao período desta campanha, aplicam-se as taxas de juro para a globalidade do crédito utilizado, em vigor na altura. Presentemente, as taxas para a Super Conta Ordenado são as seguintes: a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos for igual ou superior a 5.000€, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%; b) 17,50% ao ano se o saldo pontual de Recursos for inferior a 5.000€, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,80%. Para outras modalidades da Super Conta Ordenado, informe-se sobre as condições em vigor. O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxas anteriormente referidas.
(4) O plafond de descoberto a atribuir é de 100% do valor do ordenado/reforma, com o limite máximo de 3.500€, e de 50% sobre o saldo pontual de Recursos, com o limite de 5.000€, estando sujeito à aprovação do Banco.
(5) **TAE: 2,751%**. Exemplo para um crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, mediante a adesão a determinados produtos e serviços do Banco. TAN de 2,235% (a média mensal da Euribor a 3 meses, de Abril de 2009, acrescida de *spread* de 0,6%, arredondada à milésima). O valor da TAE indicado inclui os prémios de Seguros (Vida e Multirriscos) considerando um titular de 25 anos. Comissão de reembolso antecipado no valor de 0,5% sobre o montante liquidado, no período de taxa variável, e de 2% no período de taxa fixa.
(6) Esta redução deverá respeitar o mínimo em vigor na tabela standard de Crédito Pessoal. **TAEG de 11,837%**. Exemplo para um empréstimo de 50.000€ a 60 meses. Taxa Anual Nominal de 10% e valor residual de 35% para um cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais do produto. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento. Mediante a adesão a determinados produtos e serviços do Banco, a Taxa Anual Nominal será de 6% e a TAEG de 7,259%.

Para mais informações ou qualquer esclarecimento sobre o Protocolo consulte o Balcão do Santander Totta mais próximo ou contacte-nos através do número 707 21 24 24 e ainda do e-mail: protocolos@santander.pt.

“Há precisamente 100 anos, no seu nímero 75,
de Setembro de 1910,
a Revista de Artilharia publicou um
«*Número comemorativo dos 100 anos da Guerra Peninsular*».

Passados 200 anos da Guerra Peninsular,
a Revista de Artilharia associa-se de novo
a este evento com um
«*Número comemorativo dos 200 anos da Guerra Peninsular*»,
que inclui um conjunto de sete artigos
relativos à participação da Artilharia
na Guerra Peninsular, numa homenagem,
de todo merecida, à Artilharia e aos Artilheiros portugueses
que conseguiram impor-se às forças de Napoleão.”

Do Editorial do Tenente-General
Joaquim Formeiro Monteiro

Campo de Santa Clara, 62 - 1100-471 Lisboa • Telefs. Militar: 421 348 - Civil 21 888 01 10
www.revista-artilharia.pt